



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

-----ACTA NÚMERO VINTE E UM / NOVENTA E NOVE-----

-----Aos vinte e sete dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e noventa e nove, nesta vila de Oeiras e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vereadores Luís Filipe Martins Pires, Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, Engenheiro José Arménio Lopes Neno, Doutor Arnaldo António Pereira, Doutor Jorge Manuel Bicó da Costa, Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, Doutora Maria Manuela Augusto e ainda presente embora entrado no decurso da reunião o Senhor Doutor José David Gomes Justino.-----

-----Faltou o Senhor Vereador Emanuel Silva Martins, tendo a Câmara considerado justificada a respectiva falta.-----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----Às dezassete horas e dez minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

**2 - APROVAÇÃO DE ACTAS:**-----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação a acta número vinte, de noventa e nove, de treze de Outubro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação por unanimidade dos presentes, sem prejuízo de possíveis futuros pedidos da alteração ao respectivo texto.-----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**3 - DESPACHOS:**-----

-----A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de

dezeto de Setembro, dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas.-----

**4 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----**

----- Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de quinhentos e onze milhões quatrocentos e quarenta e oito mil setecentos e cinquenta e sete escudos, tendo o Senhor Presidente informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real negativo de um milhão novecentos e quarenta e oito mil cento e trinta e oito contos.-----

**5 - PAGAMENTOS: -----**

----- a) Pagamentos autorizados anteriormente:-----

----- A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam as autorizações números catorze mil setecentos e setenta e seis a quinze mil quinhentos e oitenta e um, no valor global de um bilião quarenta milhões duzentos e noventa e um mil seiscentos e cinquenta e seis escudos.-----

----- b) Pagamentos autorizados:-----

----- Sob proposta do Senhor Presidente a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar os seguintes subsídios:-----

----- -Aos Bombeiros Voluntários do Concelho, no valor de cinco milhões novecentos e quatro mil e quinhentos escudos, sendo oitocentos e quarenta e três mil e quinhentos escudos a cada Corporação.-----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

6 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----I - O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número duzentos e trinta e nove-A, informando ter sido apreciado o “Relatório de Actividades - Segundo Trimestre de mil novecentos e noventa e nove - SMAS” -----

-----Número duzentos e trinta e oito, informando ter sido apreciado o “Relatório de Actividades - Segundo Trimestre de mil novecentos e noventa e nove, da C.M.O.” -----

-----II - Após tomar conhecimento dos assuntos a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, dar-lhes execução.-----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

7 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SMAS:-----

-----A Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SMAS realizada no passado dia vinte e nove de Outubro, os quais são: - -----

-----“Foi presente a acta da reunião do C.A. anterior. -----

----- Informações-----

----- Balancete de Movimento de Tesouraria à data. -----

----- Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas. -----

----- Relatório sobre Campanha de Fugas de Água na Via Pública, referente ao período de cinco de Setembro a cinco de Outubro de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- – Ponto da situação referente ao Reservatório da Atalaia. -----

----- Tomada de conhecimento-----

----- Anulação de documentos de receita no valor de um milhão cento e cinquenta e sete mil duzentos e trinta e oito escudos. -----

----- - Aquisição de peças para contadores para reposição de stock – Adjudicação do fornecimento por ajuste directo à empresa Schlumberger, Sociedade Anónima, pelo valor global de um milhão setecentos e quarenta mil escudos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- – Concurso Interno de Acesso Geral para Provimento de um lugar na Categoria de Assessor da Carreira de Engenheiro Civil – Abertura, aprovação dos métodos de selecção e composição do júri.-----

----- - Empreitada de substituição das redes de água nas Pracetas Gonçalves Crespo, Gomes Leal e Gil Vicente, na freguesia de Carnaxide – Adjudicação, por ajuste directo, à empresa Valtécnica, Limitada, pelo valor de dois milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil e

seiscentos escudos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- – Abono para falhas – atribuição ao assistente administrativo contratado a termo certo Pedro Alexandre Paiva P. Gomes.-----

----- – Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de Técnico Profissional Analista Especialista Principal - Abertura de concurso, aprovação dos métodos de selecção e composição do júri.-----

----- – Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho – Adjudicação, por ajuste directo, da prestação de serviços de auditoria ao Sistema de Gestão de Segurança Interna, à empresa GIBB, Portugal, pelo valor global de um milhão e oitocentos mil escudos, acrescido de IVA, pelo período de doze meses, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- – Ratificação de propostas – Foi ratificada a proposta de Substituição temporária de funcionária, por motivo de maternidade - Contratação a termo certo da décima candidata da lista de classificação final, Alexandra Maria Costa Sucena. -----

----- – Propostas de deliberação -----

----- – Concurso limitado para fornecimento de uma viatura ligeira a gasolina por troca com outra destes SMAS – Foi aprovada por unanimidade a proposta de adjudicação à empresa Cervag, Sociedade Anónima, para uma viatura VW Passat um ponto seis, Conforteline Plus EC, pelo valor global de quatro milhões setecentos mil oitocentos e oitenta e cinco escudos, acrescido de IVA, deduzindo-se o quantitativo de um milhão e duzentos mil escudos, referente à retoma da viatura destes SMAS, com a matrícula trinta e três-sessenta e seis-GB. -----

----- – Aquisição de sete cadeiras para a Secção de Secretaria, com retoma de equipamento existente – Foi aprovada por unanimidade a proposta de adjudicação do fornecimento, por ajuste directo, à empresa Rajogui – Importação e Exportação, Limitada, pelo valor global de duzentos e setenta e quatro mil escudos, acrescido de IVA, deduzindo-se o quantitativo de cinquenta mil escudos, referente à retoma do equipamento existente.-----



----- Empreitada de Ampliação do Laboratório da Divisão de Controle de Qualidade – Foi aprovada por unanimidade a proposta de realização de trabalhos a mais de espécie diferente à prevista no contrato, no valor total de dezasseis milhões novecentos e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta e um escudos, acrescido de IVA, à empresa adjudicatária Conzémir Empreiteiros, Limitada, representando estes trabalhos, com os já anteriormente aprovados, quarenta e três vírgula cinquenta e quatro por cento do valor da empreitada, com celebração de contrato escrito. -----

----- Concurso Limitado sem apresentação de candidaturas para a prestação de serviços para a conversão da Informação Digital existente no Sistema Inforcad – Foi aprovada por unanimidade a proposta de abertura de concurso limitado. Aprovação do Caderno de Encargos, Programa de Concurso, Empresas a Consultar e nomeação do Júri do Concurso. -----

----- Concurso Limitado sem publicação de anúncio destinado à execução da obra de “Regularização da Linha de Água da Quinta de Santo, António, em Algés” – Foi aprovada por unanimidade a proposta de abertura de concurso limitado. Aprovação do Projecto, Convite Circular, Caderno de Encargos, Empresas a Consultar e nomeação das Comissões de Abertura e Análise. -----

----- Concurso Limitado sem publicação de anúncio destinado à execução da obra de “Substituição das Redes de Abastecimento de Água, em Alforneiros” – Foi aprovada por unanimidade a proposta de abertura de concurso limitado. Aprovação do projecto, convite circular, caderno de encargos, empresas a consultar e nomeação das comissões de cobertura e análise. -----

----- Empreitada de Drenagem Pluvial da Estrada da Quinta do Torneiro – Foi aprovada por unanimidade a proposta de realização de trabalhos a mais de espécie igual à prevista no contrato, no valor total de oitocentos e oitenta e cinco mil escudos, acrescido de IVA, à empresa adjudicatária António Barata Micaelo, Limitada, representando estes trabalhos cerca de dez por

cento do valor da empreitada, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- – Foi autorizado por unanimidade e votação secreta o pedido de licença sem vencimento de longa duração, requerida pelo funcionário Operador de Sistemas Principal Edgar Augusto Gomes de Vasconcelos Galvão. -----

----- – Concurso Interno de Acesso Geral para Provimento de Duas Vagas na Categoria de Tesoureiro Principal – Foi Homologada a Acta número dois e nomeadas as duas candidatas propostas Dulce Cristina Castanheira Rosa Mascarenhas e Anabela Esteves Malheiro. -----

----- – Contrato a termo certo de uma Assistente Administrativa para prestação de serviço na Divisão de Controlo de Qualidade - Foi autorizada por unanimidade a contratação da décima primeira candidata da lista de classificação final, Maria Luísa Teixeira Serôdio. -----

----- – Substituição da Tubagem em Ferro Galvanizado cem milímetros, por P.E.A.D. cento e sessenta milímetros, no Tabuleiro da Ponte da Ribeira da Lage – Foi aprovada por unanimidade a proposta de adjudicação, por ajuste directo, à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor global de dois milhões setecentos e trinta e três mil escudos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- - Empreitada de instalação de uma conduta em P.E.A.D. cento e dez milímetros PN dezasseis, junto ao Reservatório de Tercena e sob a A-Nove – Circular Regional Exterior de Lisboa / CREL - Foi aprovada por unanimidade a proposta de adjudicação, por ajuste directo, à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de seis milhões quinhentos e dez mil escudos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- – Foi aprovada por unanimidade a proposta da Presidente do Conselho de Administração relativa a: Cargos Dirigentes – Acumulação de Funções. -----

----- Foi adiada a apreciação / aprovação - Orçamento e Plano de Actividades para o ano de dois mil”.-----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

8 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

-----O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara que, no dia catorze, esteve presente, juntamente com a Senhora Vereadora Teresa Zambujo, num baile organizado pela Divisão de Assuntos Sociais da CMO, que teve lugar no Centro Paroquial de Linda-a-Velha, evento este que contou com a presença de bastantes idosos e que foi muito agradável e bem acolhido por parte destes. -----

-----No dia quinze, esteve presente na sessão de encerramento do encontro subordinado ao tema “Vida Activa, Alimentação Saudável e Gestão do Stress”, que teve lugar no Auditório da Estação Agronómica Nacional, encontro este também bastante interessante e que obteve um grande acolhimento, pois o auditório esteve sempre lotado. -----

-----No dia quinze, à tarde, esteve presente, juntamente com o Senhor Vereador Arnaldo Pereira, na entrega de prémios do Espírito Desportivo, que teve lugar na Fábrica da Pólvora de Barcarena. -----

-----No dia dezasseis, procedeu à inauguração da ampliação da Creche e Jardim de Infância Nossa Senhora do Acolhimento, situada em Laveiras-Caxias, que aumentou a sua capacidade para mais cinquenta crianças. -----

-----No dia dezassete, esteve presente num jantar de boas-vindas à delegação de Provence e de Saint-Etiénne, que teve lugar na Fábrica da Pólvora, municípios estes que fazem parceria com a CMO na questão da segurança e o objectivo é levar por diante várias iniciativas no âmbito desta parceria, tendo já ficado marcada uma próxima reunião. -----

-----No dia vinte e um, esteve presente na abertura do Congresso dos Médicos, que teve lugar no Auditório Municipal Eunice Muñoz, congresso este constituído basicamente por médicos municipais, pois a ideia era, de alguma forma, fazer uma espécie de levantamento da situação e ter conhecimento do que têm sido as experiências dos Gabinetes Médicos nas

Câmaras Municipais, naturalmente muito voltado para as questões da higiene e segurança no trabalho, mas que, hoje em dia, está já alargada a outros âmbitos, designadamente na CMO, pois já se dá apoio aos funcionários, bem como aos seus familiares, tendo esta sido uma primeira tentativa que poderá, desde que se alargue o âmbito da natureza destes encontros, bem como uma maior participação de todos os serviços que têm a ver com estas questões, na medida em que, podem estes Gabinetes Médicos, em colaboração com os Centros de Saúde, desenvolver algumas iniciativas no campo da prevenção. -----

----- No dia vinte e quatro, esteve presente na cerimónia comemorativa do nonagésimo sétimo aniversário dos Bombeiros Voluntários de Algés, tendo sido também inauguradas três viaturas, sendo uma delas uma ambulância nova, que foi oferta da Câmara Municipal de Oeiras e que faz parte de um lote de cinco ambulâncias que a CMO adquiriu este ano, indo ser adquiridas mais duas que irão para os Bombeiros Voluntários de Barcarena e de Paço de Arcos. -----

----- No dia vinte e quatro, à tarde, esteve presente no centésimo sexto aniversário dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos, tendo também sido inauguradas algumas viaturas e entre elas uma ambulância e, à noite, teve oportunidade de tomar um aperitivo no jantar oferecido ao Grupo de Teatro do Centro Paroquial de Queijas, que fez um espectáculo muito bonito no Auditório Municipal Eunice Muñoz, na sequência de um outro espectáculo realizado no Centro Paroquial de Queijas, julgando que nunca é demais salientar a bondade destas iniciativas, que dão um estado de espírito aos idosos extraordinário, deixando transparecer toda a sua alegria, bem como a sua vontade de brincar, de estar juntos, reflectindo-se este facto na maneira como se vestem, sendo muito gratificante poder acompanhar ao longo dos anos a evolução do trabalho dos centros de convívio da Terceira Idade, quer seja no âmbito das paróquias ou de outras IPSS. -----

----- Seguidamente, deu conhecimento à Câmara de uma informação, a qual é do seguinte teor: -----



-----“De dez a treze de Novembro próximo decorre no Auditório Municipal Eunice Muñoz um Forum de Municípios Europeus sobre “As grandes questões da Comunicação Municipal para o Século Vinte e Um”, uma iniciativa da autarquia. -----

-----Chama-se a atenção para a qualidade dos oradores convidados, respectivamente, Pedro Santana Lopes, Helena Roseta, Jorge Vasconcelos e Sá, Ruben de Carvalho, John Curtice, Jean-Pierre Muret, Alexander Dill, Stuart Price, Domingos Morcillo Carboneres, Christopher Allen, Vicente Rodos Amoros e Ignacio Ben Mallen, um conjunto de individualidades que dificilmente voltará a ser possível reunir na globalidade, em Portugal. -----

-----Estão já inscritos mais de cem representantes de municípios portugueses e de outros países europeus, entre os quais vários Presidentes de Câmara e Vereadores, para acompanharem e intervirem nos três temas em debate e que se revestem de grande actualidade, respectivamente: “Opinião Pública e Governação Municipal”, “Participação dos Cidadãos na vida local: quimera ou realidade?” e “Partilhar novos desafios e novas soluções”. -----

-----Antecedendo a sessão de abertura será inaugurada uma exposição com as oito propostas que nos foram apresentadas para a Imagem Gráfica do Município de Oeiras para o Século Vinte e Um, exposição esta que posteriormente vai percorrer as nove freguesias do concelho.-----

-----O programa completo da iniciativa será distribuído aos Senhores Vereadores com a Agenda Semanal de Actividades.” -----

-----Deu conhecimento de seguida, do discurso por si proferido no Primeiro Forum dos Médicos das Autarquias Locais, o qual a seguir se transcreve:-----

-----“Excelentíssimo Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos -----

-----Excelentíssimo Senhor Representante de Sua Excelência a Ministra da Saúde-----

-----Excelentíssimo Senhor Representante da Escola Nacional de Saúde Pública -----

-----Excelentíssimo Senhor Representante da Associação Nacional de Municípios-----

----- Excelentíssimo Senhor Representante da Delegação de Benguela -----

----- Excelentíssimo Senhor Representante da Delegação do Príncipe -----

----- Excelentíssimo Senhor Representante da Delegação de São Vicente -----

----- Excelentíssimos Senhores Autarcas -----

----- Excelentíssimas Senhoras -----

----- e -----

----- Excelentíssimos Senhores, -----

----- É com grato prazer que tenho o privilégio de vos dar as boas-vindas a Oeiras, agradecendo a presença de todos vós neste espaço que se pretende de discussão sobre um tema que me é particularmente grato. -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras privilegia nas suas orientações todas as acções que possam trazer conhecimentos, saberes e experiências, capazes de melhorar a qualidade de vida dos seus colaboradores. -----

----- De há muito, que esta preocupação está enraizada na nossa maneira de gerir as pessoas e, convictamente, afirmo, que àqueles que comigo trabalham se deve a modernização deste Concelho. -----

----- Conquistámos por direito próprio a nossa individualidade e o nosso espaço sociológico e, transformámo-nos num verdadeiro pólo de saber e desenvolvimento, a que não são alheias iniciativas como esta, em que privilegiamos a troca de experiências, porque cremos que nela reside a verdadeira fonte do saber. -----

----- Numa era de constante mudança, em que a tecnologia parece dominar toda a nossa vida, num estranho paradoxo, e talvez não seja assim tão estranho, o Homem dominou a preocupação de todos. -----

----- O conceito de qualidade de vida, estende-se à qualidade da vida no trabalho; -----

----- A qualidade de vida no trabalho abraça, finalmente, todas as disciplinas do saber,



designadamente, a medicina, a psicologia, a sociologia, a engenharia, etc., etc.-----

-----Do homem como instrumento de produção, a peça de uma qualquer engrenagem, em que este era apelidado de trabalhador, evoluímos para um conceito económico-sociológico de recurso humano; ... e eis se não quando, já falamos em pessoas!-----

-----A gestão dos recursos humanos é hoje, afinal de contas, a gestão de cada homem e do seu papel em qualquer organização, enquanto ser individual, com as suas características e particularidades, a que me habituei a chamar de colaborador.-----

-----Quero citar aqui, aquilo que considero uma frase lapidar e que norteia a nossa política de gestão do pessoal. Disse Peter Drucker “Saber investir nas pessoas para estar no pelotão da frente”.-----

-----Deixem-me dizer, e com indisfarçável orgulho, que a noite passada e perante a dramática situação das cheias que se viveram, encontrei muitos dos meus colaboradores trabalhando noite dentro, com uma inegável dedicação e motivação, para minorar os drásticos efeitos da chuva.-----

-----A realização deste forum demonstra, efectivamente, a preocupação pelo bem estar destas mulheres e destes homens.-----

-----De há muito que esta autarquia se vem preocupando com a saúde dos seus colaboradores; preocupação esta que não deriva da imposição de qualquer normativo legal.-----

-----Esta, consubstancia, no entanto, a firme convicção de que o envolvimento de um trabalhador, em qualquer organização, se encontra directamente relacionado com o seu bem estar físico e psíquico.-----

-----A saúde, é um de entre muitos aspectos, que contribuem para o bem estar do homem.

-----Em mil novecentos e oitenta e oito, demos os primeiros passos;-----

-----... e admitimos um médico para colaborar connosco.-----

-----Em mil novecentos e noventa e três,-----

----- ... criamos um gabinete médico.-----

----- Acreditamos, e como disse antes, não é só na saúde dos próprios, que se esgota o bem estar dos nossos colaboradores.-----

----- Importa estar atento à defesa da dignidade da pessoa e ao equilíbrio da família, tendo em conta a promoção integral do homem.-----

----- Por isso, em mil novecentos e noventa e sete, estendemos, aos seus ascendentes e descendentes, a possibilidade de usufruírem dos serviços ali prestados.-----

----- No entanto, a prevenção é a nossa aposta mais firme.-----

----- Promover a saúde, levando o indivíduo a adquirir hábitos e comportamentos saudáveis, conquanto seja uma tarefa difícil, nem sempre visível é, necessariamente, compensadora.-----

----- Temos assim apostado na prevenção dos riscos profissionais, dinamizando programas de formação contínua.-----

----- De facto, acreditamos na importância do desenvolvimento de programas de rastreio e de vacinação, bem como, do acompanhamento sócio-familiar dos nossos colaboradores.-----

----- Estou certo, que o desenvolvimento das pessoas é a garantia do sucesso nas organizações do futuro, sendo a saúde um factor decisivo para o seu bem estar.-----

----- Compete a todos vós e, no desenvolvimento deste forum, discutir meios e formas para atingir tal desiderato.-----

----- Resta-me nesta ocasião em que se dá um passo importante na política do desenvolvimento da prática de saúde ocupacional, formular votos de um bom trabalho em prol de todos e, do homem em si mesmo. -----

----- Deixo-vos com “Manuel Alegre” -----

----- “Cantarei o homem que transforma tudo-----

----- E tão dificilmente se transforma-----



-----Ele que se escreve com h pequeno -----

-----Em todas as coisas que são grandes. -----

-----Cantarei o homem no plural -----

-----Ele que é tão singular -----

-----Tão impossível de ser outro -----

-----Senão ele próprio: -----

-----O homem”.” -----

-----Prosseguindo, deu conhecimento que há dias, teve oportunidade de distribuir aos Senhores Vereadores o Relatório da Inspecção Geral da Administração do Território, que decorreu na CMO em mil novecentos e noventa e sete, cujas conclusões a seguir se transcrevem:

-----“Conclusão e Propostas -----

-----Pode concluir-se, em geral, e na medida em que os processos analisados se podem ter como representativos, que a Câmara Municipal de Oeiras utiliza abundantemente a actividade administrativa informal em domínios regulados formalmente pela lei através de procedimentos administrativos especiais, o que, combinado com um entendimento corrente dos planos em vigor e das suas normas regulamentares como meramente indicativos, em clara violação da lei - a qual qualifica de nulos os actos que corporizam esse entendimento - se configura como uma tendência para não respeitar aspectos importantes do princípio da legalidade da Administração e da inderrogabilidade singular dos regulamentos, pilares do princípio constitucional estruturante do Estado de Direito. Por outras palavras, a prossecução de objectivos de boa administração autárquica deve, enquanto actividade nitidamente subordinada à lei, desenvolver-se no quadro do Estado de Direito Democrático, e não através da protecção da confiança inculcada em terceiros por actos administrativos ilegais e que fatalmente violam o princípio da igualdade e por actos consumados. A insistência consciente neste tipo de actuações no futuro poderá, verificados que sejam os outros pressupostos legais, exigir dos órgãos tutelares a proposição de acções judiciais

de perda de mandato e de dissolução da Câmara Municipal.-----

----- Não sendo de todo inócuo que se pratiquem várias ilegalidades qualificadas de nulidade, devem o Ministério Público e os Tribunais Administrativos competentes ter oportunidade de realizar os seus juízos nesta matéria, a que não obsta a eventual atribuição de efeitos jurídicos às situações de facto constituídas.-----

----- Concorda-se com as propostas apresentadas no Relatório de Inspecção.-----

----- Sugere-se ainda, o envio, por ser interessada, de cópia à IDETEX do ponto quatro.três. -----

----- Por último, propõe-se a comunicação dos números dois.um.um.um, dois.quatro.dois, dois.quatro.três, dois.seis, três.quatro, três.cinco e três.seis, bem como do presente parecer, ao Presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo para o efeito de exercer as suas competências previstas nos artigos sexagésimo primeiro e sexagésimo segundo, do Decreto-Lei quatrocentos e quarenta e cinco, de noventa e um, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei duzentos e cinquenta, de noventa e quatro, de quinze de Outubro e nos artigos quinquagésimo sétimo e quinquagésimo oitavo, do Decreto-Lei quatrocentos e quarenta e oito, de noventa e um, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro, de noventa e cinco, de vinte e oito de Dezembro.”-----

----- Prosseguindo e ainda a este propósito, referiu que irá providenciar para que, na próxima semana, seja distribuído pelo Executivo, a resposta que a CMO deu ao relatório, no âmbito do contraditório e, independentemente das conclusões, considera que não há problemas que sejam graves, resultantes desta inspecção na medida em que, o que se verifica neste relatório são divergências interpretativas, havendo várias situações que a inspecção considera actos nulos, sendo na generalidade actos da Câmara e um dos actos é do próprio Presidente e que é um despacho seu a aprovar um projecto de alterações na Medrosa, em que autoriza catorze metros quadrados a mais num edifício que tem entre três a quatro mil metros quadrados de construção,



autorização desta devidamente fundamentada, com uma informação em que se refere que estes catorze metros quadrados decorrem de ajustamentos do projecto; assim sendo, o que se verifica é que existe neste relatório uma interpretação rígida por parte da inspecção, e nalguns casos é por a CMO fazer algo que nenhuma Câmara da AML faz, ou seja, os planos de pormenor, tendo feito referência a este facto numa informação da Direcção Geral do Ordenamento do Território, pois a CMO é a que tem mais planos de pormenor de todo o País, uma vez que a maior parte trabalha com projectos de loteamento exclusivamente, sendo esta uma situação ridícula porque, a Câmara aprova, por hipótese, mil fogos e com uma alteração aprova mais quinhentos e não há problema nenhum ou então, aprova um edifício com oito pisos, aprova mais dez e continua a não haver problema nenhum, e num Plano de Pormenor em que é pormenorizado desde as volumetrias, às cercis, etc., se porventura, devido ao ajustamento do processo, acaba por aprovar mais vinte, trinta, quarenta ou cinquenta metros quadrados, do ponto de vista legal é uma situação que é susceptível de ser considerada nulidade, ou seja, anda tudo um pouco à volta disto, pois apesar de ser uma inspecção exaustiva, as situações que encontraram não são consideradas como sendo graves, pois são fundamentalmente questões de interpretação por parte dos inspectores do IGAT, tendo sido dada a resposta da CMO a cada uma das questões e que consta do Relatório da Câmara que irá fazer distribuir pelos Senhores Vereadores.

-----Prosseguindo, e ainda relacionado com esta questão, deu conhecimento que, no que diz respeito às questões que foram remetidas para o Tribunal, já recebeu um pedido do Ministério Público a pedir certidões de todas estas questões, tendo que se aguardar as decisões do Tribunal sobre esta matéria, mas não tem qualquer dúvida em afirmar que a generalidade das situações se deve a diferenças interpretativas, tendo havido um caso que começou por ser considerado grave pela IGAT e que tem a ver com a confusão que foi gerada por considerar que o Plano do Norte de Oeiras, onde vai ser construído o Parque dos Poetas e que é um plano parcial de urbanização e que os inspectores chamaram de plano de pormenor e tanto que é assim

que o Ministério Público do Tribunal Administrativo pede o Plano de Pormenor do Norte de Oeiras, de forma que foram enviadas as certidões todas menos a do Plano de Pormenor do Norte de Oeiras, porque este não existe, existindo sim o Plano Parcial do Norte de Oeiras, havendo uma diferença substancial, pois o plano de pormenor não tem flexibilidade enquanto que o plano parcial tem uma grande flexibilidade. -----

----- Prosseguindo no que diz respeito à questão do loteamento da Quinta dos Aciprestes, o IGAT refere o seguinte: -----

----- “Sobre este loteamento tinha sido enviada à IGAT uma exposição da Liga dos Amigos de Linda-a-Velha em doze de Fevereiro de noventa e seis, alertando para alegadas ilegalidades nos processos acima referidos. -----

----- Depois de cuidado relato dos diversos actos integrados nos processos referidos, o Relatório da Inspecção analisa as suas eventuais ilegalidades, chegando à conclusão que a deliberação camarária de vinte de Setembro de noventa e cinco que aprovou a operação de loteamento na Quinta dos Aciprestes não violou o Plano Director Municipal de Oeiras, em termos que parecem de sufragar sem reservas.” -----

----- A este propósito, salientou que esta era também uma das questões polémicas, tendo dito inclusivé que era bom que a inspecção considerasse esta como uma situação ilegal, mas pelos vistos tal não acontece. -----

----- Deu conhecimento de seguida, que para a semana irá dar também uma informação sobre o Tribunal de Contas, pois para quem acompanhou os jornais desta semana, reparou que houve uma reacção do Tribunal de Contas a uma declaração da CMO a propósito das cheias do Dafundo, de terça para quarta-feira passada, onde esteve presente, juntamente com o Senhor Vereador José Eduardo Costa, tendo nesta ocasião comentado com o Comandante dos Bombeiros Voluntários que a obra que pode reduzir em cerca de oitenta por cento os problemas das cheias no Dafundo já podia ter arrancado, não fora a atitude do Tribunal de Contas na



formulação do respectivo; o que é certo é que neste dia deu uma entrevista à Antena Um e à Agência Lusa sobre esta questão, salvaguardando quer o Presidente do Tribunal de Contas, quer os juízes conselheiros, mas afirmando que a burocracia no Tribunal de Contas também era muita, pois são devolvidos às Câmaras Municipais processos fazendo perguntas do género: “Se a obra já foi consignada?”, não fazendo sentido fazer este tipo de perguntas, pois a obra só é consignada depois de ter o visto do Tribunal de Contas e assim sendo, não passam de manobras dilatórias para atrasar o processo, tendo acontecido o mesmo com o Molhe do Porto de Abrigo, em que foi perguntado à Câmara se a obra já tinha sido consignada, onde é que estava a autorização dos quinhentos mil contos do Fundo de Turismo, uma vez que a obra era comparticipada pelo Fundo de Turismo e a autorização do Porto de Lisboa para fazer a obra, havendo como é óbvio aqui qualquer coisa, que não está bem, pois não compete ao Tribunal de Contas averiguar se a Câmara obteve as autorizações necessárias, sendo a mesma coisa quando pergunta porque razão é que para fazer uma marina ou um porto de recreio se a Câmara obteve a autorização do Porto de Lisboa e porque razão é que perguntam quando a Câmara faz uma estrada se tem a autorização dos proprietários, sendo estas questões marginais, pois a Câmara não podia arrancar com uma obra no valor de um milhão e tal de contos para depois ser embargada pelo Porto de Lisboa, tendo o Tribunal de Contas enviado neste mesmo dia, para os jornais “Público” e “Independente”, o relatório que tinha feito à CMO entre dez e dezasseis de Outubro, o que deu azo a que tivesse sido contactado pelo “Público” para responder a algumas questões, mas não considera que haja problema algum em o Tribunal de Contas enviar os relatórios que faz aos jornais, mas o que o Tribunal de Contas não pode fazer é deixar que alguns dos seus funcionários façam comentários sobre os procedimentos da Câmara Municipal, designadamente sobre a forma como são recebidos ou não, ou seja, o que está no relatório é o que conta, tendo quem quiser acesso a ele, mas houve funcionários do Tribunal de Contas que fizeram comentários aos jornais, dizendo que lhes foram criados entraves na Câmara, que o Presidente várias vezes se indispôs

com eles, entre outras coisas, e o que acontece é que só falou com os inspectores uma única vez, na véspera de se irem embora, porque às quinze horas recebeu uma requisição dos auditores para às dezassete horas entregar o cadastro da Fundação Marquês de Pombal e naturalmente que respondeu, na própria requisição dos auditores que, não sabia o que era o cadastro da Fundação, razão pela qual gostaria de ser informado sobre esta questão, além de que considerava alguma falta de senso, e até mesmo alguma arrogância, dirigirem requisições às quinze horas, para serem respondidas até às dezassete horas e como os Senhores Inspectores não eram o centro do mundo se queriam que o trabalho deles fosse respeitado, tinham que respeitar o trabalho da CMO, razão pela qual, meia hora depois de os auditores terem recebido a sua nota, foi solicitado para ter uma reunião com os auditores que apresentaram as suas desculpas, pedindo para não interpretar desta forma, pois o pedido foi feito daquela maneira porque no dia seguinte iam-se embora e como faltava este documento, acharam que só o Presidente da Câmara é que podia satisfazer este pedido com alguma rapidez, tendo a reunião sido cordial a partir deste momento, mas para entender que eles são muito pressionados pelo Tribunal de Contas para terminarem esta inspecção, uma vez que só dispunham de dez dias, ao que respondeu que compreendia muito bem que os auditores tinham que produzir e que era bom que tivessem alguns índices de produtividade, só que esta produtividade não podia ser obtida à custa da não produtividade da Câmara e do seu pessoal, e geralmente é necessário ter uma grande paciência por parte dos funcionários da Câmara, porque os auditores pensam que chegam à Câmara e têm tudo satisfeito e esquecem-se que a Câmara também tem outros prazos a cumprir noutras matérias, de forma que as declarações prestadas aos jornais são falsas, razão pela qual solicitou uma audiência ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas, a qual foi concedida hoje às doze horas, tendo entregue um documento escrito, que dará oportunamente conhecimento dele aos Senhores Vereadores e no qual refere que se reserva o direito de o divulgar através da comunicação social se no tempo que considerar adequado, o Senhor Presidente do Tribunal de Contas, não der uma



satisfação à CMO sobre esta questão, pois expôs-lhe a situação e foi atendido de forma muito cordial pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas, que compreendeu que de facto dez dias era um prazo muito curto para a realização da inspecção e que iria dar instruções para que a pressão exercida pelos auditores às Câmaras para que as questões sejam respondidas neste prazo de tempo possam ser mais dilatadas para que depois não surjam este tipo de problemas, além de que também aproveitou para protestar que os funcionários do Tribunal de Contas façam considerações à margem do processo e do relatório, tendo ficado com a nítida sensação que o Senhor Presidente foi sensível a tudo quanto lhe disse, aguardando uma resposta da sua parte e oportunamente distribuirá a resposta da CMO que poderá depois ser discutida pelo Executivo.---

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA: -----

-----O Senhor Vereador Arnaldo Pereira iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara que participou, juntamente com o Senhor Vereador Tavares Salgado e com uma delegação da Câmara, no sexto Encontro da Associação Portuguesa de Municípios com Centros Históricos, que teve lugar em Ouro Preto, no Brasil. -----

-----Prosseguindo, referiu que este Encontro decorreu entre o dia vinte e um e o dia vinte e três de Outubro, tendo o tema sido “Património e o Novo Milénio”, tendo esta sido uma iniciativa da Associação Portuguesa de Municípios com Centros Históricos, que decorre anualmente e que procura ser um espaço de reflexão, debate, permuta e intercâmbio de experiências e conhecimentos nesta matéria da preservação dos núcleos urbanos antigos e do património histórico, tendo a Associação contado com a colaboração da Universidade Federal de Ouro Preto e da Prefeitura. -----

-----Continuando, deu também conhecimento que participaram cerca e vinte municípios portugueses, mas para além destes participou também, o IPPAR, que, por intermédio do seu Presidente, apresentou uma comunicação, bem como a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, que apresentaram uma comunicação e isto foi extremamente útil, porque do IPPAR surgiu com muito ênfase uma perspectiva relativamente à política do património, que preconiza a gestão integrada do património, tendo sido uma intervenção que teve o mérito de ser corajosa e frontal, na medida em que, preconiza muito claramente que deve ser o Ministério da Cultura a tutelar toda a intervenção patrimonial do Estado, o que significa que, do ponto de vista do IPPAR, deixa de fazer sentido que outros organismos do Estado, nomeadamente a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que aliás, tem desenvolvido um trabalho extremamente meritório nesta área, de há alguns anos a esta parte, mas do ponto de vista do

Ministério da Cultura deve ficar integrada neste Ministério.-----

----- Por outro lado, existem outras situações, ao nível do próprio Ministério da Cultura, porque como é do conhecimento geral, foi criado há pouco tempo o Instituto Português do Património Arqueológico e neste momento, também surgem conflitos de competências entre o IPPAR e o IPA, já para não falar de outras competências que estão dispersas, nomeadamente pela Direcção de Património do Estado e que dificulta uma gestão integrada da política do património, tendo a intervenção do Senhor Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais também sido muito interessante, apesar de ter sido mais prática, pois aponta uma riquíssima experiência de intervenção nesta matéria, tendo sido também útil a intervenção da Secretaria de Estado da Administração do Território.-----

----- Prosseguindo, referiu que a CMO apresentou também uma comunicação, onde procurou caracterizar e resumir o que tem sido a sua política na área da preservação e revitalização dos Centros Históricos, com especial incidência no Centro Histórico de Paço de Arcos. Por outro lado, uma das tóricas deste Encontro apontou para a utilidade e vantagem de se constituir uma espécie de Associação que agrupasse por um lado, a APMCH e, por outro lado, agrupasse os municípios brasileiros com centros históricos. Neste encontro participaram o município de Ouro Preto e o de São Vicente, que consideraram muito interessante a realização destes fóruns de avaliação de experiências recíprocas e de permutas de conhecimentos, de modo que estão decididos a avançar com a constituição de uma associação com as características que há pouco referiu e, depois, com um protocolo de cooperação entre esta associação e a associação portuguesa, sendo dispensável referir o quanto gratificante foi para o CMO a presença no Brasil, pois Ouro Preto é uma cidade lindíssima, Património Mundial da Humanidade, exemplar incomparável do barroco setecentista, pois já todos ouviram falar do Francisco António Lisboa, o “Aleijadinho”, que imprimiu a sua marca muito característica ao barroco brasileiro, mas em Minas Gerais há dois conjuntos classificados, porque o conjunto escultórico do Senhor Bom



Jesus de Matosinhos, de Gongonhas do Campo, é também património da Humanidade.-----

-----Relativamente ao Brasil, apesar de os problemas financeiros serem uma fortíssima limitação para a recuperação do património, recorrem de uma maneira muito mais efectiva ao mecenato do que os portugueses, ou seja, há uma tradição de apoio à recuperação do património, a partir de empresas e de outras entidades, pelo que os principais problemas residem na falta de mão-de-obra especializada e da orientação científica e por outro lado, é um pouco desolador verificar o estado de abandono do património. Por exemplo, o conjunto escultórico de Gongonhas do Campo está num estado de degradação bastante avançado, existindo apenas um técnico, correspondente ao IPPAR em Portugal, que tem a responsabilidade da gestão do património de Gongonhas do Campo, de Ouro Preto e de Mariana, o que é manifestamente excessivo, denotando uma grande ineficiência da Administração Pública, sobretudo ao nível Federal e aqui é que a cooperação portuguesa podia ser mais produtiva e útil no plano científico; outra experiência muito interessante que teve foi em Mariana, que é uma tentativa que está a ser desenvolvida com a Prefeitura em cooperação com instituições locais, nomeadamente a Diocese, que é uma escola de formação profissional que tem uma preocupação social muito vincada, na medida em que acolhe sobretudo jovens marginais e toxicodependentes, procurando dar-lhes uma formação profissional nas áreas da carpintaria, marcenaria, cantaria, etc., sendo uma experiência muito positiva, que conta com cerca de oitenta jovens que passam o dia nesta escola, cada um a aprender o seu ofício, apesar de passarem todos por todos os ofícios. O objectivo da escola é ela própria constituir-se como recurso de mão-de-obra especializada, podendo vir a assumir a forma de uma cooperativa que possa prestar serviços. -----

-----Para concluir, referiu que uma área que talvez se tenha negligenciado nesta cooperação com o Brasil, pois não há dúvida nenhuma que Portugal está unido ao Brasil, tanto pela língua, como pelo património e por laços civilizacionais antigos muito fortes, considerando que um imperativo da política cultural de Portugal terá que passar também pelo reforço dos laços

com o Brasil. -----

----- Seguidamente e reportando-se à questão do Relatório da IGAT, referiu que ainda não teve oportunidade de o ler, apesar de já ter tido conhecimento do seu conteúdo e da resposta da Câmara, nomeadamente no que diz respeito à questão da Quinta dos Aciprestes e a posição da inspecção; simplesmente o Relatório também apontava para determinados desenvolvimentos que agora deviam ser objecto do parecer do Senhor Ministro, pois pelos vistos, de acordo com as palavras do Senhor Presidente, o despacho do Senhor Ministro foi no sentido de dar continuidade às recomendações que são feitas no Relatório, o que significa que, neste momento, a Câmara tem uma série de processos de declaração de nulidade em deliberações, ao que o **Senhor Presidente**, no uso da palavra respondeu que não tem, pois agora vai para o Ministério Público para serem analisadas. -----

----- De seguida, deu conhecimento de uma carta da Federação Portuguesa de Rugby, a qual é do seguinte teor: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, -----

----- Conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, teve lugar, no passado dia cinco de Outubro, a comemoração do Dia Nacional do Rugby/mil novecentos e noventa e nove, com a realização dos jogos da Super Taça no Estádio Nacional e que culminou com a distribuição de prémios da Época mil novecentos e noventa e oito/noventa e nove, durante o banquete que teve lugar no restaurante da Antiga Fábrica da Pólvora, em Barcarena, gentilmente oferecido pela Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Cumpre-nos agradecer o prestimoso apoio ao referido evento onde, aliás, o Senhor Vereador Doutor Arnaldo Pereira teve a amabilidade de felicitar a Federação pela passagem do nosso quadragésimo terceiro aniversário e de explicar as razões da ausência de Vossa Excelência que concerteza nos honrará em próxima oportunidade, com a sua presença.” -----

----- Deu também conhecimento que esteve presente, juntamente com o Senhor



Presidente, na cerimónia de atribuição dos prémios do Fair Play, que decorreu no dia quinze, na Fábrica da Pólvora de Barcarena.-----

-----Por último, informou que o Senhor Director Regional de Educação de Lisboa solicitou-lhe que transmitisse ao Senhor Presidente da Câmara a sua disponibilidade no sentido de assinar os protocolos para a construção dos três Pavilhões Desportivos, no próximo dia vinte e quatro de Novembro, pelas dezassete horas.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOSÉ EDUARDO COSTA:**-----

-----O Senhor Vereador José Eduardo Costa iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara que, no dia dezassete, esteve presente, em representação do Senhor Presidente, nos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, na cerimónia de aniversário, onde foi inaugurada uma ambulância e uma viatura de combate a incêndios, que foram cedidas pela Câmara. -----

-----No dia dezassete, durante o dia, foi alertado para um incêndio que se verificou num antigo edifício da Fábrica da Pólvora, louvando o trabalho efectuado pelos Bombeiros Voluntários de Barcarena no combate ao incêndio que se despoletou, embora não tenha provas, devido a caçadores que andam a caçar dentro do perímetro da Fábrica da Pólvora, tendo já sido solicitado à GNR para intervir, mas respondeu que não consegue controlar esta situação, havendo duas hipóteses, ou seja, uma beata atirada por um caçador, ou então uma bala que tenha feito ricochete num muro, até porque havia vestígios de cartuchos no local.-----

-----No dia dezanove, ocorreu mais uma cheia no Dafundo durante a madrugada, cheia esta bastante significativa, pois não ocorreu só na zona do Aquário Vasco da Gama e na Rua Sete de Junho, tendo-se estendido mais para o Jardim do Marquês, Bairro Clemente Vicente e ruas adjacentes entre este bairro e o Aquário Vasco da Gama, aproveitando a ocasião para, mais uma vez, fazer publicamente um elogio aos Bombeiros Voluntários do Dafundo que foram excepcionais e tiveram uma pronta intervenção, bem como aos funcionários da Câmara que, passado pouco tempo, compareceram no local e colaboraram com os Bombeiros Voluntários na limpeza que durou até acerca do meio dia.-----

-----No dia vinte e cinco, esteve presente na Cooperativa Nova Morada, em representação do Senhor Presidente, para a inauguração dos courts de ténis, aos quais foram dados o nome da família Peralta, obra esta bastante importante, uma vez que são os primeiros courts de ténis de

piso sintético existentes no concelho de Oeiras. -----

----- No dia vinte e cinco, esteve também presente, juntamente com o Senhor Presidente, nos Bombeiros Voluntários de Algés e de Paço de Arcos, para assistir às cerimónias do aniversário e durante este evento nos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos, foi chamado na qualidade de responsável da Protecção Civil, para se deslocar à praia da Cruz Quebrada, onde as marés eram significativas, realçando o facto de, no sábado à noite, juntamente com o Senhor Presidente e com a Senhora Vereadora Teresa Zambujo se terem deslocado à praia de Oeiras, tendo considerado vergonhoso o que viu na Estrada Marginal, pois de sábado para domingo, foi chamado, porque a Brigada de Trânsito já tinha cortado duas faixas da marginal, devido às poças de água que podiam causar acidentes graves e mortais, pois as sarjetas estavam todas obstruídas, devido à JAE não estar a fazer a mínima manutenção na marginal, tendo o Senhor Presidente chamado uma máquina da Câmara para rebentar com o paredão da marginal, uma vez que era a única forma de escoar a água; entretanto, chegou um bombeiro de Oeiras que sabia que a sarjeta ia dar à praia e que já estava com um metro de areia, tendo-se conseguido desobstruí-la e escoar a água da marginal, situação esta que surgiu porque a JAE não se importa, pois foi informado que a Brigada de Trânsito fez vários telefonemas para a JAE e ninguém respondeu, ou seja, não há ninguém à noite para intervir neste tipo de situações, tendo acontecido o mesmo na sexta-feira anterior, pois pediram à CMO para fazer a desobstrução da marginal junto ao edifício dos Socorros a Náufragos, em Paço de Arcos, tendo sido também notada a ausência da JAE mais uma vez e basta percorrer a marginal para se verificar o estado de degradação dos passeios, da própria estrada e das sarjetas, tendo sido informado que não há cantoneiros, mas se não há cantoneiros há empresas privadas que fazem este tipo de trabalho, solicitando a colaboração do Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa, pois para além de estar em causa a imagem do município e do país, existe também a questão da segurança, que é bastante importante. -----

----- Prosseguindo e voltando à tarde de domingo, quando se deslocou à praia da Cruz



Quebrada, verificou que havia marés altas que começaram na sexta-feira, tendo-se intensificado no domingo e, na praia da Cruz Quebrada, deparou com a situação de haver junto ao paredão, cerca de vinte a trinta habitações que deviam ser de pescadores, mas existem lá famílias de pescadores a viver permanentemente e o mar, com ondas de cerca de quatro metros, que arrastaram três embarcações de pesca, bem como instrumentos de pesca, redes e pôs em perigo algumas habitações que ficaram inundadas pela maré; na segunda-feira à tarde, houve uma nova maré, tendo a linha de caminho de ferro sido cortada desde a estação da Cruz Quebrada até Caxias, no sentido de Cascais, porque o mar destruiu a linha e rebentou com o paredão, razão pela qual nesta tarde, juntamente com o comandante dos Bombeiros do Dafundo, solicitaram à REFER para interromper a circulação dos comboios, pois podia haver o perigo de uma sulipa entrar dentro de uma carruagem que circulasse em sentido contrário e ferir alguém gravemente ou mesmo matar; de forma que a circulação esteve interrompida e nesta noite, esteve mais uma vez no local a acompanhar os bombeiros, uma vez que a situação se agravou. -----

-----Prosseguindo, deu conhecimento que na segunda-feira à tarde, telefonou para a APL a pedir que a Presidente do Porto de Lisboa, Senhora Engenheira Natércia Cabral, se deslocasse ao local para em conjunto, fazerem um ponto da situação, uma vez que na noite de segunda para terça-feira, podia haver perigo para as pessoas que residem no local, mas a Engenheira Natércia não se encontrava em Lisboa e quem se deslocou prontamente ao local foi o Senhor Engenheiro João Durão, tendo estado também presentes a CP e a REFER e chegou-se à conclusão que ninguém sabia muito bem de quem era a jurisdição daquela área, concluindo posteriormente que havia uns moradores que pagam as taxas de ocupação das casas à CP e outros pagam à APLisboa, razão pela qual o Senhor Engenheiro João Durão solicitou a dois técnicos que se deslocassem ao local e ficou decidido que uma das medidas era o mais rapidamente possível, ser feita a reparação do paredão, mesmo que não seja definitiva, se não for com construção idêntica à que lá está, pelo menos colocar uns dolmos ou uns pés de galinha, para se começar a fazer o

assoreamento da praia para que a rebentação não se faça em cima das casas que lá estão, sendo a situação considerada complicada pelo Senhor Presidente, pois no domingo deslocou-se ao local e verificou que a CP e a APL tentam ilibar-se das responsabilidades, além de que a situação ainda se pode tornar pior, pois, houve pessoas que não quiseram sair das suas casas, nem quiseram tirar os barcos, de forma que se não se tomarem medidas, quando surgirem marés de repente e as pessoas não se aperceberem podem vir a ocorrer acidentes mortais, aproveitando esta ocasião para louvar os Bombeiros Voluntários do Dafundo, porque mantiveram-se no local as duas noites, além de que quer realçar para além dos funcionários da CMO e das chefias, que têm as suas obrigações, três funcionários que estiveram sempre presentes nestas duas noites e em Barcarena, na noite de Domingo, que fazem as funções de encarregados, sendo eles o Senhor Alfredo Rebelo e o Senhor Nuno Caetano, da Divisão de Higiene Pública e o Senhor António Guia, que é motorista da Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano, de forma que considera que é merecido um louvor a estes funcionários, que ficaram sem dormir o fim-de-semana todo, para tentarem resolver este problema.

---

De seguida e no uso da palavra, o **Senhor Presidente** solicitou ao Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa na qualidade de administrador do ICOR, pois apesar de esta questão não ter nada a ver com este instituto, mas dá-se a circunstância de que este Executivo tem um Vereador que é administrador de um Instituto de Construção e o Senhor Ministro das Obras Públicas também é munícipe de Oeiras, de forma que é natural que a CMO procure aproveitar este ambiente, em que se podem desenvolver algumas iniciativas inovadoras no relacionamento da Câmara com o Instituto que tem a seu cargo a conservação, designadamente da Marginal, pois este problema já se repetiu há dois ou três anos atrás, em Paço de Arcos, e nesta altura houve uma troca de opiniões entre a CMO e a JAE, porque o horário de expediente desta era das nove às dezassete horas e trinta minutos e a partir desta hora para a frente, não há hipótese de actuação por parte desta entidade, o que suscitou a dúvida, então o que é que se faz, quando a Marginal



tem situações deste género, ao que a JAE respondeu que, nesta altura a CMO deve providenciar junto da GNR e dos Bombeiros Voluntários o encerramento da Marginal, ou seja, encerra-se a Marginal durante a noite toda, no dia seguinte às nove horas a JAE já está a funcionar e providencia o piquete para resolver a situação e é claro que é irrelevante se há uma alternativa ou não, pois até existe uma embora não seja a melhor, pois é canalizar, sobretudo na parte da manhã, em que o fluxo de tráfego para Lisboa é maior, para a auto-estrada ou para o interior de Paço de Arcos, sendo óbvio que a Marginal, pela sua natureza, deve ser desobstruída o mais rapidamente possível, tendo sido até enviada uma carta à JAE a propor que a CMO assumisse a responsabilidade da gestão nesta parte da Marginal, ou seja, situações de emergência e arranjos paisagísticos, pois já os faz, de forma que considera que é uma boa ideia que o Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa, através dos contactos que tem com o ICOR intervenha nesta questão, indo este assunto ser colocado ao Senhor Ministro das Obras Públicas, considerando também que a solução talvez passe por um acordo ou um protocolo, entre a CMO e o Instituto de Conservação, no sentido de, nestas circunstâncias a Câmara assumir a responsabilidade da Marginal, bem como, a limpeza e a conservação dos passeios, mas terá que ser remunerada por isto, até porque caso o faça, até o faz por metade do preço do que uma empresa qualquer o faz e esta estrada que já foi a “cara bonita” da JAE, de há cinco/seis anos para cá, entrou num estado de degradação muito grande e tal não faz sentido, até pela natureza turística da mesma, razão pela qual apela ao Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa e à Senhora Vereadora Manuela Augusto, que dentro das suas influências, estabeleçam uma ponte, pois a Câmara irá formalizar esta questão quer ao Instituto de Conservação, quer ao Senhor Ministro das Obras Públicas.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

11 - INFORMAÇÕES - SR<sup>a</sup>. VEREADORA TERESA ZAMBUJO: -----

----- A Senhora Vereadora Teresa Zambujo iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara que no dia doze, teve oportunidade de participar nas comemorações do centésimo nono aniversário de Luís de Freitas Branco, como patrono da Escola Secundária Luís de Freitas Branco, tendo sido organizado o chamado “Dia Musical”, em que houve a oportunidade, entre outras coisas, de ouvir o neto do patrono falar sobre música e sobre a vida do seu avô, Luís de Freitas Branco, tendo tido ocasião de, mais uma vez, esclarecer quais são as competências das autarquias e do Governo, dado que nestas situações, há sempre quem solicite ajuda, pois o facto de a Câmara dar resposta a solicitações que fazem, acabam por pensar que a competência é mesmo da Câmara. -----

----- No dia catorze, participou numa reunião da Junta Metropolitana de Lisboa, sobre o Quadro Comunitário de Apoio Três, em que foram entregues, por parte de Oeiras, as listagens dos projectos que são considerados prioritários, quer se tratem de projectos de características supra municipais, quer projectos de características mais locais, independentemente do enquadramento nos diversos eixos ou instrumentos, que depois irão ser apresentados a Bruxelas, aguardando que da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, seja dado algum feedback, relativamente a este documento que foi entregue pela Junta Metropolitana e que resultou do conjunto de diversos documentos entregues pelos municípios que compõem a Junta. -

----- Deu conhecimento, de seguida, que participou nas diversas iniciativas que decorreram durante o mês, integradas nos “Encontros de Outubro”, das quais destaca o Encontro “Vida Activa, Alimentação Saudável e Gestão do Stress”, que assinalou também o Dia Mundial da Alimentação, encontros estes que já se realizam há cinco anos, com este tipo de temáticas podendo dizer que esteve na sessão de abertura, no primeiro painel e na sessão de encerramento com o Senhor Presidente, o que lhe deu a oportunidade de verificar que estiveram em

permanência na sala quatrocentas e trinta pessoas, o que demonstra bem o sucesso alcançado, para o qual contribuíram não só os temas, mas também os oradores, que tinham um grande poder de oratória, bastante comunicativos e às tantas já todos os presentes estavam a comunicar de uma forma natural e espontânea. -----

----- No dia catorze, presidiu à Comissão Municipal de Juventude, onde aproveitou para fazer o balanço da actividade desenvolvida desde a última reunião até à data e para apresentar também, ainda que em casos gerais e em termos de intenções, quais as ideias, em matéria de Juventude, para o ano dois mil, querendo deixar registado que, como se sabe, há o Plenário, bem como a Mesa do Plenário, que é presidida por si, com mais dois representantes de duas Associações Juvenis, que são o primeiro e o segundo secretário, acontecendo que, depois das eleições, estes jovens por uma razão ou por outra, deixaram de pertencer a essas Associações, de forma que terão que ser feitas novas eleições para eleger os novos Secretários da Mesa do Plenário. -----

----- No dia quinze, participou numa reunião do Conselho de Administração da AMEGA, na qual, para além dos assuntos correntes, esteve a ser preparado um encontro que vai ter lugar no Município de Loures, no dia doze de Novembro, com temáticas ligadas ao Ambiente. Há uma outra situação, que está neste momento bloqueada, é o contrato com a EPAL, e tal como já referiu por diversas vezes, no seio da AMEGA tem-se estado a trabalhar a nível técnico e a nível do Conselho de Administração, no sentido de se chegar a acordo com a EPAL e até ao momento ainda não há nenhuma resposta ao documento que foi entregue àquela entidade, para que esta se pronunciasse, não sabendo ainda quanto tempo é que esta situação vai continuar, apesar das insistências feitas para que seja resolvida o mais rapidamente possível. -----

----- No dia dezasseis, participou na inauguração da ampliação do Jardim de Infância e Creche da Obra Social Madre Maria Clara, a qual tem nas duas valências, hipótese de acolher mais cinquenta crianças, ficando com uma capacidade total de cento e cinquenta crianças. -----



-----No dia dezoito, participou na sessão de recepção da delegação de Saint-Etiénne, bem como na AM, dado que o Relatório de Actividades trimestral dos SMAS estava agendado. -----

-----No dia vinte e um, esteve presente na Sessão de Abertura do Primeiro Fórum dos Médicos das Autarquias Locais, bem como moderou alguns dos painéis e teve oportunidade de acompanhar todo o Encontro ao longo dos dois dias, registando com bastante agrado que o Gabinete Médico da CMO é com toda a certeza aquele que, neste momento, está mais activo em todas as vertentes, pois no seu aspecto de actuação é bastante variado, não sendo comparável com os outros, apesar de ter poucos recursos, comparado com outras câmaras municipais, tendo um universo de seis mil utentes, facto este que ficou registado pelas outras autarquias locais presentes, autarquias estas de Norte a Sul do País, das Regiões Autónomas e também dos municípios de São Vicente, do Príncipe e de Benguela.-----

-----No dia vinte e quatro, esteve presente, em representação do Senhor Presidente, no quinquagésimo aniversário da Sociedade de Educação e Recreio “Os Unidos de Leceia”. -----

-----No dia vinte e cinco, participou em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na reunião da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e, em relação a este aspecto, gostava de referir que, ao longo dos anos, tem sido bastante céptica em relação a grupos de trabalho e a Comissões que às vezes se formam e que são compostas por imensas pessoas e que, em termos práticos, pouco produzem, pelo que deve dizer que esta Comissão tem trabalhado muitíssimo bem, pois tem tido um papel normalizador de toda a informação a nível de todas as Comissões de Protecção de Menores, que estão criadas de Norte a Sul e já são cento e sessenta e sete e tem actuado muito junto destas Comissões, ou seja, passou-se de uma fase em que cada um fazia o que queria, para haver uma normalização no tratamento de todos os procedimentos, estatísticas, bem como da avaliação de tudo isto e começam a surgir, neste momento, algumas respostas sociais. Prosseguindo, referiu que como representante da CMO, teve oportunidade de participar nas sub-comissões temáticas que foram

criadas e, aqui, a Comissão de Protecção de Menores de Oeiras tem sido uma cobaia de todos os instrumentos que têm sido criados, sendo, tal como outras, uma Comissão modelar nos principais aspectos que têm sido focados, de forma que os resultados são positivos e o tempo bem empregue. -----

----- No dia vinte e cinco, foi inaugurada a exposição de fotografia resultante da Eco-Oeiras, que teve lugar no Centro de Juventude, com fotografias muito boas, com uma qualidade impressionante, indo ser depois uma exposição itinerante, pelo que está a ser estabelecido o calendário e os locais em que ela vai estar patente ao público, aconselhando a todos os presentes uma visita ao Centro de Juventude, pois para este nível de exposições este espaço tem sido bastante rentabilizado e neste momento, também regista com agrado, apesar de este espaço não estar a ser aproveitado a cem por cento, mas já começa a ser muito bom chegar lá a meio da tarde e verificar que há muita gente a circular por ali, contribuindo para tal, este tipo de exposições.---

----- Seguidamente e relativamente ao jantar havido com os idosos, gostaria de referir que, uma vez que não pôde estar presente, nem o Senhor Presidente, durante a tarde, no espectáculo que realizaram no Auditório Municipal Eunice Muñoz, foram presenteados à noite, durante o jantar, com um outro espectáculo, tendo sido fantástico ver a forma como estas pessoas, já com oitenta e noventa anos, vivem tudo isto e o que têm rejuvenescido desde que têm este tipo de actividades, o que demonstra que aquilo que a CMO tem feito deve continuar e que deve ser uma motivação para cada vez mais ter preocupações com esta franja de idades, pois vale a pena vê-los rejuvenescer e viver, visto que eles vivem estes momentos com muita intensidade e não há nada melhor do que vê-los neste tipo de actividades, desenvolvidas no âmbito dos Encontros de Outubro, não podendo deixar de salientar o trabalho empenhadíssimo que a equipa do Departamento de Assuntos Sociais e Culturais desenvolveu ao longo deste período, pois foi de facto notável a forma como as pessoas se envolveram e como apoiaram e acompanharam estas iniciativas, pois nem todas as pessoas conseguem fazer o que este jovens conseguiram fazer com



tanta ternura e carinho no tratamentos dos idosos. -----

----- Por último, deu conhecimento que hoje de manhã, deu início ao curso “Preparar para a Reforma”, destinado aos funcionários da Câmara e dos SMAS com idade igual ou superior aos cinquenta e cinco anos, estando reunidas todas as condições para que este curso seja considerado uma boa iniciativa.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

12 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR TAVARES SALGADO: -----

-----O Senhor Vereador Tavares Salgado iniciou a sua intervenção dizendo que, relativamente à sua participação no Encontro promovido pela A.P.M.C.H., que teve lugar no Brasil, em Ouro Preto, gostaria de salientar que foi a Congonhas do Campo, que está geminada com Matosinhos, onde existe o Santuário de Nossa Senhora de Matosinhos, o que é curioso e, no jantar oferecido pelo Prefeito de Ouro Preto, este manifestou interesse na geminação com Santarém, tendo o Senhor Presidente da APMCH manifestado a pretensão de que esta geminação seja extensível a outros municípios portugueses nomeadamente, àqueles que pertencem a esta associação. -----

-----Prosseguindo, gostaria também de salientar que, por onde passaram, quer no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, ou em São Salvador, constataram a existência de muito policiamento, o que é muito significativo para um país onde é conhecida a falta de segurança, mas, na realidade, nos locais mais frequentados por turistas, é onde se vêem mais forças de segurança.-----

-----Por último, deu conhecimento que, amanhã irá para Weimar, na Alemanha, que este ano é a Capital Europeia da Cultura, fazendo esta viagem no âmbito da Associação dos “Reencontres de Culture”, pois Oeiras faz parte desta associação, juntamente com Cascais, Vila Franca de Xira e Lisboa e onde outros municípios vão participar na reunião anual. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

13 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR LUÍS PIRES:-----

-----O Senhor Vereador Luís Pires iniciou a sua intervenção dando os seus parabéns aos colegas que conseguem participar em realizações externas, pois é sinal de que recebem a documentação atempadamente, ao contrário do que acontece consigo, pois já é a segunda vez que não sabe destes eventos, dando o exemplo de uma situação que aconteceu há pouco tempo, em que houve uma iniciativa com muito interesse organizada pela Comissão Europeia em conjunto com a Direcção Geral de Transportes, em que foi convidado pelo Senhor Presidente para estar presente, tendo o Senhor Presidente despachado para si para que analisasse a situação, só que a reunião realizava-se a vinte e cinco e recebeu o convite a vinte, quando a inscrição tinha terminado a sete, de forma que, perante este caso, solicita ao Senhor Presidente que, uma vez que a eficácia dos serviços da Câmara é de tal maneira evidente em tantas áreas, como já hoje foi manifestado pelos colegas votos de louvor a vários funcionários, aos quais se associa, mas apesar de não conhecer o circuito do expediente que chega à Câmara, gostaria de pedir que houvesse algum cuidado para que este chegue atempadamente aos serviços, pois realizações como esta, da área dos transportes, tinha sido bastante interessante participar nela, até porque é um problema bastante actual.-----

-----Prosseguindo e ainda no âmbito dos transportes, os municípios de Oeiras tiveram, na semana passada, um problema grave, pois os transportes rodoviários e os comboios não circularam no concelho de Oeiras, pois houve um operador que, devido a problemas laborais, esteve paralisado e teve bastante influência na circulação dos transportes do concelho, tendo inclusivé, havido áreas em que não houve um único transporte, mas os problemas laborais acontecem, pois todas as empresas estão sujeitas a eles, mas quanto a si, o que está menos bem é a falta de relacionamento entre os operadores e a autarquia, pois os operadores habituaram-se a comunicar à Câmara as alterações a que já procederam e segundo a legislação que está em vigor,

a Câmara tem uma palavra a dizer, quer sobre as alterações das carreiras, quer sobre as alterações de horários, de paragens, etc. e, na verdade, a autarquia tem tido uma intervenção muito limitada em termos da organização da rede de transportes, o que origina queixas dos munícipes, queixas estas bem conhecidas e que sempre existirão, pois esta é uma área extremamente sensível, só que, num concelho como o de Oeiras, o facto de haver só uma técnica de transportes é bastante complicado, tanto mais que a autarquia pode e deve exercer as suas competências em termos de transportes, sendo importante que à Câmara seja solicitado parecer ou autorização para as alterações pretendidas, para que possam ser analisadas e vistas quais as implicações que podem ter na vida dos munícipes, para se poder dar os parabéns pelas alterações que são apresentadas, ou acrescentar alguns pormenores, se assim for necessário. -----

----- Prosseguindo, referiu que mais grave ainda é que a autarquia não foi informada que ia haver uma paralisação do operador e não houve uma iniciativa para, dentro das possibilidades, serem arranjados transportes alternativos, para que tivessem sido minorados os efeitos nefastos da paralisação quase total e mais lamentável ainda foi que, no próprio dia em que isto aconteceu, de manhã, a CMO enviou um fax para o operador para saber o que é que se estava a passar e quais tinham sido as medidas tomadas para minorar os efeitos ocorridos deste facto, tendo recebido a resposta só hoje e depois de bastante insistência, de forma que volta a salientar que a autarquia tem que ocupar o seu lugar de reguladora dos transportes, dentro das competências que lhe estão atribuídas, preparando-se para as competências que lhe serão colocadas, com a tão necessária e urgente ligação com os operadores, pois tal como já referiu, os transportes são uma área muito sensível, pois está-se a viver num período em que há tendência para estas situações se agravarem, quer em termos de circulação e de acessibilidades, o que irá ter influência na qualidade de vida em Oeiras, a qual tem sido bastante superior à dos outros municípios, facto este que é motivo de orgulho para todos os que vivem em Oeiras, mas é necessário fazer algo que convença os munícipes a trocarem as viaturas particulares pelos transportes públicos, mas



para isto também é necessário criar condições, esperando que a proposta que vai ser feita no Plano de Actividades para dois mil, no sentido da implementação de alguns corredores “bus”, com o intuito de aumentar a velocidade dos autocarros e diminuir o tempo de percurso que as pessoas levam nos trajectos habitação-emprego-habitação, para que sejam “convencidos” a utilizar cada vez mais os transportes públicos. -----

-----Por último e reportando-se ao relatório que o Senhor Presidente apresentou da IGAT, aceita completamente as palavras que o Senhor Presidente dirigiu, sobretudo sobre os planos de pormenor; no entanto, há uma situação, que é um alvará de loteamento onde é dito que, “idêntica conclusão se tira para a deliberação de catorze de Fevereiro de noventa e seis, que modificou a deliberação anterior, que quando não se mostre excedida a área de construção em doze vírgula quatro por cento, com uma área de implantação que foi aumentada para vinte e seis vírgula sete por cento, superior à tolerância até dez por cento prevista no Regulamento Urbano”, sendo apenas o que está escrito, ou seja, não está a dar isto como seja certo ou errado, pois aceita nos pareceres técnicos que chegam à Câmara para votar e vota-os sempre favoravelmente, de forma que, para que um dia este Executivo não seja incriminado por decisões tomadas que sejam menos correctas, de uma forma voluntária, solicita a melhor atenção dos serviços para quando preparam as propostas, para que possam, continuar a votá-las o melhor possível e com toda a certeza que assim o têm feito. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

14 - INFORMAÇÕES - SR<sup>a</sup>. VEREADORA MANUELA AUGUSTO: -----

----- A Senhora Vereadora Manuela Augusto iniciou a sua intervenção, salientando a relevância do que foi dito pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira, relativamente à necessidade de se aprofundarem as relações com o Brasil, tanto mais que se aproxima a comemoração dos quinhentos anos da chegada oficial dos portugueses ao Brasil e tal como é sabido, o Governo Central tem procurado aprofundar as relações e a cooperação com o Brasil a vários níveis.-----

----- Prosseguindo, referiu que, todos lamentam as situações das cheias, nomeadamente, as inundações na Marginal que se repetem todos os anos, devendo ser numa postura de prevenção que a Câmara deve actuar, porque estas situações são previsíveis, uma vez que acontecem anualmente, de forma que, tem que se mudar a postura em relação a este problema, razão pela qual saúda a intenção manifestada pelo Senhor Presidente de estabelecer protocolos ou acordos de cooperação com as tutelas respectivas, no sentido de se actuar, atempadamente neste tipo de situações.-----

----- Por último, inquiriu o Senhor Vereador José Eduardo Costa, sobre o que é que se passa em relação à limpeza pública, nomeadamente, à varredura, pois tem havido alguma degradação neste campo, e a este propósito gostaria de salientar que, no tempo em que a Senhora Vereadora Aline Bettencourt era a responsável por este pelouro, haviam limpezas sistemáticas das ruas, com lavagens, bem como de madrugada, haviam cantoneiros a fazerem a limpeza das ruas de forma que, gostaria de saber o que é que se passa neste campo, nas diversas freguesias, nomeadamente em Linda-a-Velha, pois tem a sensação que esta prática tem sido alterada e se foi, gostaria de saber quais as razões. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

15 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JORGE BICÓ DA COSTA-----

-----O Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa iniciou a sua intervenção referindo que, a sua condição de munícipe, de vereador e de administrador de uma empresa de conservação rodoviária, não lhe retira quaisquer responsabilidades, pois como é óbvio, não se importa de servir de plataforma entre a CMO e o Instituto para a Conservação da Rede Rodoviária, lamentando os inconvenientes decorrentes das cheias, razão pela qual irá dar conhecimento aos seus colegas do ICOR sobre as situações referidas nesta reunião-----

-----Por outro lado, gostaria de juntar as suas palavras às palavras proferidas pelo Senhor Vereador José Eduardo Costa, congratulando-se no que diz respeito à actuação dos bombeiros, os quais têm sido tão apoiados pela CMO, designadamente, com equipamento para socorrer neste tipo de circunstâncias e de acontecimentos.-----

-----Seguidamente, e fazendo das palavras da Senhora Vereadora Manuela Augusto, as suas, gostaria de ser informado se, por parte da Câmara têm sido limpos os acessos aos esgotos pluviais.-----

-----De seguida, congratulou-se com o facto de ter sido constituída a Sociedade Municipia, dos Serviços de Cartografia, esperando que continue a prestar uma valiosa contribuição, agora alargada a outros municípios.-----

-----Por último, relembrou ao Senhor Presidente que, as contas do CCD e o relatório de actividades ainda não foram facultados, tal como tinha sido solicitado, além de que, este Executivo também ficou de analisar com alguma profundidade, o futuro da Universidade Atlântica.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 de Outubro de 1999-----

**16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----**

-----Reportando-se às questões postas pelos Senhores Vereadores o Senhor Presidente começou por comentar a intervenção do Senhor Vereador José Eduardo Costa sobre o efeito das marés na Cruz-Quebrada, dizendo ter sido realmente com surpresa que aquando da visita que fez ao local verificou que havia seis ou sete famílias a residir em barracas ali instaladas, pois acontece que há cerca de cinco ou seis anos atrás o Porto de Lisboa dirigiu um pedido à CMO no sentido do realojamento das três ou quatro famílias que residiam na área de Algés em barracas que estavam em mísero estado e que se localizavam um pouco acima da foz do Jamor, mais concretamente entre o Jamor e o Aquário Vasco da Gama.-----

-----Ora essas famílias foram realojadas e de acordo com as informações do Porto de Lisboa não havia na zona mais barracas. É óbvio que, embora pessoalmente já ali tivesse passado uma série de vezes, nunca supôs que aquelas barracas, que serviam para os prestos dos pescadores, tivessem lá gente a morar, sendo curioso que pelo menos uma das famílias já ali reside há perto de quarenta anos.-----

-----Naturalmente que aquelas famílias têm que sair dali, dado o perigo iminente em que vivem, pelo que a CMO juntamente com o Porto de Lisboa e a CP vai tentar encontrar uma solução para o seu realojamento através de um acordo a estabelecer, tanto mais que se trata de famílias que não estão inscritas no PER.-----

-----Seguidamente, e ainda a propósito das cheias, disse pretender reforçar o louvor sugerido pelo Vereador José Eduardo Costa, aos funcionários, bem como à Chefe de Divisão - Doutora Zalinda Boura que, com muito empenho e elevado espírito de sacrifício, tudo deram para que a situação fosse resolvida.-----

-----Acrecentou serem também de louvar os Bombeiros do Dafundo que são constantemente massacrados com este tipo de situações e que têm sido, realmente, incansáveis.---

----- De seguida e a propósito da observação do Senhor Vereador Luís Pires relativamente ao Encontro a realizar em Bruxelas disse ter que corrigi-lo num ponto porque das suas palavras poderia haver qualquer situação implícita de poder ser dado conhecimento de algumas realizações e de outras não. -----

----- Assim, esclareceu que nem sempre os funcionários são culpados destas situações e, neste caso concreto, o que aconteceu foi que o prazo para a inscrição terminava a sete de Outubro e a comunicação apenas chegou à Câmara no dia treze; exarou um despacho a dezanove, seguindo depois os trâmites normais para o Gabinete do Senhor Vereador, o que significa que a inscrição chegar à Câmara a oito ou a vinte e quatro era precisamente a mesma coisa e, por conseguinte, o Senhor Vereador aquilo que tem que saber é que estas coisas não são rígidas e se estava tão interessado em ir, só tinha que providenciar junto do Gabinete de Relações Públicas no sentido de ser feita a sua inscrição mesmo fora de tempo, pois o máximo que poderia acontecer era não haver avião e isso era a única coisa que o poderia impedir de participar naquele evento. -----

----- Relativamente aos transportes e à questão dos corredores-bus, diria que não adianta criar-se esta infra-estrutura ao nível do Concelho se ela não existir na auto-estrada, questão que, aliás, já era defendida por um colega do Senhor Vereador - O ex-Vereador Vieira da Luz - quando a auto-estrada estada ainda a ser projectada. A verdade é que a fila na A Cinco, normalmente, começa em Carcavelos e vai até ao Viaduto Duarte Pacheco, problema este que só se resolve se na cidade de Lisboa existirem corredores-bus e se na A Cinco também houver um corredor-bus, pois, caso contrário, não serve de nada criar-se essa infra-estrutura no concelho, porque a verdade é que em Oeiras os maiores congestionamentos verificam-se nas vias de acesso à auto-estrada. -----

----- Esta é, por conseguinte uma questão que tem que ser articulada com os outros municípios que envolvem o de Oeiras e aí está uma coisa que faz falta e que espera que o actual



Ministro das Obras Públicas dê andamento, que é a questão da Autoridade Metropolitana dos Transportes, pois se esta avançar e for realmente instituída, crê que muito pode melhorar a este nível.-----

-----No que concerne ao relatório da Inspecção e ao exemplo que o Senhor Vereador Luís Pires se referiu sobre o excesso da área de construção de doze vírgula seis por cento, esclareceu que esse é um dos tais casos de divergência em termos de interpretação; contudo esta é uma questão que a seu tempo a Câmara terá oportunidade para analisar.-----

-----No que tange às inundações, opinou que prevenção é também fazer algumas obras que são importantes, sendo que no caso do Dafundo existem duas razões que terão conduzido a esta situação: primeiro porque há mais águas pluviais concentradas naquela zona devido a uma maior impermeabilização dos solos e também porque alguns aspectos técnicos contribuíram para a criação de problemas naquela zona. A este propósito recordou que teve oportunidade de ali se deslocar com o Vereador Neno, há um ano ou dois e puderam verificar que um terço da secção da ribeira estava obstruída com outras infra-estruturas (o que presentemente se continua a verificar), porque foram instaladas condutas de água, sejam da EPAL, sejam da Câmara, canais da Telecom, da EDP, da GDL, etc., que faz com que a água ao descer encontre todos aqueles obstáculos em vez de encontrar uma zona plana. É precisamente por esse motivo que têm sido levadas a cabo várias reuniões no sentido de proceder ao enterramento de todas aquelas infra-estruturas a fim de libertar a secção existente, mas, como se sabe, a obra que a Câmara adjudicou é justamente para a construção de uma nova secção da ribeira que permita o dobro da capacidade de escoamento das águas.-----

-----Quanto ao problema da limpeza e varredura de ruas não tem a mesma opinião da Senhora Vereadora Manuela Augusto, embora admita que ao nível da lavagem de ruas possa haver altos e baixos. Já no que diz respeito à limpeza tem podido constatar pessoalmente que os varredores continuam a fazer o seu trabalho por volta das duas ou três horas da madrugada. Por

outro lado, gostaria de recordar que a Câmara tem um novo projecto para o próximo ano porque, cada vez, é mais difícil recrutar pessoal para o efeito, e que consiste em manter o pessoal existente, mas poder concessionar-se uma parte do concelho como seja o caso de Algés que é das zonas mais difíceis. -----

----- Quanto ao relatório de Actividades do CCD o Vereador Tavares Salgado irá providenciar na sua apresentação.-----

----- A questão da Universidade Atlântica terá que ser analisada com muita profundidade numa reunião de trabalho, até porque crê que nos próximos dois ou três anos terão que haver, por parte da Câmara, investimentos significativos e terão que ser estabelecidos alguns limites. -----

----- No que concerne ao Plano Estratégico deve dizer que o mesmo já deveria estar pronto, até porque já neste mandato houve alguns workshops sobre o assunto nos quais alguns Senhores Vereadores participaram e tem em seu poder uma proposta para a realização de mais dois ou três workshops sobre esta matéria, até porque deu o prazo para a conclusão do mesmo até ao fim do ano. -----

----- De resto, prosseguiu, até ao final deste ano a Câmara tem três ou quatro documentos importantes para se pronunciar, sendo um deles o Orçamento e o Plano de Actividades que espera apresentar já na próxima reunião; também durante o mês de Novembro será apresentada a nova Orgânica da Câmara e o Quadro de Pessoal resultante da revisão da legislação autárquica que, entretanto, foi publicada, não obstante ter sido aprovada em finais de Julho uma alteração que, por esta mesma razão, não chegou a ser enviada à Assembleia Municipal.-----

----- Urge também fazer a avaliação do PDM, que lhe foi apresentado já há dois ou três meses, mas como a considera muito generalista promoveu uma reunião com todos os dirigentes da Câmara, no sentido da mesma ser revista em conjunto com os diversos serviços, pelo que crê que até finais de Novembro a Câmara estará em condições de analisar a avaliação do PDM que, de resto, poderá sustentar inclusivamente a revisão daquele Plano. -----



----- Interveio, seguidamente, o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que a propósito da questão da varredura esclareceu que há varreduras nocturnas e diurnas em Algés, em Linda-a-Velha e em Nova Oeiras e com a finalidade de todos os Senhores Vereadores conhecerem a realidade desta temática já que ninguém sonha sequer o que é a dureza deste trabalho, convidados a visitarem consigo os locais onde a mesma se processa. Por outro lado, tal como o Senhor Presidente disse, há problemas de recrutamento de cantoneiros de limpeza, devido à fraca remuneração que auferem face à dureza do trabalho. -----

----- Relativamente à lavagem de ruas ocorreram alguns problemas e teve de certa forma, que se abrandar porque a lavagem de agulheta dos passeios provocava a deslocação das pedras o que dava origem a que os mesmos ficassem todos esburacados. -----

----- A grande questão que se põe em Algés, que é a localidade mais problemática do Concelho, é o facto dos comerciantes, por mais acções de sensibilização que se façam, serem bastante indisciplinados e colocarem tudo na rua; outro problema são os vendedores clandestinos que deixam as ruas completamente conspurcadas, sendo uma situação vergonhável que diz respeito à Polícia de Segurança Pública que não actua e um outro problema era o estado em que se encontravam os contentores, pelo que foi contratada uma empresa que fez a sua substituição progressiva, estando a lavá-los um a um, de que resulta já uma melhoria bem visível; contudo, se o comerciante após a lavagem despejar para o contentor um panelão de sopa não há lavagem que resista. -----

----- Quanto à questão dos sumidouros é realmente um problema, porque eles têm vindo a ser limpos mas o pior que pode acontecer nesta altura do ano é a ocorrência de uma chuvala intensa que, em poucos minutos, provoca que as folhas obstruam completamente as sarjetas, o que anula todo o trabalho feito. -----

----- Durante esta intervenção entrou na sala o Senhor Vereador David Justino. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**17 - Pº. 317-GPE/99 - PROTOCOLO CMO/CHELAG - MOVIMENTO DE TERRAS - ESCOLA EB 2.3 DE CAXIAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CHELAG - CP 05.04.09.01.:-----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com o protocolo existente entre a Câmara Municipal de Oeiras e a CHELAG - Cooperativa de Habitação Económica do Lagoal, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, solicita esta a atribuição de parte do subsídio relativo às despesas com os trabalhos inerentes ao Movimento de Terras para Implantação da Escola EB Dois Três de Caxias - Pedreira Italiana.-----

-----Um - As obras decorreram conforme o planeado e de acordo com o caderno de encargos.-----

-----Dois - Em face do solicitado elaborou o Gabinete de Projectos Especiais informação número trezentos e dezassete, de noventa e nove, do Gabinete de Projectos Especiais em justificação dos gastos realizados em obra.-----

-----Assim e em face ao exposto propõe-se:-----

-----Um - Que seja atribuído à CHELAG - Cooperativa de Habitação Económica do Lagoal, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, a comparticipação de cinco milhões de escudos.-----

-----Dois - Que se crie cabimento contabilístico para a verba em causa.-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

18 - Pº. 289-GPE/99 PROTOCOLO CMO/CHELAG - MOVIMENTO DE TERRAS - ESCOLA EB

2.3 DE CAXIAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CHELAG - CP 5.04.09.01.:-----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com o Protocolo existente entre a Câmara Municipal de Oeiras e a CHELAG - Cooperativa de Habitação Económica do Lagoal, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, solicita esta a atribuição de parte do subsídio relativo às despesas com os trabalhos inerentes ao Movimento de Terras para Implantação da Escola EB Dois Três de Caxias - Pedreira Italiana.-----

-----Um - As obras decorreram conforme o planeado e de acordo com o caderno de encargos.-----

-----Dois - Em face do solicitado elaborou o Gabinete de Projectos Especiais informação número duzentos e oitenta e nove, de noventa e nove, do Gabinete de Projectos Especiais em justificação dos gastos realizados em obra.-----

-----Assim e em face ao exposto propõe-se:-----

-----Um - Que seja atribuído à CHELAG - Cooperativa de Habitação Económica do Lagoal, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, a comparticipação de cinco milhões de escudos.-----

-----Dois - Que se crie cabimento contabilístico para a verba em causa.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**19 - Pº. 316-GPE/99 - PROTOCOLO CMO/CHELAG - MOVIMENTO DE TERRAS - ESCOLA EB 2.3 DE CAXIAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CHELAG - CP 5.04.09.01.: -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com o Protocolo existente entre a Câmara Municipal de Oeiras e a CHELAG - Cooperativa de Habitação Económica do Lagoal, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, solicita esta a atribuição de parte do subsídio relativo às despesas com os trabalhos inerentes ao Movimento de Terras para Implantação da Escola EB Dois Três de Caxias - Pedreira Italiana.-----

-----Um - As obras decorreram conforme o planeado e de acordo com o caderno de encargos.-----

-----Dois - Em face do solicitado elaborou o Gabinete de Projectos Especiais informação número trezentos e dezasseis, de noventa e nove, do Gabinete de Projectos Especiais em justificação dos gastos realizados em obra.-----

-----Assim e em face ao exposto propõe-se:-----

-----Um - Que seja atribuído à CHELAG - Cooperativa de Habitação Económica do Lagoal, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, a comparticipação de cinco milhões de escudos.-----

-----Dois - Que se crie cabimento contabilístico para a verba em causa.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**20 - RECRIA - RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA RUA LUSÍADAS, Nº. 10, EM OEIRAS - CP**

**02.03.09.01.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O edifício acima referido está há vários anos sem proprietário e consequentemente sem senhorio. As rendas têm sido depositadas no Banco à ordem dos herdeiros. -----

----- Esta situação determinou que não tenham sido feitas obras de conservação no imóvel há dezenas de anos.-----

----- Por estes motivos e tendo em vista apoiar os inquilinos em termos financeiros o Gabinete do Centro Histórico de Oeiras promoveu em colaboração com os inquilinos uma candidatura ao programa RECRIA. -----

----- Após demoradas reuniões com os inquilinos, até obter o consenso possível, o Gabinete Técnico Local - GTL apoiou os inquilinos na instrução do presente processo.-----

----- O pedido para participação financeira do programa RECRIA foi analisado destacando-se os seguintes pontos:-----

----- O edifício está ao abrigo das condições prescritas pelo RECRIA; -----

----- O requerimento está devidamente instruído, contendo os documentos exigidos por lei;-----

----- Foi elaborado um relatório técnico, onde são descritas as patologias detectadas no edifício; -----

----- Relativamente ao valor do orçamento este foi objecto de uma análise detalhada e foi considerado estar dentro dos preços praticados no mercado. Relativamente às medições apresentadas, estas foram alvo de verificação por parte de técnicos do gabinete. -----

----- Desta forma, foi considerado o valor do orçamento apresentado de onze milhões quatrocentos e setenta e nove mil e quarenta e um escudos, IVA incluído -----

----- Nestas circunstâncias, propõe-se o deferimento desta candidatura, sendo de onze milhões quatrocentos e setenta e nove mil e quarenta e um escudos, o valor total da obra (IVA incluído à taxa legal em vigor) e de dois milhões oitocentos e vinte e dois mil e oitenta escudos, já com IVA incluído, o valor da comparticipação a atribuir pela Câmara Municipal de Oeiras (IVA incluído à taxa legal em vigor) aos representantes dos inquilinos do edifício, Senhora Dona Lídia Rita da Fonseca Martins e o Senhor António de Noronha de Mendonça.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**21 - RECRIA - EDIFÍCIO DA PRAÇA GUILHERME GOMES FERNANDES, Nº. 7-10 - PAÇO DE ARCOS - PAGAMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO CAMARÁRIA - CP 02.03.09.01.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“No âmbito do programa RECRIA, foi aprovado em reunião de Câmara de vinte e nove de Abril de mil novecentos e noventa e oito, a atribuição de uma comparticipação financeira, a Silvino Gonçalves Marreiros, com vista à realização de obras de recuperação e conservação no edifício supra mencionado, de sua propriedade.-----

-----O valor da comparticipação é de seis milhões quinhentos e oitenta e sete mil seiscentos e nove escudos, sendo de dois milhões seiscentos e trinta e cinco mil e quarenta e quatro escudos, o montante a atribuir pela CMO (quarenta por cento da comparticipação) e o restante valor (sessenta por cento da comparticipação) da responsabilidade do IGAPHE, três milhões novecentos e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco escudos.-----

-----Considerando que a obra se encontra em fase de conclusão e de acordo com os trabalhos prescritos na candidatura apresentada, propõe-se o pagamento da comparticipação camarária, a Silvino Gonçalves Marreiros, no valor de dois milhões seiscentos e trinta e cinco mil e quarenta e quatro escudos, com IVA incluído à taxa legal em vigor.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**22 - PEDIDOS DE VISTORIA AO ABRIGO DO ARTº. 10º. DO R.G.E.U. - NOTIFICAÇÃO  
PARA EXECUÇÃO DE OBRAS - DF'S NºS. - 8261 E 9359/99:**-----

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

-----“Face às vistorias efectuadas pela respectiva Comissão resultantes de pedidos anteriormente requeridos pelos respectivos inquilinos, proponho, que esta Câmara Municipal delibere, em conformidade com o artigo décimo, do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, notificar os proprietários dos imóveis discriminados a procederem às obras de beneficiação e salubridade, constantes dos respectivos autos de vistoria: -----

-----Administração do prédio sito em Linda-a-Velha, Avenida Vinte e Cinco de Abril, dezasseis. - -----

-----Duarte dos Santos Oliveira, proprietário do prédio sito em Algés, Largo da Madalena, número vinte, segundo esquerdo. -----

-----Administração do prédio sito em Algés, Largo da Madalena, número vinte.-----

-----Que mais seja deliberado dar conhecimento aos requerentes dos resultados das vistorias.” - -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**23 - OITAVAS JORNADAS DE ENFERMAGEM DE URGÊNCIA/99 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO HOSPITAL S. FRANCISCO XAVIER - CP 04.01.13.01.:-----**

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“Um - Introdução -----

-----O Hospital São Francisco Xavier pretende levar a efecto as “Oitavas Jornadas de Enfermagem de Urgência/noventa e nove”, a decorrer nos dias dois, três e quatro de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, no Centro Escolar Turístico e Hoteleiro do Estoril.-----

-----Estas Jornadas destinam-se a todo o pessoal de enfermagem que trabalha no Serviço de Urgência dos hospitais nacionais, prevendo-se a presença de trezentos participantes. -----

-----Dois - Proposta-----

-----Assim, face ao que antecede, proponho:-----

-----Dois.um - A atribuição de um subsídio no valor de cinquenta mil escudos, ao Hospital São Francisco Xavier como forma de comparticipação financeira nas despesas relativas à organização das “Oitavas Jornadas de Enfermagem de Urgência/noventa e nove”.-----

-----Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. -----

-----Dois.três - Comunicação ao Hospital São Francisco Xavier. -----

-----Dois.quatro - Pagamento sequente.-----

-----Dois.cinco - Aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**24 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BENTO GONÇALVES  
PARA APOIAR O FUNCIONAMENTO DOS BALNEÁRIOS DA PEDREIRA DOS HÚNGAROS**

- CP 04.01.13.02.:-----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“Um - Introdução -----

----- Desde mil novecentos e noventa e sete, que a C.M.O. tem vindo a atribuir um subsídio mensal de cento e cinquenta mil escudos, à Associação de Moradores Bento Gonçalves destinado a suportar as despesas de funcionamento dos Balneários da Pedreira dos Húngaros.

----- O seu funcionamento, conforme estabelecido, tem sido assegurado pela Associação, a qual contratou um vigilante que assegura o funcionamento dos balneários, faz a cobrança das taxas de banho e zela pela manutenção dos equipamentos existentes. -----

----- Dois - Proposta -----

----- Face ao que antecede e por forma a manter o adequado funcionamento dos Balneários, proponho: -----

----- Dois.um - A atribuição de um subsídio mensal de cento e cinquenta mil escudos, à Associação de Moradores Bento Gonçalves, destinado a suportar as despesas mensais de funcionamento deste equipamento. -----

----- Dois.dois - A atribuição deste subsídio deverá ser efectuado de Julho a Dezembro inclusivé . -----

----- Dois.três - Cabimento contabilístico no valor de novecentos mil escudos. -----

----- Dois.quatro - Comunicação à Associação de Moradores Bento Gonçalves. -----

----- Dois.cinco - Pagamento sequente.-----

----- Dois. seis - Aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**25 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE TOXICODEPENDENTES “ARES DO PINHAL” PARA APOIAR O FUNCIONAMENTO DO APARTAMENTO TERAPÊUTICO DE CAXIAS - CP 04.01.13.05.: -----**

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“Um - Introdução -----

----- Na sequência da cedência de espaço pela Autarquia à Associação de Recuperação de Toxicodependentes “Ares do Pinhal” para funcionamento de um Apartamento Terapêutico de Reinserção Social que tem sido reconhecida a importância desta estrutura como potenciadora das evoluções terapêuticas dos jovens em recuperação da toxicodependência.---

----- Dois - Proposta -----

----- Face ao que antecede e de acordo com o previsto no protocolo de colaboração celebrado, proponho: -----

----- Dois.um - A atribuição de um subsídio no valor de quinhentos mil escudos à Associação de Recuperação de Toxicodependência “Ares do Pinhal” destinado a apoiar o funcionamento anual desta estrutura.-----

----- Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. -----

----- Dois.três - Comunicação à instituição. -----

----- Dois.quatro - Pagamento sequente. -----

----- Dois.cinco - Aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**26 - 1º. WORKSHOP DA BANDA DA SIMPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - CP 02.01.13.06.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

-----“Irá realizar-se nos dias vinte e nove, trinta e trinta e um de Outubro, com apresentação do trabalho final no dia um de Novembro, o Primeiro Workshop da banda da S.I.M.P.S. - Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo, com presença de diversos professores e do maestro convidado Jo Conjaerts. -----

-----O Workshop será composto por aulas de Ensemble, ensaios de Naipe separados e ensaios de Tutti.-----

-----Assim, e na sequência do pedido de apoio financeiro efectuado pela referida Banda, propõe-se a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de cento e cinquenta mil escudos, destinados ao pagamento a cinco professores. -----

-----Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**27 - OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 303 FOGOS NA PORTELA DE CARNAXIDE - AUTO DE  
MEDIÇÃO Nº. 15 DE TRABALHOS NORMAIS - CP 05.01.02.04.: -----**

-----I - O Senhor David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação dois mil duzentos e quarenta e dois, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - Pagamento do auto de medição número quinze (trabalhos normais), no valor de cento e trinta e três milhões novecentos e vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e seis escudos, à firma Edificadora Luz e Alves, referente ao mês de Julho de mil novecentos e noventa e nove.-----

-----Dois - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**28 - ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA POR AJUSTE DIRECTO DA  
REPARAÇÃO DE FOGOS DEVOLUTOS NA QUINTA DA POLITEIRA, EM LECEIA /  
BARCARENA - CP 05.01.03.05.:-----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Segundo a informação número dois mil trezentos e trinta e dois, de noventa e nove, Departamento de Habitação, da Divisão de Promoção de Habitação, o fogo sito no Largo Nuno Gonçalves, número oito, primeiro direito, na Quinta da Politeira, em Leceia, freguesia de Barcarena, encontra-se devoluto, necessitando de pequenas reparações. -----

-----Por esse facto, solicitou aquela Divisão directamente do empreiteiro de obra pública “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, orçamento para a execução dos trabalhos necessários para conferir à habitação em causa as necessárias condições de utilização.-----

-----O orçamento apresentado importa em quinhentos e oitenta mil e setecentos escudos, sendo os preços os praticados no mercado corrente.-----

-----Atendendo à apreciação efectuada pela Divisão de Promoção de Habitação, constante da aludida informação número dois mil trezentos e trinta e dois, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- Ajustar directamente com a firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, de harmonia com o disposto na alínea e), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, por preço global, a execução dos trabalhos constantes dos orçamentos apresentados pelo empreiteiro e juntos ao processo, pela importância de quinhentos e oitenta mil e setecentos escudos, quantia esta que será acrescida da importância correspondente ao IVA, à taxa legal em vigor, cinco por cento, com um prazo de execução de duas semanas.-----

----- Notificar a empresa, tendo em consideração o estipulado no RJEOP da deliberação

tomada, a fim de que preste a caução devida; -----  
----- Dispensar contrato escrito, atentas as disposições contidas sobre a matéria no Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março;-----  
----- Aprovar a presente proposta em minuta.” -----  
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**29 - ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE OBRA DE OBRA PÚBLICA POR AJUSTE DIRECTO DA REPARAÇÃO DE FOGOS DEVOLUTOS NA QUINTA DA POLITEIRA, EM LECEIA / BARCARENA - CP 05.01.03.05.:-----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Segundo a informação número dois mil trezentos e trinta e um, de noventa e nove, Departamento de Habitação, da Divisão de Promoção de Habitação, o fogo sito no Largo António Soares, números doze, rés-do-chão direito e treze, segundo direito, na Quinta da Politeira, em Leceia, freguesia de Barcarena, encontram-se devolutos, necessitando de pequenas reparações. -----

-----Por esse facto, solicitou aquela Divisão directamente do empreiteiro de obra pública “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, orçamento para a execução dos trabalhos necessários para conferir à habitação em causa as necessárias condições de utilização.-----

-----O orçamento apresentado importa em quinhentos e noventa e um mil escudos, sendo os preços os praticados no mercado corrente.-----

-----Atendendo à apreciação efectuada pela Divisão de Promoção de Habitação, constante da aludida informação número dois mil trezentos e trinta e um, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- Ajustar directamente com a firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, de harmonia com o disposto na alínea e), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, por preço global, a execução dos trabalhos constantes dos orçamentos apresentados pelo empreiteiro e juntos ao processo, pela importância de quinhentos e noventa e um mil escudos, quantia esta que será acrescida da importância correspondente ao IVA, à taxa legal em vigor, cinco por cento, com um prazo de execução de três semanas.-----

----- - Notificar a empresa, tendo em consideração o estipulado no RJEOP da deliberação tomada, a fim de que preste a caução devida; -----

----- - Dispensar contrato escrito, atentas as disposições contidas sobre a matéria no Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março;-----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**30 - Pº. 6-DIM/DEIM/98 - CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DE UMA COBERTURA E DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO PARA A PISCINA MUNICIPAL DE BARCARENA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - CP 02.02.03.04.: -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Ao abrigo do número três, do artigo sexagésimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezembro de Setembro, proferi despacho datado de dezembro de Outubro de noventa e nove, aprovando os preços unitários apresentados pela firma Construções Andral, Limitada, os trabalhos a mais no montante de seis milhões quatrocentos e oitenta e três mil duzentos e vinte e nove escudos, enunciados na informação mil e setenta e oito, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, referentes a alterações dos sistemas de ventilação, aquecimento e climatização e a aceitação de trabalhos a menos, dada a urgência na execução da obra.-----

-----Todavia a execução destes trabalhos implicam um agravamento do custo da empreitada de dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil duzentos e noventa e nove escudos, correspondendo à percentagem global de dois vírgula vinte e três por cento, porquanto se verifica a não realização de trabalhos no valor de quatro milhões cinco mil novecentos e trinta escudos, pelo que: -----

----- Submeto a ratificação o mencionado despacho; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**31 - FEIRA DO OCULTO E DAS NOVAS TERAPIAS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A CMO E A ORGANIZAÇÃO PAULO SOUSA: -----**

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Realizar-se-á de trinta de Outubro a sete de Novembro mais uma edição da Feira do Oculto e das Novas Terapias, da responsabilidade da Organização Paulo Sousa, com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Tendo como objectivo a salvaguarda dos interesses das partes envolvidas, visando uma maior organização e melhor serviço, foi redigido o seguinte protocolo a celebrar entre a CMO e a Organização Paulo Sousa. -----

-----Mais se propõe a sua aprovação em minuta.”-----

-----“Objecto do Acordo -----

-----Um - O objecto do presente acordo é a utilização pela Organização Paulo Sousa, organizador da “Feira do Oculto e das Novas Terapias”, adiante designado por Organizador, do Hangar K Sete, na Fundição de Oeiras, pelo prazo de trinta e nove dias, em conformidade com a seguinte distribuição:-----

----- sete a vinte e nove de Outubro de mil novecentos e noventa e nove - montagem da feira -----

----- trinta de Outubro a sete de Novembro de mil novecentos e noventa e nove - realização da feira -----

-----oito e nove de Novembro de mil novecentos e noventa e nove - desmontagem da feira e limpeza do espaço -----

----- Pagamentos a efectuar pelo Organizador -----

-----Dois - O espaço denominado Hangar K Sete na Fundição de Oeiras será disponibilizado graciosamente, constituindo este um apoio da CMO. -----

----- Três - Os custos de energia e água de cada um dos espaços utilizados serão cobrados à Organização de acordo com o consumo, pelo que se procederá as necessárias contagens. -----

----- Condições de Pagamento -----

----- Quatro - Não será exigido à Organização qualquer garantia bancária ou depósito, para a realização deste importante evento.-----

----- Normas de Utilização-----

----- Cinco - A montagem de cenários, adereços, expositores ou qualquer outro equipamento no referido Hangar, bem como a utilização de serviços de “catering” deverão ser comunicados à CMO com a antecedência mínima de dez dias.-----

----- Obrigações do Organizador-----

----- O Organizador compromete-se a respeitar as seguintes condições: -----

----- Seis.um - Assegurar a limpeza, segurança das áreas abertas ao público, desde a entrada na Fundição até ao Hangar K Sete, inclusivé, contratando empresas ou elementos devidamente habilitados, tendo em atenção medidas de prevenção contra incêndios; -----

----- Seis.dois - Limpeza Geral Final -----

----- O Organizador será responsável pela limpeza geral final dos espaços utilizados durante a montagem e realização da Feira do Oculto e das Novas Terapias; -----

----- Seis.três- Indicar à CMO até dez dias antes do início dos trabalhos de montagem a pessoa ou entidade responsável pela sua execução, bem como quais os materiais e equipamentos a instalar e identidade dos trabalhadores. -----

----- Seis.quatro - A CMO reserva-se o direito de não autorizar a afixação ou divulgação sonora de publicidade, sempre que tal se mostre conveniente aos seus interesses;-----

----- Seis.cinco - A CMO reserva-se o direito de não conceder autorização para a utilização de equipamento ou material de ornamentação, sempre que tal se mostre conveniente aos seus interesses;-----



----- Seis.seis - Entregar os espaços concedidos livres e devolutos até ao final do dia nove de Novembro de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- Obrigações da Câmara Municipal de Oeiras -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras, de acordo com o solicitado, compromete-se a: -----

----- Sete.um - Ceder graciosamente o Hangar K Sete da Fundição de Oeiras de acordo com o período discriminado no ponto um. -----

----- Sete.dois - Ceder graciosamente a utilização do Teatro Municipal Amélia Rey Colaço, durante o mês de Outubro e de acordo com o seguinte mapa: -----

----- Quinta-feira, sexta-feira, sábado, domingo -----

----- catorze, quinze, dezasseis, dezassete, -----

----- vinte e um, vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro, -----

----- vinte e oito, vinte e nove, trinta e trinta e um. -----

----- Sete.três - Dotar o Hangar K Sete de casas de banho e efectuar a necessária manutenção; -----

----- Sete.quatro - Sinalização do local da exposição através de bandeirolas e tarjas -----

----- Sete.cinco - Assistência eléctrica, de água e esgotos - apoio técnico e de emergência;

----- A C.M.O. responsabiliza-se unicamente pelo apoio técnico e de emergência. A montagem e desmontagem dos vários equipamentos, extensões e todos os materiais de electricidade e canalização serão da responsabilidade da equipa técnica da Organização Paulo Sousa -----

----- Sete.seis - Promover o evento nos meios da C.M.O., designadamente, roteiro trinta dias, mupies, boletim municipal e comunicação social; -----

----- Sete.sete - Cedência de cento e trinta cadeiras e duas mesas para a conferência-----

----- Sete.oito - Estrado para palco -----

----- Sete.nove - Trinta depósitos de lixo para o interior - estes depósitos deverão ser

despejados diariamente, pela Organização Paulo Sousa, nos contentores exteriores e ou colocados junto a estes para que possa ser feita recolha de lixo ao fim do dia-----

----- Sete.dez - Seis - contentores de lixo para exterior -----

----- Indemnizações Sobre Danos Ocorridos -----

----- A Organização compromete-se a indemnizar a CMO por quaisquer danos, furto de equipamento ou qualquer outro tipo de material existente no Hangar K Sete, durante o período de utilização, efectuando a reparação destes danos ou mesmo substituindo o danificado quando necessário; -----

----- Sobre o valor da indemnização incidirá também o valor dos danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da situação que impeça a utilização do Hangar K Sete ou espaços circundantes; -----

----- Qualquer situação omissa nestas normas será decidida pontualmente e por acordo, pela CMO.” -----

----- II – A Câmara, por maioria com voto contra do Senhor Vereador David Justino, deliberou aprovar o proposto.-----

----- III - Intervindo, o **Senhor Vereador David Justino** lembrou que já no ano passado tinha intenção de fazer esta declaração de voto, mas como não teve oportunidade na altura, este ano faz questão que ela não passe, pela simples razão que quem anda, quer em meios académicos, quer na própria sociedade civil, a promover um maior desenvolvimento da cultura científica, promovendo também um conjunto de valores que caracterizam a sociedade ocidental, não pode, depois, dar um voto favorável a uma iniciativa, que apesar de ser louvável e que até tem o seu público, mas que contraria esses princípios e valores, razão porque vota contra esta proposta, acrescentando que é um problema de consciência em relação à sua própria pessoa, na medida em que não faz muito sentido andar, por um lado junto dos alunos e de algumas instituições a defender o desenvolvimento do espírito científico, e depois aceitar uma promoção



como esta que é a feira do Oculto, o que o leva a tomar acima de tudo, um voto de consciência, sem ter qualquer sentido político. -----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira**, disse que não tinha a perspectiva do Vereador David Justino, na medida em que pensa que o espírito científico e a mentalidade esclarecida são perfeitamente compatíveis, até do ponto de vista etnográfico e antropológico, com as manifestações da cultura popular, não tendo por isso qualquer objecção de princípio, apesar de não ter visitado o local, porque também é um racionalista e por esse facto lhe mereça uma particular simpatia, mas, efectivamente não tem essa objecção de princípio, porque assim sendo, não poderiam ocorrer essas manifestações por este Portugal e em todos os outros países. -----

----- Continuando, disse, que só gostaria de ser informado porque é que o protocolo é assinado com um particular e qual o estatuto dessa organização, dado que as suas dúvidas são de natureza técnica, jurídica e processual em relação a esta proposta, acrescentando que também gostaria de ser informado se nessa feira se vendem produtos e quais. -----

----- Respondendo o **Senhor Presidente** esclareceu que este protocolo não é mais que uma forma de pagamento ao comissário da Feira. -----

----- Continuando lembrou que não é um homem de ciência e que até nem sabe bem o que é um homem de ciência. Apesar de ter estudo Filosofia, História de Direito, História das Instituições, Ciência Criminal, Medicina Legal, entre outras cadeiras do curso de Direito. Repetiu que não é um homem de ciência, mas enquanto for Presidente da Câmara, as suas convicções não são importantes, o que é importante são os municípios deste concelho, porque se as suas convicções fossem importantes, visto não ser um homem de ciência, mas sabe que é transmontano, aí as suas raízes populares fariam que apostasse em termos culturais, exclusivamente, no folclore, porque gosta de folclore e então os municípios de Oeiras teriam doses maciças de folclore e não teriam música de câmara, nem bailado, nem exposições, porque

repugnava ao espírito popular, daí que considera a opinião do Vereador David Justino, uma opinião errada, visto a última feira do oculto realizada em Oeiras ter tido “apenas” a frequência de cerca de trinta e cinco mil pessoas, evento que nem foi igualado, mas aproximado à exposição “Oeiras Vinte e Um”, que se realizou no Tagus Park, na qual a Autarquia teve que angariar pessoas e colocar autocarros para levá-las a visitar a exposição, enquanto que na Feira do Oculto, as pessoas é que se deslocam lá para a visitar e na sua opinião o Senhor Vereador David Justino devia ter mais sentido de humor, porque pessoalmente considera aquela feira interessante e engraçada, porque uns vão lá ler a sina, outros vão ver outras fantochadas e do ponto de vista lúdico isso é interessante. Por isso encara este evento como forma de animação, porque até tem um interesse turístico e apesar de respeitar as convicções científicas do Vereador David Justino pensa que elas têm um certo fundamentalismo, pensando mesmo que foi por coisas dessas que existiu a Inquisição, acrescentando que quem tem respeito pelo espírito científico desde logo sabe que a ciência está sempre em aberto e o que hoje é uma verdade científica, depois de amanhã é mentira, porque, entretanto, a ciência descobriu outra coisa, pensando que um município como o de Oeiras não pode ter essa visão e para si bastou-lhe ver o que se passou na primeira feira e ver os milhares de visitantes que ela teve, para sentir que enquanto for Presidente desta Câmara deverá apoiar este tipo de iniciativas, visto terem a adesão popular e as pessoas terem necessidade de se divertirem, que aliás é o que acontece também com a “música pimba”.-

----- Intervindo, o **Senhor Vereador David Justino** disse que o Senhor Presidente transformou esta questão e deu-lhe uma abordagem política mas se o problema se circunscrevesse apenas à questão política, teria o seu voto favor, mas, o que disse, efectivamente, é que não era uma posição decorrente da sua posição política, mas sim, uma questão de consciência, pelo que pediu ao Senhor Presidente que lhe conferisse a liberdade de votar em consciência, pois esse problema também se poderia pôr relativamente a problemas de carácter religioso, argumentando que a sua posição não é política, porque a política não é superior à



consciência de cada um e a analogia que se faz à música pimba não tem nada a ver porque é uma coisa completamente diferente, na medida em que toda a ideia de uma cultura de carácter elitista, no fundo secundarizante, excluindo outra formas de expressão, quer musical, quer de dança, é que na sua opinião é grave, porque iria dominar e limitar a estética e o gosto de cada um, e é por isso que pensa que uma Câmara deve ter uma oferta diversificada, seja “pimba” ou clássica, precisamente porque não deve intervir no gosto dos municíipes.

De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente**, retorquiu que está de acordo com tudo o que o Senhor Vereador David Justino disse, nomeadamente, o facto de ser um problema de consciência, pensando, contudo, que o Senhor Vereador tomou esta atitude sem saber o que é a feira do Oculto, e aquela feira tem lá pessoas muito simpáticas a ler a sina e o tarot, tendo também algumas lojas a vender produtos ligados à magia, etc..

O **Senhor Vereador David Justino** intervindo disse que, primeiro informou-se sobre o que era e depois visitou-a o ano passado e até comprehende que as pessoas se divertem e respeita o seu divertimento e nesse aspecto se o seu voto inviabilizasse a realização de uma actividade, ponderaria até que ponto tinha o direito de o fazer, mas não é esse o caso; aqui é a marcação de uma posição que pensa ser importante destacar como alerta, admitindo que, utilizando os critérios da cultura popular, determinadas práticas dessa cultura pusessem em causa direitos dos cidadãos e até a própria liberdade de pensamento, o que o leva a dizer que tudo que é cultura popular pode não ser bom, acrescentando que quando disse que era um homem de ciência não tomou isso como qualquer manifestação de arrogância profissional, porque quem o conhece sabe bem que nunca o faz.

Continuando, disse que existe uma coisa muito importante e por via das Câmaras, das Escolas, ou por via do que for, pensa que todos têm pela frente um desafio e recorrendo ao programa eleitoral do seu partido lembra que não se pode andar a vociferar e a protestar contra os péssimos resultados que os alunos obtêm em matemática, em biologia, em química e em

física, as quais são as áreas científicas com piores resultados e depois esquecer que muitas vezes se desvia e promove determinado tipo de iniciativas que põem em causa, precisamente isso, as quais não devem ser criticadas, lembrando que a sua preocupação é que é preciso desenvolver, complementarmente a isto, iniciativas que promovam o desenvolvimento da cultura científica, porque as crianças são as principais prejudicadas, porque depois as coisas, no fundo, acabam por ser que dois mais dois não são bem quatro, mas conforme a carta que saia no Tarot, e a sua intervenção tem somente uma preocupação pedagógica, que sendo um problema de consciência, é também um alerta, pensando, em breve, propor que se realize uma Feira de Actividades Científicas, ou uma Feira do Brinquedo Científico que promova junto das crianças uma maior preocupação com o desenvolvimento da ciência. -----

----- Intervindo, de novo, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** disse respeitar a posição do Senhor Vereador David Justino, mas não gostaria que ele interpretasse abusivamente a sua opinião, porque não preconiza que uma manifestação da cultura popular, como a luta dos cães, ou outras do género seja divulgada e apoiada pela Câmara, contudo; manifestações genuínas e autênticas da cultura popular, até do ponto de vista antropológico e etnográfico devem ser salvaguardadas, defendendo e subscrevendo inteiramente o ponto de vista do Senhor Vereador David Justino relativamente ao deficit da cultura e da mentalidade científica deste País. Na sua opinião, as autarquias em colaboração com determinadas instituições poderiam desenvolver iniciativas desse género, apesar de pensar que outras iniciativas de cultura popular também devem ter oportunidade para se desenvolver, o que prova que as questões que coloca relativamente a esta iniciativa são de outra índole, nomeadamente no que diz respeito à programação e ao acordo focado neste protocolo, o qual não é suficientemente claro nesse ponto, pelo que inquiriu se estão acautelados todos os aspectos, consequências e implicações, que uma iniciativa deste tipo pode ter, ou seja, não se vai dar apoio a uma iniciativa que promove uma mentalidade irracionalista porque muitas vezes é criticado de racionalista porque não tem



receptividade para este tipo de manifestações e é nesse contexto que diz que não se pode apoiar uma iniciativa irracionalista e promover o desenvolvimento da superstição contra o espírito esclarecido das luzes, porque pensa que não é disso que se trata, nem é desse ponto de vista que esta iniciativa deve ser interpretada. -----

----- Intervindo, o **Senhor Vereador Luís Pires** opinou que não lhe passa pela cabeça que uma proposta de deliberação trazida à reunião pudesse integrar qualquer tipo de manifestação que prejudicasse os direitos e liberdades das pessoas, acreditando que uma proposta subscrita por um ilustre membro do Executivo não poderia conter nada nesse âmbito, assunto que está fora de questão; quanto ao restante, como o seu partido é pela tolerância e pelo direito das minorias, se existem pessoas que gostam de ver e assistir, porque só lá vai quem quer, é efectivamente uma situação que a Câmara tem que reconhecer e ela efectivamente também tem reconhecido muitas iniciativas de carácter científico e se também tem esta que não é científica, também tem muitas de carácter científico, pensando que se puserem os prós e contras na balança, não lhe choca nada apoiar este tipo de iniciativas que também tem aspectos turísticos e que não fere os direitos e liberdades de ninguém. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** disse que lhe parecia estarem a discutir o “sexo dos anjos”, porque isto é “surrealista”, mas coloca a questão de outra maneira, até porque tem que aceitar os problemas de consciência de cada um, e neste caso concreto do Senhor Vereador David Justino, só que na sua opinião este utiliza os argumentos errados porque para um homem de ciência a sustentabilidade da sua posição é muito frágil porque vai buscar o deficit da matemática, etc., o que até é grave, na medida em que a Câmara não pode tomar iniciativas com alguma forma do género obscurantismo, ou de irracionalidade das pessoas, porque a questão da situação da matemática não tem nada a ver com esta iniciativa ou com os efeitos que esta iniciativa pode ter, porque todas as iniciativas, em princípio, têm um ideal, e no seu conteúdo existe o que é principal e depois existem as franjas e efectivamente as franjas até

podem adulterar a essência da iniciativa, dando como exemplo a realização da Feira de Velharias e acredita que todas as pessoas sabem o que é uma velharia, porque uma velharia não é uma antiguidade, antiguidade é algo que vem do século dezoito para trás e velharia é algo que envelheceu, que já não tem uso, que passou de moda, mas que não se valoriza com o passar do tempo, e efectivamente móveis e relógios novos não podem ser considerados velharias e eles são encontrados na Feira das Velharias e assim estão a adulterar o espírito daquela feira. -----

----- Prosseguindo, lembrou que numa feira desta natureza, até porque a designação da “Feira do Oculto” já tem uma certa simbologia, é natural que lá se encontrem coisas divertidas, que são para pessoas sadias e não pessoas doentes, inquirindo quem é que nunca viu filmes de vampiros, inquirindo também se isso não é contra a ciência, porque pessoalmente pensa que cinquenta por cento dos filmes que passam nas televisões portuguesas são anti-científicos e, no entanto, são feitos porque espicaçam o imaginário das pessoas, fazem subir a adrenalina, etc., o que o leva a crer que os filmes portugueses não têm sucesso porque são muito próximos da vida real e por isso não têm interesse, porque não despertam a imaginação de quem os vê, concluindo que os argumentos usados pelo Senhor Vereador David Justino não lhe parecem os mais acertados, pois como calculam, o objectivo fundamental desta feira é a diversão e o aspecto lúdico, não é para as pessoas irem para ali fazer sessões de espiritismo, acrescentando que a expressão “oculto” é marketing, pensando mesmo que a posição do Senhor Vereador David Justino pode conduzir a outros níveis da vida a posições semelhantes e na sua opinião a posição de um Vereador não é uma posição científica, porque ele é um político e como político é uma atitude política que tem que ter, porque a dada altura pode levar a tomar-se posições menos correctas, e neste lugar é necessário ter-se alguma frieza e algum distanciamento de certas iniciativas, que eventualmente se possa até nem gostar, porque efectivamente faz-se muita coisa na Câmara de que pessoalmente até nem gosta, mas a posição do Presidente da Câmara deve centrar-se na ideia de satisfação das diversas clientelas culturais do Município tendo sempre em



combinação heterogeneidade da população do Concelho. E a “Feira do Oculto” vai de encontro a um segmento importante da população. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**32 - ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA PISCINA E POLIDESPORTIVO DA OUTURELA - CP 02.02.02.04.: -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Tendo em vista a prestação dos serviços de fiscalização da empreitada de construção da piscina e polidesportivo da Outurela, despacho do Senhor Presidente de vinte e dois de Junho de noventa e nove, foi decidido recorrer ao procedimento de um concurso limitado sem apresentação de candidaturas, para o qual foram convidadas seis empresas, a saber: -----

-----Proman - Centro de Estudos e Estudos e Projectos, Sociedade Anónima; -----

-----Sanágua - Estudos e Projectos de Engenharia, Limitada; -----

-----Cinclus - Planeamento e Gestão de Projectos, Sociedade Anónima; -----

-----Renticom - Engenheiros Associados, Limitada; -----

-----Júdice Gamito - Consultores, Limitada; -----

-----Pengest - Planeamento, Engenharia e Gestão, Limitada. -----

-----Das seis empresas contactadas apenas cinco responderam, a saber Proman, Sanágua, Cinclus, Renticom e Júdice Gamito. -----

-----As propostas foram abertas no dia vinte e um de Julho de mil novecentos e noventa e nove e tal como consta do relatório da comissão, junto ao processo, verificou-se que a proposta mais vantajosa para a Câmara é a apresentada pela empresa Júdice Gamito - Consultores, Limitada, com o valor global de dois milhões e seiscentos mil escudos, a que se deverá acrescer o IVA à taxa legal em vigor. -----

-----Considerando o relatório da comissão de análise de propostas e todos os seus anexos como fazendo parte desta proposta de deliberação, proponho à Câmara que aprove: -----

-----a adjudicação da prestação de serviços de fiscalização da empreitada de construção

da piscina e polidesportivo da Outurela, à empresa Júdice Gamito - Consultores, Limitada, pelo preço global de dois milhões e seiscentos mil escudos, a que se deverá acrescer o IVA à taxa legal em vigor e com o prazo de duração da empreitada - dez meses; -----

----- -solicita-se a dispensa de audiência prévia, de acordo com a alínea a), do número um, do artigo centésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**33 - RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA OPERÁRIA OEIRENSE - AJUSTE  
DIRECTO RELATIVO À ILUMINAÇÃO DA FACHADA - CP 02.03.02.04.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Na sequência das obras de recuperação do edifício da Biblioteca Operária Oeirense foi elaborado o auto de medição relativo aos trabalhos de iluminação da fachada por ajuste directo, no valor de um milhão e duzentos mil escudos. -----

-----Assim, e face ao exposto, propõe-se: -----

-----Que seja aprovado o presente auto de medição, cujo valor total é de um milhão e duzentos mil escudos, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, cujo montante é de sessenta mil escudos, totalizando um milhão, duzentos e sessenta mil escudos, bem como o sequente pagamento à firma A. Ludgero Castro, Limitada.-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**34 - RECRIA - EDIFÍCIO DO LARGO DOS FORNOS, Nº. 1/3 EM PAÇO DE ARCOS -  
PAGAMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO CAMARÁRIA - CP 02.03.09.01.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“No âmbito do programa RECRIA, foi aprovado em reunião de Câmara de nove de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito, a atribuição de uma comparticipação financeira, à empresa Lobo e Eva, Limitada, com vista à realização de obras de recuperação e conservação no edifício supra mencionado, de sua propriedade.-----

-----O valor da comparticipação é de quinze milhões seiscentos e setenta e um mil setecentos e cinquenta e nove escudos, sendo de seis milhões duzentos e sessenta e oito mil setecentos e quatro escudos, o montante a atribuir pela CMO (quarenta por cento da comparticipação) e o restante valor (sessenta por cento da comparticipação) da responsabilidade do IGAPHE, nove milhões quatrocentos e três mil e cinquenta e cinco escudos.-----

-----Considerando que a obra se encontra em fase de conclusão e de acordo com os trabalhos prescritos na candidatura apresentada, propõe-se o pagamento da comparticipação camarária, à empresa Lobo e Eva, Limitada, no valor de seis milhões duzentos e sessenta e oito mil setecentos e quatro escudos, com IVA incluído à taxa legal em vigor.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**35 - RECRIA - EDIFÍCIO DA AV<sup>a</sup>. MARQUÊS DE POMBAL, N<sup>o</sup> 4, EM PAÇO DE ARCOS -  
PAGAMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO CAMARÁRIA - CP 02.03.09.01.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“No âmbito do programa RECRIA, foi aprovado em reunião de Câmara de nove de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito, a atribuição de uma comparticipação financeira, à empresa Lobo e Eva, Limitada, com vista à realização de obras de recuperação e conservação no edifício supra mencionado, de sua propriedade.-----

-----O valor da comparticipação de seis milhões oitocentos e cinquenta e seis mil cento e sete escudos, sendo de dois milhões setecentos e quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta e três escudos, o montante a atribuir pela CMO (quarenta por cento da comparticipação) e o restante valor (sessenta por cento da comparticipação) da responsabilidade do IGAPHE, quatro milhões cento e treze mil seiscentos e sessenta e quatro escudos. -----

-----Considerando que a obra se encontra em fase de conclusão e de acordo com os trabalhos prescritos na candidatura apresentada, propõe-se o pagamento da comparticipação camarária, à empresa Lobo e Eva, Limitada, no valor de dois milhões setecentos e quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta e três escudos, com IVA incluído à taxa legal em vigor.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**36 - P.R.C.H.O.P.A. - RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA RUA JOÃO TEIXEIRA SIMÕES, Nº.**

**31 - OEIRAS - CP 02.03.09.01.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Oeiras, está este gabinete a acompanhar os processos no âmbito do Programa de Reabilitação dos Centros Históricos de Oeiras e Paço de Arcos. -----

----- O edifício acima referido, é pertença do Senhor Alberto Teixeira. -----

----- O pedido para comparticipação financeira do Programa de Reabilitação dos Centros Históricos de Oeiras e Paço de Arcos, foi analisado, destacando-se os seguintes pontos: -----

----- O edifício está ao abrigo das condições prescritas pelo PRCHOPA; -----

----- O requerimento está devidamente instruído, contendo os documentos exigidos por lei; -----

----- Foi elaborado um relatório técnico, onde são descritas as patologias detectadas no edifício; -----

----- Relativamente ao valor do orçamento, este foi objecto de uma análise detalhada e corrigido. -----

----- Desta forma, o orçamento apresentado de dezanove milhões trezentos e cinquenta e sete mil e vinte e oito escudos, IVA incluído, ficou corrigido para catorze milhões trezentos e quarenta e quatro mil quinhentos e noventa e seis escudos, IVA incluído. -----

----- Nestas circunstâncias, propõe-se o deferimento desta candidatura, sendo de catorze milhões trezentos e quarenta e quatro mil quinhentos e noventa e seis escudos, IVA incluído à taxa legal em vigor para o valor da obra e de dois milhões trezentos e noventa mil cento e trinta e cinco escudos, o valor da comparticipação a atribuir pela Câmara Municipal de Oeiras (IVA incluído à taxa legal em vigor) ao proprietário do imóvel Senhor Alberto Teixeira, residente na

Rua dos Lusíadas, número dez, rés-do-chão esquerdo, em Oeiras, ao abrigo do PRCHOPA - Programa de Reabilitação dos Centros Históricos de Oeiras e Paço de Arcos e de setecentos e sessenta e cinco mil duzentos e noventa e sete escudos o valor da comparticipação do programa RECRIA já aprovado em reunião de Câmara.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**37 - CONCURSO PÚBLICO PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE REABILITAÇÃO E  
INSTALAÇÃO DAS REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS DA  
BRANDOA E ALFORNELOS NA BACIA DO RIO TRANCÃO - DISPENSA DE CELEBRAÇÃO  
DE CONTRATO ESCRITO - SMAS:** -----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de catorze de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, deliberou adjudicar o fornecimento supracitado à empresa Engidro, pelo valor de quatro milhões e quinhentos mil escudos, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta ao processo. -----

-----Face ao exposto, proponho: -----

-----Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos S.M.A.S., de adjudicação do fornecimento de Elaboração do Estudo de Reabilitação e Instalação das Redes de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais da Brandoa e Alforneiros, na Bacia do Rio Trancão nos exactos termos propostos pela empresa Engidro, pelo valor de quatro milhões e quinhentos mil escudos, acrescido de IVA; -----

-----Dois - A dispensa de contrato escrito de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de vinte de Abril de mil novecentos e noventa e oito, ao abrigo do disposto nos números dois e três, conjugados com o número seis, do artigo centésimo quinto, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março (na redacção que lhe foi dada pela Lei número vinte e dois, de noventa e cinco, de dezembro de Julho);-----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**38 - CONCURSO LIMITADO DESTINADO AO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA AS INSTALAÇÕES DO POSTO DA BRANDOA, AMADORA - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO - SMAS:** -----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de doze de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, deliberou por unanimidade adjudicar o fornecimento supra referido à empresa Servisegura, Limitada, pelo valor de dez milhões cento e onze mil e quinhentos escudos, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta ao processo. -----

-----Face ao exposto, proponho: -----

-----Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos S.M.A.S. de adjudicação do fornecimento de serviços de segurança para as instalações do posto da Brandoa, no Concelho da Amadora, nos exactos termos propostos pela empresa Servisegura, Limitada, pelo valor de dez milhões cento e onze mil e quinhentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

-----Dois - A celebração de contrato escrito. -----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

39 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CCD - SMAS: -----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -  
----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora em reunião ordinária de doze de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, deliberou por unanimidade a atribuição ao CCD da verba de quatro milhões e quinhentos mil escudos, destinados à Festa de Natal/Reformados e ao Aniversário do CCD, no montante de um milhão de escudos, e à Festa de Natal - Crianças, no montante de três milhões e quinhentos mil escudos, tendo em conta o pedido solicitado através dos ofícios de dezassete de Setembro de mil novecentos e noventa e nove e a proposta de deliberação cuja cópia se junta ao processo.-----

----- Face ao exposto, proponho: -----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração de atribuição da verba de quatro milhões e quinhentos mil escudos, destinados à Festa de Natal/Reformados e ao Aniversário do CCD, no montante de um milhão de escudos e à Festa de Natal - Crianças, no montante de três milhões e quinhentos mil escudos, nos termos da alínea j), do número um, do artigo quinquagésimo primeiro, do Decreto-Lei número cem, de oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, aditada pela Lei número dezassete, de noventa e nove, de vinte e cinco de Março.-----

----- Dois - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**40 - EXECUÇÃO DE POSTO DE ATENDIMENTO EM LOJA NO CENTRO COMERCIAL  
OEIRAS PARQUE - 2º. AUTO DE MEDIÇÃO - CP 11.05.03.11.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões quinhentos e quarenta e cinco mil setecentos e um escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista - quatro milhões quatrocentos e cinquenta e um mil cento e quarenta escudos; -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista - noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e um escudos. -----

-----Os trabalhos a mais de natureza não prevista foram aprovados por despacho proferido em vinte e seis de Abril de noventa e nove. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação dos trabalhos a mais de natureza prevista no valor de quatro milhões quatrocentos e cinquenta e um mil cento e quarenta escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões setecentos e setenta e dois mil novecentos e oitenta e seis escudos, o qual inclui a importância de duzentos e vinte e sete mil duzentos e oitenta e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma C.J.G. - Construções, Limitada;-----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**41 - ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO DO FORTE DE S. BRUNO, EM CAXIAS - PAGAMENTO DE FACTURAS DE ANOS FINDOS - CP 11.05.07.03.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Tendo em vista o acompanhamento das obras de recuperação do Forte de São Bruno, em Caxias, por parte do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, adjudicou a Câmara Municipal àquele gabinete trabalhos de assessoria, objecto de celebração de contrato, pelo montante de um milhão e quatrocentos mil escudos, valor que foi já pago. -----

-----Posteriormente e no decorrer da obra verificou-se a necessidade de se manter a colaboração dos técnicos daquele laboratório, pelo que e na sequência de um pedido por esta Autarquia apresentou o LNEC, através do ofício quatro mil setecentos e noventa e quatro, registado sob o número dezanove mil trezentos e noventa e nove, de noventa e sete, as condições para a emissão de pareceres técnicos relativos às soluções e técnicas mais adequadas à obra em causa, visto tratar-se de um imóvel classificado de Interesse Público e por outro lado por ter sido uma exigência do IPAAR que a mesma fosse acompanhada por este. -----

-----Através do ofício vinte e seis mil setecentos e quarenta e sete, de treze de Agosto de noventa e sete, manifestou esta Câmara Municipal a sua concordância com a acção e a metodologia apresentada. -----

-----Na sequência de visitas efectuadas ao local da obra pelos técnicos do LNEC e emitidos pareceres e recomendações sobre os trabalhos a executar, nomeadamente quanto ao tipo de rebocos, barramentos, limpezas de cantarias, apresentou aquele Laboratório duas facturas nomeadamente a número mil e trinta e quatro, de Outubro de mil novecentos e noventa e sete e a número cinquenta e dois, de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito, respectivamente nos valores de setecentos e cinquenta mil escudos e quinhentos mil escudos, acrescidas do IVA respectivo. -----

----- Em nove de Julho do corrente ano, efectuou-se no Laboratório Nacional de Engenharia Civil uma reunião entre os técnicos daquele Laboratório e desta Câmara Municipal, na qual foram analisadas as divergências quanto ao apagamento das facturas relativas à assistência à obra, tendo ficado esclarecido, que as mesmas estavam contempladas na segunda proposta apresentada e aceite por esta Autarquia, conforme menciona a Divisão de Estudos e Projectos na informação quatrocentos, de noventa e nove. -----

----- Em face do que antecede e tendo concordado com o exposto, proponho: -----

----- Que se proceda ao pagamento das facturas números mil e trinta e quatro, de noventa e sete, no valor de oitocentos e setenta e sete mil e quinhentos escudos, com IVA incluído e a factura número cinquenta e dois, de noventa e oito, no valor de quinhentos e oitenta e cinco mil escudos, com IVA incluído, ao LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ao abrigo das alíneas d) e e), do número um, do artigo octogésimo sexto, do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**42 - Pº. 28-DIM/DAD/99 - SUBSTITUIÇÃO DE CASCA DE PINHEIRO POR PISO SINTÉTICO  
NO JARDIM MUNICIPAL DE PAÇO DE ARCOS - 1º E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO - CP  
10.01.03.04.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de seis milhões quatrocentos e vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - seis milhões cento e trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta escudos; -----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - duzentos e noventa mil escudos. -----

-----Segundo a informação número oitocentos e vinte e oito, de noventa e nove, da Divisão de Administração Directa, os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de cinco por cento e devem-se a diferenças de medição.-----

-----Os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação dos trabalhos a mais de natureza prevista no valor de duzentos e noventa mil escudos. -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de seis milhões setecentos e quarenta e seis mil oitocentos e vinte e oito escudos, o qual inclui a importância de trezentos e vinte e um mil duzentos e setenta e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Projecconsult, Limitada. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**43 - Pº. 103-DIM/DEIM/98 - AMPLIAÇÃO DA CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA DE LAVEIRAS (RENOVAÇÃO URBANA) - 2º. AUTO DE MEDIÇÃO - CP 01.01.03.03.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dezasseis milhões seiscentos e noventa e sete mil seiscentos e setenta escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - dez milhões oitocentos e setenta e dois mil setecentos e oitenta e oito escudos;-----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - oitocentos e cinquenta e três mil novecentos e quarenta e seis escudos;-----

-----Trabalhos a mais de natureza não prevista - quatro milhões novecentos e setenta mil novecentos e trinta e seis escudos. -----

-----Conforme consta da informação número oitocentos e vinte e cinco, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, através da qual foi solicitada a aprovação prévia dos trabalhos a mais, o projecto objecto de concurso sofreu profundas alterações antes de ser adjudicado, pelo que as quantidades e o articulado inicial não correspondem ao que foi necessário executar, levando à existência de trabalhos a mais quer de natureza prevista, quer de natureza não prevista. -----

-----Foi ainda dada orientação para a substituição dos estores existentes em plástico por estores metálicos, bem como a rectificação do traçado de esgotos domésticos.-----

-----Assim, solicitou-se ao adjudicatário a apresentação de preços unitários para os artigos de natureza prevista e não prevista, preços que foram considerados aceitáveis por estarem de acordo com os praticados no mercado.-----

----- Em face do que antecede, proponho: -----  
----- - A aprovação dos preços unitários apresentados pelo adjudicatário; -----  
----- - A aprovação da execução de trabalhos a mais no valor de cinco milhões oitocentos e vinte e quatro mil oitocentos e oitenta e dois escudos; -----  
----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de dezassete milhões quinhentos e trinta e dois mil quinhentos e cinquenta e quatro escudos, o qual inclui a importância de oitocentos e trinta e quatro mil oitocentos e oitenta e quatro escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa C.M.E., Sociedade Anónima. -----  
----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----  
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**44 - Pº. 135-DIM/DAD/99 - EXECUÇÃO DE LAGE NA ARRECADAÇÃO DA GALERIA  
VERNEY - 1º. AUTO DE MEDIÇÃO - CP 11.05.03.02.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão seiscentos e quarenta e cinco mil duzentos e cinquenta escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - um milhão quinhentos e setenta e sete mil duzentos e cinquenta escudos;-----

-----Trabalhos a mais de natureza não prevista - sessenta e oito mil escudos.-----

-----Os trabalhos a mais correspondem à desmontagem de parte da instalação eléctrica existente, para execução da obra.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

-----A aprovação dos trabalhos a mais no valor de sessenta e oito mil escudos;-----

-----A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão setecentos e vinte e sete mil quinhentos e treze escudos, o qual inclui a importância de oitenta e dois mil duzentos e sessenta e três escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Projecconsult - Sociedade de Consultadoria de Engenharia Civil e Construções, Limitada; -----

-----Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**45 - Pº. 92-DIM/DEIM/99 - ANCORAGEM DO MURO M8 NA ENVOLVENTE DO MERCADO DE QUEIJAS - 1º. AUTO DE MEDIÇÃO - CP 08.02.02.01.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante global de sete milhões cento e quinze mil escudos, o qual corresponde a:-----

----- -Trabalhos previstos - três milhões e cinquenta e sete mil escudos; -----

----- -Trabalhos a mais de natureza prevista - quatro milhões e cinquenta e oito mil escudos. -----

----- Segundo a informação número oitocentos e trinta e sete, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, os trabalhos a mais foram bem executados e encontram-se aprovados por despacho exarado na informação número setecentos e cinquenta e um, do Serviço de Edifícios Municipais, de vinte e nove de Julho de noventa e nove. -----

----- A percentagem de trabalhos a mais (agravamento do custo) é de: -----

----- Percentagem parcial: dois vírgula trinta e oito por cento; -----

----- Percentagem global: dois vírgula trinta e oito por cento. -----

----- Os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de sete milhões quatrocentos e setenta mil setecentos e cinquenta escudos, o qual inclui a importância de trezentos e cinquenta e cinco mil setecentos e cinquenta escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, Sociedade Anónima; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**46 - Pº. 71-DIM/95 - CONSTRUÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE QUEIJAS -(SUB-PROGRAMA A) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 17-A - CP 08.02.02.01.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o auto número dezassete-A, de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante global de vinte e um milhões novecentos e oitenta e seis mil e vinte e quatro escudos. -

-----Segundo a informação número quinhentos e noventa e seis, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, todos os trabalhos são a mais e foram aprovados pelas propostas de deliberação de Câmara números mil novecentos e oitenta e cinco, de noventa e sete, dois mil duzentos e cinquenta e cinco, de noventa e oito, quinhentos, de noventa e nove, dois mil trezentos e quarenta e seis, de noventa e oito, quatrocentos e cinquenta e quatro, de noventa e nove, dois mil duzentos e setenta e dois, de noventa e oito, seiscentos e oitenta e quatro, de noventa e nove, setecentos e sessenta e cinco, de noventa e nove, setecentos e sessenta e sete, de noventa e nove, setecentos e sessenta e oito, de noventa e nove, setecentos e sessenta e nove, de noventa e nove, setecentos e sessenta e seis, de noventa e nove, oitocentos e quarenta e cinco, de noventa e nove, respectivamente de trinta de Julho de noventa e sete, catorze de Outubro de noventa e oito, dez de Março de noventa e nove, vinte e oito de Outubro de noventa e oito, vinte e quatro de Fevereiro de noventa e nove, vinte e quatro de Março de noventa e nove e trinta e um de Março de noventa e nove, bem como, por despachos de dois de Março de noventa e nove e vinte e sete de Janeiro de noventa e nove. -----

-----A percentagem de trabalhos a mais parcial é de cinco vírgula oitenta e dois por cento, e a percentagem de trabalhos a mais global é de trinta e sete vírgula vinte e dois por cento.

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de vinte e três

milhões oitenta e cinco mil trezentos e vinte e cinco escudos, o qual inclui a importância de um milhão noventa e nove mil trezentos e um escudos, de IVA à taxa de cinco por cento, e o pagamento à empresa Obrecol - Obras e Construções, Sociedade Anónima, após o visto do Tribunal de Contas do contrato adicional; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----  
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

47 - Pº. 183-DIM/DAD/99 - MERCADO MUNICIPAL DE PORTO SALVO - LOJA Nº. 9 - 1º.

**AUTO DE MEDIÇÃO - CP 08.02.03.01.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão e vinte e nove mil escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - setecentos e trinta e quatro mil escudos.-----

-----Trabalhos a mais de natureza não prevista - duzentos e noventa e cinco mil escudos.-----

-----Os trabalhos a mais correspondem a alteração da bancada prevista e aplicação de pavimento Epoxi.-----

-----Dada a urgência na conclusão da obra, não foi atempadamente solicitada a respectiva aprovação. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no valor de duzentos e noventa e cinco mil escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão oitenta mil quatrocentos e cinquenta escudos, o qual inclui a importância de cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma C.J.G.- Construções, Limitada; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**48 - Pº. 47-DIM/DEIM/99 - REPERFILAGEM DA RUA CÂNDIDO DOS REIS, EM OEIRAS -  
ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA - CP 09.01.03.27.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Tendo em vista a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso público, foram admitidas cinco empresas as quais apresentaram as propostas, a seguir referidas e que serão acrescidas do IVA respectivo:-----

-----Silva Brandão & Filhos, Limitada, proposta no montante de cinquenta milhões trezentos e trinta e seis mil trezentos e oitenta escudos, com o prazo de execução de cinco meses;

----- Armando Cunha, Limitada, proposta no montante de sessenta e dois milhões setecentos e oitenta e sete mil oitocentos e quarenta escudos, com o prazo de execução de cento e cinquenta dias; -----

----- H.S. - Habitação & Saneamento, Limitada, proposta no montante de setenta e um milhões quinhentos e dez mil setecentos e doze escudos, com o prazo de execução de seis meses;

----- Rosado & Frazão, Sociedade Anónima, proposta no montante de sessenta e cinco milhões quatrocentos e vinte e três mil oitocentos e cinquenta e quatro escudos, após correcção, com o prazo de execução de cento e oitenta dias; -----

----- Oliveira, Sociedade Anónima, proposta no montante de sessenta e seis milhões seiscentos e três mil oitocentos e noventa escudos, após correcção, com o prazo de execução de seis meses; -----

-----As propostas foram analisadas pela comissão, constituída para o efeito, tendo esta concluído, conforme consta da acta da reunião de análise das propostas, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a proposta do concorrente Silva, Brandão & Filhos, Limitada. -----

-----Refiro que foi comunicado aos concorrentes que o relatório de análise de propostas se encontrava à consulta, nos termos do artigo centésimo primeiro, do Código de Procedimento

Administrativo, não tendo sido, todavia, apresentada qualquer reclamação, ao mesmo. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- Que se adjudique a empreitada em título, por série de preços, à firma Silva Brandão & Filhos, Limitada, pelo montante de cinquenta milhões trezentos e trinta e seis mil trezentos e oitenta escudos, ao qual acresce dois milhões quinhentos e dezasseis mil oitocentos e dezanove escudos respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor, cinco por cento e com o prazo de execução de cinco meses, de acordo com o artigo nonagésimo sétimo, do Decreto-Lei quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**49 - Pº. 138-DIM/DAD/99 - MUSEU DO AUTOMÓVEL ANTIGO - ARRANJOS INTERIORES -  
QUINTA DA TERRUGEM, PAÇO DE ARCOS - CP 11.05.03.02.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

-----“Tendo em vista a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso limitado, foram admitidas cinco firmas, as quais apresentaram as propostas a seguir referidas e que serão acrescidas do IVA respectivo:-----

----- Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, proposta no montante de nove milhões quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos escudos, com prazo de execução de sessenta dias; -----

----- Copi - Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada, proposta no montante de nove milhões oitocentos e setenta e um mil quinhentos e vinte escudos, com prazo de execução de sessenta dias; -----

----- Edisserra - Construções, Limitada, proposta no montante de nove milhões cento e noventa e oito mil novecentos e cinquenta escudos, com prazo de execução de sessenta dias; -----

----- C.J.G. - Construções, Limitada, proposta no montante de nove milhões seiscentos e vinte e seis mil e duzentos escudos, com prazo de execução de sessenta dias; -----

----- Projecconsult - Sociedade de Consultadoria de Engenharia Civil e Construções, Limitada, proposta no montante de nove milhões trezentos e sessenta e seis mil escudos, com prazo de execução de sessenta dias.-----

-----As propostas foram analisadas pela a comissão constituída para o efeito, tendo esta concluído, conforme consta da acta da reunião de análise das propostas, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a da concorrente Edisserra - Construções, Limitada, dado ser a de menor preço.-----

-----Aquando da aprovação do processo de concurso, foi indicada como designação da

empreitada “Museu do Automóvel Antigo - Arranjos Exteriores”. No entanto verificou-se ter havido lapso, atendendo a que são “Arranjos Interiores”, como aliás consta da informação número quatrocentos e cinquenta e nove, de noventa e nove, da Divisão de Administração Directa. --- -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- Que seja aprovada a correcção da designação da empreitada para: “Museu do Automóvel Antigo - Arranjos Interiores - Quinta da Terrugem, Paço de Arcos”;-----

----- Que se adjudique a empreitada em título, por série de preços à firma Edisserra - Construções, Limitada, pelo montante de nove milhões cento e noventa e oito mil novecentos e cinquenta escudos, ao qual acresce quatrocentos e cinquenta e nove mil novecentos e quarenta e oito escudos, respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor, cinco por cento e com o prazo de execução de sessenta dias, de acordo com o número um, do artigo centésimo décimo oitavo, do Decreto-Lei quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro;-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**50 - Pº. 27-DIM/DAD/99 - SUBSTITUIÇÃO DE CASCA DE PINHEIRO POR PISO SINTÉTICO  
NO JARDIM MUNICIPAL DE ALGÉS - 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO - CP 10.01.03.05.: ---**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de cinco milhões setecentos e trinta e seis mil e quinhentos escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - cinco milhões quinhentos e dezanove mil escudos;-----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - duzentos e dezassete mil e quinhentos escudos.-----

-----Segundo a informação número oitocentos e vinte e sete, de noventa e nove, da Divisão de Administração Directa, os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de quatro por cento e devem-se a diferenças de medição. -----

-----Os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação dos trabalhos a mais de natureza prevista no valor de duzentos e dezassete mil e quinhentos escudos;-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de seis milhões vinte e três mil trezentos e vinte e cinco escudos, o qual inclui a importância de duzentos e oitenta e seis mil oitocentos e vinte e cinco escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Projeconsult, Limitada. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**51 - PLANO DE PORMENOR DO ALMARJÃO - REQTº. 5478-PV/99 APENSO AO SP 10/93 -  
ALGÉS - MIRAFLORES - IMOBILIÁRIA DA AVENIDA, LDª.: -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Através da exposição efectuada pela firma “Imobiliária da Avenida, Limitada” foram detectadas na publicação do Diário da República (segunda série de vinte e oito de Janeiro de noventa e nove) algumas incorrecções no Regulamento do Plano de Pormenor do Almarjão, nomeadamente no artigo oitavo, artigo décimo segundo, artigo vigésimo, artigo vigésimo segundo e artigo vigésimo terceiro. -----

-----O Regulamento do Plano, após a exposição em inquérito público sofreu pequenas rectificações no artigo oitavo e artigo décimo nono, no sentido de viabilizar a criação de uma zona de estacionamento adicional sob a praça adjacente à Avenida General Norton de Matos. -----

-----Estas alterações foram efectuadas, por lapso, numa proposta de regulamento preliminar que posteriormente seguiu com as restantes peças do Plano para a Assembleia Municipal para aprovação e posteriormente para o C.C.R.L.V.T.- Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, para registo e publicação. -----

-----Face ao exposto propõe-se as seguintes rectificações à versão do regulamento publicado em Diário da República:-----

-----Artigo oitavo -----

----- ( Ajustamentos ) -----

----- ( Onde está ) -----

-----a) Admite-se ajustamentos à configuração das parcelas ou à configuração dos edifícios, nas fases de projecto de loteamento ou de construção dos edifícios, quando devidamente justificados e aprovados pela C.M.O. e desde que não impliquem aumentos das áreas de implantação ou das parcelas superiores a três por cento das áreas indicadas no Plano de

Pormenor, nem prejudiquem a coerência do conjunto ou a realização do estacionamento.-----

----- ( Deve-se ler )-----

----- a) Admitem-se ajustamentos à configuração das parcelas ou à configuração dos edifícios, nas fases de projecto de loteamento ou de construção dos edifícios, quando devidamente justificados e aprovados pela C.M.O. e desde que não impliquem aumentos das áreas de implantação, construção ou das parcelas superiores a cinco por cento das áreas indicadas no Plano de Pormenor, nem prejudiquem a coerência do conjunto ou a realização do estacionamento.-----

----- Artigo décimo segundo-----

----- ( Área a Preservar ) -----

----- ( Onde está ) -----

----- d) A ampliação do conjunto edificado a preservar ou a edificação de novas construções, só será permitida desde que devidamente justificada, e que dela não resulte um acréscimo da A.B.C. legalizada existente superior a vinte por cento;-----

----- ( Deve-se ler )-----

----- d) A ampliação do conjunto edificado a preservar ou a edificação de novas construções, só será permitida desde que devidamente justificada, e que dela não resulte um acréscimo da A.B.C. legalizada existente superior a trinta por cento; -----

----- Artigo vigésimo -----

----- ( Parâmetros ) -----

----- ( Onde está ) -----

----- Dois.dois - Para áreas entre quinhentos metros quadrados e mil metros quadrados, por cada vinte e cinco metros quadrados ou fracção de área bruta de construção é obrigatória a inclusão de um lugar. -----

----- ( Deve-se ler )-----



----- Dois. dois - Para áreas superiores a quinhentos metros quadrados, por cada vinte metros quadrados ou fracção de área bruta de construção é obrigatória a inclusão de um lugar. ---

----- Artigo vigésimo segundo -----

----- ( Espaços Livres ) -----

----- ( Onde está ) -----

----- Um - São cedidas ao Município, todas as áreas que constituem espaços livres não parcelados, identificados na Planta de Espaços Livres, independentemente de se destinarem a constituir zonas verdes, zonas pedonais ou arruamentos. -----

----- Dois - Será garantido o direito de utilização pública nos espaços livres parcelados, desde que não confinem áreas vedadas de acesso restrito ( logradouros privados ). -----

----- ( Espaços de Utilização Pública ) -----

----- ( Deve-se ler ) -----

----- Um - São cedidas ao Município, todas as áreas que constituem espaços livres de edificação, não parcelados, identificados na Planta de Implementação ( Desenho número sete ), independentemente de se destinarem a constituir zonas verdes, zonas pedonais ou arruamentos e estacionamentos. -----

----- Dois - Será garantido o direito de utilização pública nos espaços parcelados, quer se localizem sob ou sobre área destinada a edificação, assinalados na Planta de Implementação ( Desenho número sete ) como “Áreas com Ónus de Utilização Pública”, desde que não confinem áreas vedadas de acesso restrito ( logradouros privados ). -----

----- Artigo vigésimo terceiro -----

----- ( Encargos ) -----

----- ( Onde está ) -----

----- Um - Nas áreas referidas no artigo anterior, os encargos com a sua execução de acordo com os respectivos projectos a aprovar pela C.M.O., cabem na totalidade ao promotor da

respectiva edificação; -----

----- Dois - O tratamento e manutenção das áreas referidas no parágrafo segundo, do artigo anterior, cabe aos proprietários ou condóminos dos respectivos edifícios. -----

----- ( Deve-se ler )-----

----- Um - Cabe ao promotor da urbanização, a elaboração de Estudos Prévios de conjunto a submeter à apreciação do Município na fase de loteamento, para garantir a coerência dos arranjos exteriores a executar, com as áreas homogéneas edificáveis delimitadas na Planta de Implementação ( Desenho número sete );-----

----- Dois - Nas áreas referidas no parágrafo número dois, do artigo anterior, os encargos com a sua execução de acordo com os respectivos projectos a aprovar pela C.M.O., cabem na totalidade ao promotor da respectiva edificação; -----

----- Três - O tratamento e manutenção das áreas referidas no parágrafo número dois, do artigo anterior, cabe aos proprietários ou condóminos dos respectivos edifícios.”-----

----- II - A pedido do Senhor Vereador Luís Pires, o Senhor Presidente esclareceu que esta proposta é uma correcção a outra que foi presente à Câmara, mas, posteriormente foi enviada à Assembleia Municipal uma versão anterior que não tinha sido aprovada e como houve uma rectificação por parte do Governo, essa rectificação não correspondia àquilo que foi aprovado, aliás o que foi detectado pelos donos dos terrenos, de modo que agora tem que ser corrigido e enviado de novo à Assembleia Municipal.-----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** perguntou se tem que ser publicado de novo no Diário da República ao que o **Senhor Presidente** respondeu afirmativamente, tendo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** inquirido se o aumento que se verifica tem a ver com o parqueamento, pensando que é mais uma alteração do que uma rectificação, retorquindo o **Senhor Presidente** que aparece como uma alteração, mas efectivamente é uma rectificação porque foi isso que foi aprovado foi isso que esteve em



exposição pública e depois, em vez de ser isso enviado à Assembleia Municipal foi enviada outra versão, assim como para o Diário da República e é por isso que tem que haver uma rectificação a qual terá que ser enviada à Assembleia Municipal e posteriormente para publicação no Diário da República. -----

----- III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

----- IV - Mais foi deliberado remeter o assunto para a Assembleia Municipal para aprovação. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**52 - RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA OPERÁRIA OEIRENSE - 6º AUTO DE TRABALHOS CONTRATUAIS - CP 02.03.02.04.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Na sequência das obras da Recuperação da Biblioteca Operária Oeirense, foi elaborado o sexto auto de medições de trabalhos contratuais, no valor de cento e noventa e cinco mil escudos. -----

-----Os trabalhos foram executados de acordo com o Caderno de Encargos.-----

-----Assim, e face ao exposto, propõe-se: -----

----- Que seja aprovado o presente auto de medições, cujo valor total é de cento e noventa e cinco mil escudos, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, cujo montante é de nove mil setecentos e cinquenta escudos, totalizando a importância de duzentos e quatro mil setecentos e cinquenta escudos, bem como o seguinte pagamento à firma A. Ludgero de Castro, Limitada.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**53 - ARRUAMENTO DE ACESSO AOS ATELIERS DA QUINTA DO SALES, NA OUTURELA -  
ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO -  
RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 29/9/99 - PONTO 32 - CP  
03.04.02.03.: -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Por lapso, os membros da Comissão de Abertura e da Comissão de Análise das propostas, relativas à empreitada denominada “Arruamento de acesso aos ateliers da Quinta do Sales, na Outurela”, foram erradamente nomeados. -----

-----Neste sentido proponho à Câmara que aprove a seguinte com, posição das Comissões: -----

-----Comissão de Abertura do Concurso:-----

-----Doutora Sílvia Isabela Jesus Almeida Breu, Jurista, como Presidente -----

-----Engenheira Cristina Infante, como vogal -----

-----Maria da Conceição Lança, assistente administrativo especialista, como vogal -----

-----Comissão de Análise das propostas: -----

-----Engenheiro Nuno Vasconcelos, Director do Gabinete Urban, como Presidente -----

-----Engenheira Cristina Infante -----

-----Arquitecto João Batista.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**54 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE ATELIERS DA QUINTA DO SALES - OUTURELA**

**- AUTO DE MEDIÇÃO N.º 6 - CP 03.04.02.03.: -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com o parecer da fiscalização, foram analisados os trabalhos da empreitada “Construção de Ateliers da Quinta do Sales”, realizados pela firma Canas Correia, Sociedade Anónima, no valor de dez milhões trezentos e trinta mil duzentos e quinze escudos.---

-----Dado ter havido um adiantamento de cinquenta por cento do valor da empreitada, o valor a processar será de cinco milhões cento e sessenta e cinco mil cento e oito escudos, mais IVA à taxa legal em vigor.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**55 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE ATELIERS DA QUINTA DO SALES - OUTURELA**

**- AUTO DE MEDIÇÃO N.º 7 - CP 03.04.02.03.: -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com o parecer da fiscalização, foram analisados os trabalhos da empreitada “Construção de Ateliers da Quinta do Sales”, realizados pela firma Canas Correia, Sociedade Anónima, no valor de vinte e sete milhões duzentos e nove mil trezentos e sessenta e quatro escudos.-----

-----Dado ter havido um adiantamento de cinquenta por cento do valor da empreitada, o valor a processar será de treze milhões seiscentos e quatro mil seiscentos e oitenta e dois escudos, mais IVA à taxa legal em vigor.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**56 - RECRIA - RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PAÇO DE ARCOS - AV<sup>a</sup>. MARQUÊS DE POMBAL, Nº. 9, EM PAÇO DE ARCOS:**-----

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Foram realizadas ao abrigo do programa RECRIA, obras de conservação no edifício localizado em Paço de Arcos, na Avenida Marquês de Pombal, número nove, propriedade da Associação Lisbonense de Proprietários;-----

-----No entanto, no decorrer da obra foram detectadas novas patologias que levaram à necessidade de realizar algumas obras suplementares. Para além disso, e como resultado dos trabalhos de reforço estrutural do edifício, torna-se também necessário proceder a uma intervenção ao nível do interior das habitações afectadas.-----

-----Neste contexto, pretende o proprietário proceder a estas obras suplementares, propondo para o efeito um aditamento à candidatura inicial.-----

-----Face a este aditamento, os valores do orçamento e da comparticipação serão alterados do seguinte modo:-----

-----Valor do Orçamento-----

-----Inicial / Aditamento / Total-----

-----trinta e dois milhões setecentos e cinquenta mil seiscentos e setenta e nove escudos / sete milhões novecentos e noventa e seis mil setecentos e cinquenta e cinco escudos / quarenta milhões setecentos e quarenta e sete mil quatrocentos e trinta e quatro escudos-----

-----Valor da Comparticipação-----

-----Inicial / Final / Diferença-----

-----Oito milhões oitocentos e cinquenta e um mil e trinta escudos / doze milhões seiscentos e sessenta e nove mil cento e quarenta e dois escudos / três milhões oitocentos e dezoito mil cento e doze escudos (CMO - quarenta por cento - um milhão quinhentos e vinte e

sete mil duzentos e quarenta e quatro escudos) (IGAPHE - sessenta por cento - dois milhões duzentos e noventa mil oitocentos e sessenta e oito escudos) -----

----- Dado que a CMO já efectuou o pagamento da comparticipação financeira correspondente ao orçamento inicial três milhões quinhentos e quarenta mil quatrocentos e doze escudos, o valor da nova comparticipação a atribuir será de um milhão quinhentos e vinte e sete mil duzentos e quarenta e quatro escudos, correspondendo à diferença entre os valores da comparticipação calculada com base nos orçamentos final e inicial.-----

----- Quanto ao IGAPHE, uma vez que ainda não efectuou o pagamento da comparticipação financeira correspondente ao orçamento inicial cinco milhões trezentos e dez mil seiscentos e dezoito escudos, o valor da nova comparticipação a atribuir será de sete milhões seiscentos e um mil quatrocentos e oitenta e cinco escudos, correspondendo à soma entre os valores da comparticipação calculada com base nos orçamentos final e inicial.-----

----- Nesta conformidade, e de acordo com o quadro de comparticipações junto ao processo, propõe-se: -----

----- -O deferimento do presente aditamento, pelos valores do orçamento apresentado - quarenta milhões setecentos e quarenta e sete mil quatrocentos e trinta e quatro escudos, com IVA incluído à taxa legal em vigor.-----

----- A atribuição pela Câmara Municipal de Oeiras, de uma comparticipação financeira no valor de um milhão quinhentos e vinte e sete mil duzentos e quarenta e quatro escudos, correspondente ao remanescente entre o valor da comparticipação final (calculada com base no aditamento agora apresentado) e o valor inicial (já pago).” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**57 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA PARA FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS - CP 03.01.13.04.: -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia da Oeiras e São Julião da Barra, no montante de quinhentos e dezanove mil oitocentos e três escudos e relativo ao mês de Setembro. -----

-----Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem de diferença entre os encargos mensais com o pessoal do estabelecimento do Jardim de Infância “Pombal” e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**58 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS PARA FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS - CP 03.01.13.04.:**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Algés, no montante de dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil cento e cinquenta e seis escudos e relativo ao mês de Setembro.-----

-----Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem da diferença entre os encargos mensais com o pessoal dos estabelecimentos do Jardim de Infância “O Pioneiro” e o Jardim Infantil “Vinte e Cinco de Abril” e ATL - Actividades de Tempos Livres “Novo Pinóquio” e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**59 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA PARA FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS - CP 03.01.13.04.:-----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Linda-a-Velha, no montante de um milhão trinta e seis mil novecentos e quarenta escudos e relativo ao mês de Setembro.-----

-----Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem de diferença entre os encargos mensais com o pessoal do estabelecimento de infância Jardim de Infância “O Palhaço” e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**60 - CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO DA ZONA MÉDIA DA AMADORA - APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA: -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Por deliberação tomada em reunião da Câmara de vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e noventa e oito, ponto vinte e cinco, foi ratificada a aquisição pelos SMAS, de uma parcela de terreno com a área de sete mil e quinhentos metros quadrados, para construção do Reservatório da Zona Média da Amadora.-----

-----Com vista à celebração do contrato de compra e venda daquela parcela de terreno proponho à Câmara a aprovação da minuta do contrato que a seguir se transcreve:-----

-----“Minuta de Contrato de Compra e venda-----

-----Aos ... dias do mês de ..., do ano de mil novecentos e noventa e nove, nesta Vila de Oeiras, no edifício dos Paços do Município, perante mim, José Armando Coelho Borges Vieira, licenciado, Director do Departamento de Administração Geral do Município de Oeiras, e como tal seu notário privativo, compareceram como outorgantes:-----

-----Primeiro - José da Conceição Guilherme, casado, natural da freguesia de Aldeia do Mato, Concelho de Abrantes, residente no lugar de Venteira, concelho da Amadora, e Tomás Guerra Neta, casado, natural da freguesia e concelho de Pinhel, residente em Cascais, Rua dos Eucaliptos, número trezentos e trinta e um, na qualidade de administradores e em representação da sociedade comercial denominada Geralnova - Compra, Venda e Exploração de Imóveis, Sociedade Anónima, Pessoa Colectiva número quinhentos e três milhões quinhentos e noventa e seis mil oitocentos e setenta e seis, com sede na Rua António Sardinha, número quatro, segundo direito, na freguesia da Venteira, matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora sob o número dez mil duzentos e cinquenta e oito, cujos poderes necessários para este acto e referida qualidade constam da certidão emitida pela dita Conservatória em vinte e três de

Junho de mil novecentos e noventa e nove, o que verifiquei. -----

----- Segundo - Doutor Isaltino Afonso Moraes, divorciado, natural da freguesia de São Salvador, concelho de Mirandela, residente na Alameda Fernão Lopes, número vinte e cinco, décimo primeiro andar B, em Miraflores/Algés, neste concelho, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e em representação do Município cuja qualidade e poderes necessários para este acto são do meu conhecimento pessoal. -----

----- Reconheço a identidade dos primeiros outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade números um milhão quinhentos e noventa e sete mil setecentos e vinte e cinco, de sete de Agosto de mil novecentos e noventa e seis e quatrocentos e quarenta e nove mil cento e dezasseis, de catorze de Julho de mil novecentos e noventa e sete, emitidos pela Direcção Geral dos Registos e do Notariado - Serviços de Identificação Civil e a do segundo por conhecimento pessoal. -----

----- Pelos primeiros outorgantes na qualidade em que intervêm neste acto foi dito: -----

----- Que por este contrato vendem ao Município de Oeiras, livre de ónus ou encargos, pelo preço de cinquenta e seis milhões duzentos e cinquenta mil escudos, que já receberam e dão quitação, uma parcela de terreno com a área de sete mil e quinhentos metros quadrados, a desanexar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial da Amadora sob a ficha número mil cento e quarenta, freguesia da Mina, com inscrição de transmissão G-nove, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo quarenta, secção G, a confrontar a Norte, Sul, Nascente e Poente com o próprio, destinada à construção do Reservatório da Zona Média da Amadora. -----

----- Disse o segundo outorgante, na sua qualidade de legal representante do Município de Oeiras, Pessoa Colectiva de Direito Público número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, que de harmonia com as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e



Amadora, pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Oeiras, em suas reuniões realizadas nos dias vinte de Outubro, vinte e cinco de Novembro e vinte e dois de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito, aceita a compra da parcela de terreno antes identificada. -----

----- Assim o disseram e outorgaram.-----

----- Não foi paga Sisa por o Município beneficiar da isenção desse pagamento. -----

----- Isenta de emolumentos e selo nos termos do número três, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número quarenta e dois, de noventa e oito, de seis de Agosto. -----

----- Foram exibidos os seguintes documentos: a) cartões de identificação de pessoas colectivas já referidos; b) Certidão da descrição predial emitida em quatro de Agosto de mil novecentos e noventa e nove, pela Conservatória do Registo Predial da Amadora; c) certidão da inscrição matricial emitida pela Primeira Repartição de Finanças da Amadora. -----

----- Esta escritura vai ser assinada pelos outorgantes e por mim notário depois de lida em voz alta e explicado o seu conteúdo na presença simultânea de todos os seus intervenientes.”” ---

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**61 - EDIÇÃO DO LIVRO “O TRABALHO DAS IMAGENS - DE CESÁRIO VERDE A LUÍZA NETO JORGE”, DE FERNANDO CABRAL MARTINS - COLECTÂNEA DE TEXTOS “PARQUE DOS POETAS” - CP 02.01.07.20.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou á Câmara a seguinte proposta: ---

-----“No âmbito dos trabalhos de lançamento e divulgação do Parque dos Poetas, esta Câmara Municipal, em regime de parceria com uma editora especializada em poesia - Arión Publicações - deu início ao projecto “coleção Parque dos Poetas”. Este projecto será articulado em quatro fases fundamentais. -----

-----A primeira, correspondeu à edição de um ensaio de Nuno Júdice, sob o título “As Máscaras do Poema”. O lançamento do livro em questão teve lugar no Auditório da Biblioteca, no dia dezanove de Novembro de mil novecentos e noventa e oito, às vinte e uma horas e trinta minutos. -----

-----Com o objectivo de dar seguimento a esta acção, torna-se necessário dar início a todos os procedimentos à edição e posterior lançamento do segundo volume desta colecção que será um ensaio do Professor Doutor Fernando Cabral Martins, ilustre docente da Universidade Nova, com o título “O Trabalho das Imagens - de Cesário Verde a Luiza Neto”. Esta obra delinea um certo percurso sobre os grandes nomes da poesia portuguesa, desde “Cesário Verde ou a transformação do mundo”, tema ao qual é dedicado o primeiro capítulo, passando por Camilo Pessanha, Teixeira de Pascoaes, Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, José Régio, culminando no último capítulo, com uma referência a Jorge de Sena e a Luiza Neto Jorge. -----

-----Tendo em consideração a inegável qualidade desta obra e a, sobejamente conhecida, competência intelectual, pedagógica e científica do Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Fernando Cabral Martins e tendo em atenção o protagonismo que esta Edilidade pretende

reivindicar enquanto embaixadora da Poesia Portuguesa, propõe-se à aprovação superior o seguinte: -----

----- que esta Câmara Municipal proceda à aquisição de quinhentos exemplares, ao preço unitário de três mil escudos, do livro “O Trabalho das Imagens - de Cesário Verde a Luiza Neto Jorge”, como segundo volume da colecção “Parque dos Poetas”; -----

----- que, para o efeito, seja superiormente autorizada a passagem de requisição e posterior pagamento no valor total de um milhão quinhentos e setenta e cinco mil escudos (um milhão e quinhentos mil escudos mais setenta e cinco mil escudos) (I.V.A à taxa de cinco por cento, à empresa Aríon, de acordo com o orçamento que se junta ao processo); -----

----- Mais se solicita o seu ajuste directo ao abrigo do artigo octogésimo sexto, alínea d), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- Finalmente, submete-se, igualmente à aprovação superior que esta Edilidade proceda, ainda, ao lançamento do livro em data e local a indicar, garantida que seja, para o efeito, a presença do autor.-----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**62 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL - AUTO DE MEDIÇÃO**  
**-CP 05.01.03.05.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil quatrocentos e oitenta e um, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição no valor de um milhão dezoito mil cento e oitenta e cinco escudos, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. -----

-----Dois - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**63 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL - AUTO DE MEDIÇÃO**

**-CP 05.01.03.05.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil quatrocentos e oitenta de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição no valor de um milhão trinta e seis mil setecentos e noventa e um escudos, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada.---

-----Dois - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**64 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL - AUTO DE MEDIÇÃO**

- CP 05.01.03.05.:-----

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil e quarenta e oito, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

-----Um - O pagamento do auto de medição, no valor de oitocentos e quarenta e nove mil setecentos e sessenta e cinco escudos, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada.

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**65 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL - AUTO DE MEDIÇÃO**

- CP 05.01.03.05.:-----

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil e quarenta e nove, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

-----Um - O pagamento do auto de medição, no valor de novecentos e noventa e oito mil trezentos e noventa e três escudos, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. ---

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**66 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL - AUTO DE MEDIÇÃO**

**- CP 05.01.03.05.:-----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil quatrocentos e oitenta e dois, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição, no valor de um milhão quarenta e oito mil setecentos e setenta e dois escudos, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. --

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**67 - OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DO FOGO SITO NA PRACETA ANTÓNIO BÔTO - LOTE 9 -  
ISOLAMENTO DO TERRAÇO - CP 05.01.03.05.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação dois mil trezentos e onze, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento à empresa “MB Pereira da Costa, Sociedade Anónima”, das obras acima referenciadas, pelo valor de quinhentos e setenta e nove mil cento e cinquenta escudos, que acrescido de vinte e oito mil novecentos e cinquenta e oito escudos do IVA, totaliza seiscentos e oito mil cento e oito escudos. -----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**68 - COMPARTICIPAÇÃO A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO AO AGREGADO FAMILIAR DE  
MARIA ISABEL CRISTINA FALÉ POR DESISTÊNCIA DE REALOJAMENTO - CP  
05.01.02.06.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil trezentos e sessenta e dois, de noventa e nove, do Departamento de Habitação e tendo em conta a renúncia ao direito de realojamento do agregado familiar de Maria Isabel Cristina Falé, recenseada no âmbito do PER, número três A, Rua H, Bairro Pedreira dos Húngaros, propõe-se:-----

-----Um - A comparticipação a título de compensação, à munícipe Maria Isabel Cristina Falé, de seiscentos e sessenta e um mil e novecentos escudos, correspondente a dez por cento do valor do fogo T Zero, ao qual tinha direito em realojamento e cujo valor fixado na Portaria quinhentos e quarenta, de noventa e oito, é de seis milhões seiscentos e dezanove mil escudos.---

-----Dois - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**69 - ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO  
REALOJAMENTO DOS MORADORES DA BARRACA Nº. 17A, DO ALTO DOS AGUDINHOS -  
CP 05.01.02.06.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Na sequência dos vários programas em curso e por imperativo do PER, as zonas degradadas têm vindo a ficar libertas das barracas, com o realojamento das famílias aí residentes.

-----Na barraca dezassete A, do Alto dos Agudinhos, residem dois isolados.-----

-----Assim, conforme o exposto na informação número dois mil quatrocentos e dez, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - A atribuição de uma compensação económica no valor de um milhão de escudos, a cada um dos seguintes indivíduos: -----

----- Seide Colónia, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte e dois de Janeiro de sessenta e três, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e sessenta e sete mil trezentos e setenta e cinco - tipo B; -----

----- Lázaro Cunha, natural da Guiné-Bissau, nascido a quinze de Março de cinquenta e nove, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete - tipo A. -----

-----Dois - A demolição da barraca número dezassete A, do Alto dos Agudinhos.-----

-----Três - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**70 - CONVERSÃO DE ARRENDAMENTO EM VENDA - DOMINGOS SEMEDO DA SILVA -  
FOGO T3, Bº. ENCOSTA DA PORTELA, RUA QUINTA DO SALES, Nº. 1, 2º. DTº. -  
CARNAXIDE:**-----

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“No contexto da conversão do arrendamento em venda, de que é pressuposto básico a perspectiva dos arrendatários de fogos como potenciais compradores do locado e na sequência da manifestação de interesse pela compra do fogo arrendado, por parte do morador abaixo referenciado, proponho:-----

-----Um - Atribuição em regime de venda do fogo T Três, sito no Bairro Encosta da Portela, Rua Quinta do Sales, número um, segundo andar direito, em Carnaxide, freguesia de Carnaxide, ao seu arrendatário, Domingos Semedo da Silva, pelo preço de sete milhões novecentos e quarenta mil escudos, correspondente ao valor máximo de venda pela CMO à data da celebração do Contrato Promessa de Compra e Venda.-----

-----Dois - Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**71 - ATRIBUIÇÃO EM REGIME DE VENDA DO FOGO SITO NO BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA, AV<sup>a</sup>. RIO DE JANEIRO, Nº. 39, 3º. DTº., EM OEIRAS: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“No âmbito do despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, de trinta e um de Maio de noventa e nove, proponho:-----

-----Um - A atribuição do fogo T Três, sito no Bairro Bento Jesus Caraça, Avenida Rio de Janeiro, número trinta e nove, terceiro direito, ao agregado familiar de Maria da Conceição Pinto Dias Nunes.-----

-----Dois - A atribuição em regime de venda, do fogo tipo T Três, sito no Bairro Bento Jesus Caraça, número trinta e nove, terceiro andar direito, em Oeiras, freguesia de Oeiras, ao agregado familiar de Maria da Conceição Pinto Dias Nunes, pelo preço de nove milhões cento e quarenta e nove mil escudos, correspondente ao valor máximo de venda pela CMO à data de celebração do contrato promessa de compra e venda; todavia, tendo o representante de família comprometido efectuar as obras necessárias às condições de habitabilidade na importância de novecentos e vinte e nove mil e trezentos escudos, segundo informação de Divisão de Promoção de Habitação, quantia esta a descontar no valor da venda.-----

-----Três - Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**72 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO SOARES, 13, 2º. DTº., Bº. QUINTA DA  
POLITEIRA, AO AGREGADO FAMILIAR DE MARIA ANA TORRÃO RAÇÕES DOS REIS:-----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número mil oitocentos e trinta e seis, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - A atribuição do fogo sito na Rua António Soares, número treze, segundo direito, Bairro Quinta da Politeira, ao agregado familiar de Maria Ana Torrão Rações dos Reis.---

-----Dois - A atribuição de renda no valor de dez mil e dez escudos, com entrada em vigor a partir de um de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove.-----

-----Três - Aprovação da proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**73 - RECONVERSÃO DE UM TERRAÇO NUM ESPAÇO DESPORTIVO - SITUAÇÃO DE AGOSTO DE 1999 - TRABALHOS CONTRATUAIS - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 2 - CP 05.04.02.12.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil trezentos e sessenta e cinco, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição número dois, de Agosto de mil novecentos e noventa e nove (trabalhos contratuais), no valor de quatro milhões cento e vinte e nove mil cento e noventa e sete escudos, IVA incluído.-----

-----Dois - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**74 - Pº. 40-DH/98 - REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS N°S. 40 E 50, DA RUA CONDE DE RIO MAIOR - TRABALHOS ADICIONAIS - 4ª. FASE - AUTO DE MEDIÇÃO N°. 1 - CP 05.01.03.03.:**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil quatrocentos e oitenta e quatro, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição número um, relativo às obras em epígrafe, no valor de dois milhões cento e setenta e sete mil cento e vinte e cinco escudos, à firma Socijoba.---

-----Dois - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**75 - Pº. 40-DH/98 - REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS N°S. 40 E 50, DA RUA CONDE DE RIO MAIOR - TRABALHOS ADICIONAIS - 4ª. FASE - AUTO DE MEDIÇÃO N°. 2 - CP 05.01.03.03.:**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil quatrocentos e oitenta e cinco, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição número dois, relativo às obras em epígrafe, no valor de cinco milhões seiscentos e vinte e seis escudos, à firma Socijoba. -----

-----Dois - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**76 - PROGRAMA DO POMBAL - OBRAS DE CONSTRUÇÃO - ARRANJOS EXTERIORES -  
RENOVAÇÃO URBANA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 3 - CP 05.04.02.06.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil quatrocentos e setenta e nove, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição número três, no valor de doze milhões duzentos e dezassete mil setecentos e setenta e nove escudos, à firma Irmãos Cavaco, Sociedade Anónima.-----

-----Dois - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**77 - OBRA DE ARRANJOS EXTERIORES E INFRA-ESTRUTURAS DO BAIRRO LUTA PELA CASA, EM CARNAXIDE - ENVOLVENTE DOS BLOCOS B E C - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 1B**  
**- RENOVAÇÃO URBANA - CP 05.04.02.06.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil e catorze, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição número um B (trabalhos a mais e a menos), no valor de cinco milhões setecentos e sete mil novecentos e oitenta escudos, à firma Socijoba, referente ao mês de Julho de noventa e nove.-----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**78 - OBRA DE ARRANJOS EXTERIORES E INFRA-ESTRUTURAS DO BAIRRO LUTA PELA CASA, EM CARNAXIDE - ÁREA CENTRAL - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 1B - RENOVAÇÃO URBANA - CP 05.04.02.06.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil e quinze, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição número um B (trabalhos a mais e a menos), no valor de sete milhões trezentos e setenta mil e trinta e quatro escudos, à firma Socijoba, referente ao mês de Julho de noventa e nove.-----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**79 - OBRA DE ARRANJOS EXTERIORES E INFRA-ESTRUTURAS DO BAIRRO LUTA PELA CASA, EM CARNAXIDE - ENVOLVENTE DOS BLOCOS D E E - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 1B - RENOVAÇÃO URBANA - CP 05.04.02.06.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil e noventa, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição número um B de trabalhos a mais, no valor de seis milhões novecentos e noventa e quatro mil novecentos e trinta e dois escudos, à firma Socijoba, referente ao mês de Julho de noventa e nove.-----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**80 - DESPEJO JUDICIAL DO ARRENDATÁRIO DO FOGO SITO NA AV<sup>a</sup>. DOS CAVALEIROS, Nº. 20, 2º. D, NO Bº. DA OUTURELA/PORTELA:**-----

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Um - O fogo T Dois mencionado em epígrafe foi atribuído em Agosto de noventa e cinco ao agregado de Joaquim Lopes Cabral.-----

-----Dois - Considerando que esta família é devedora de rendas e tendo-se esgotado o processo de negociação para pagamento das mesmas.-----

-----Três - De acordo com o despacho exarado na informação dois mil quatrocentos e setenta, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se que seja instaurado o despejo judicial.-----

-----Quatro - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**81 - DESPEJO SUMÁRIO DO ARRANDATÁRIO DO FOGO SITO NA AV<sup>a</sup>. DOS CAVALEIROS, Nº. 20, 2º. D, NO Bº. DA OUTURELA/PORTELA:**-----

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Um - O fogo T Dois mencionado em epígrafe foi atribuído em Agosto de noventa e cinco ao agregado de Joaquim Lopes Cabral.-----

-----Dois - Considerando que esta família é devedora de rendas e tendo-se esgotado o processo de negociação para pagamento das mesmas.-----

-----Três - De acordo com o despacho exarado na informação dois mil quatrocentos e setenta, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se que seja executado o despejo sumário.-----

-----Quatro - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

82 - Pº. 2282-PL/99 APENSO AO 226/99 - LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO LOTEAMENTO

- CASAL DE S. MARCOS - BARCARENA - PIMENTA & RENDEIRO, URBANIZAÇÕES E CONSTRUÇÕES, SA: -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Firma Pimenta & Rendeiro, Urbanizações e Construções, Sociedade Anónima, é apresentado um pedido de licenciamento para o loteamento de um terreno sito no Casal de São Marcos - Barcarena com a área total de quinhentos e setenta e três mil quatrocentos e nove metros quadrados. -----

-----A pretensão foi analisada pelos respectivos serviços do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística que em sua informação número quatrocentos e sessenta e nove, de noventa e nove, da Divisão de Planeamento que consta do processo, se manifestaram no sentido do indeferimento, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo décimo terceiro, do Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro, de noventa e cinco. -----

-----De acordo com a informação referida, e cumprido que foi o direito de audiência previsto no artigo centésimo, do Decreto-Lei seis, de noventa e seis, de trinta e um de Janeiro, proponho à Câmara que delibere:-----

-----Indeferir o pedido de loteamento, ao abrigo do disposto na alínea a), do ponto dois, do artigo décimo terceiro, do Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro, de noventa e cinco. -----

-----Sua comunicação ao requerente.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**83 - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMAGÁS - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O GÁS:** -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Através da carta com referência duzentos e vinte e quatro, de noventa e nove, de vinte e quatro de Agosto de noventa e nove, vem o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Amagás solicitar a ratificação da deliberação da Assembleia Intermunicipal, tomada na décima nona reunião, que aprovou a alteração dos estatutos da Associação, nos termos do artigo trigésimo, número um, alínea K, do respectivo articulado, conforme proposta cujo teor seguidamente se transcreve:-----

-----““As Assembleias Intermunicipais têm vindo a ser confrontadas com grandes dificuldades de reunir face a problemas de falta de quorum. -----

-----Tendo sido analisada esta situação, na última reunião da Assembleia Intermunicipal, concluiu-se pela necessidade de alterar os Estatutos, como forma de solucionar o problema. -----

-----Refere o número um, do artigo décimo sétimo, dos Estatutos, que “A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da Amagás e é constituída pelos Presidentes e por dois Vereadores de cada uma das Câmaras dos Municípios associados.” -----

-----Apesar de o artigo vigésimo segundo prever a redução do número de Membros da Assembleia Intermunicipal “No caso de, por ingresso sucessivo de novos membros, a Associação passar a contar com dez ou mais Municípios associados, será reduzido para dois o número de representantes na Assembleia Intermunicipal, sendo um deles o Presidente da respectiva Câmara e outro um dos Vereadores, sem prejuízo do poder daquele se fazer representar nos termos do número dois, do artigo décimo sétimo”, considerou-se que a Assembleia Intermunicipal deveria ter somente um representante por Município. -----

-----Assim, ao abrigo das alíneas k) e l), do número um, do artigo trigésimo, a

Assembleia Intermunicipal propôs que o número um, do artigo décimo sétimo, tenha a seguinte redacção: “A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da Amagás e é constituída pelos Presidentes de cada Câmara dos Municípios associais”, e que o número dois, do mesmo artigo, deverá ter a seguinte alteração: “Os Presidentes das Câmaras dos Municípios associados sendo, obrigatoriamente, membros da Assembleia Intermunicipal, podem no entanto, delegar a sua representação em qualquer Vereador.” -----

----- Quanto ao artigo vigésimo segundo, deverá o mesmo ser suprimido. -----

----- Os artigos seguintes deverão ser reordenados.””-----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - Que a Câmara ratifique a deliberação da Assembleia Intermunicipal da Amagás que alterou os seus estatutos, a qual a seguir se transcreve; -----

----- - Que a deliberação tomada seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- “Alteração dos estatutos -----

----- Proposta -----

----- As Assembleias Intermunicipais têm vindo a ser confrontadas com grandes dificuldades de reunir face a problemas de falta de quorum. -----

----- Tendo sido analisada esta situação, na última reunião da Assembleia Intermunicipal, concluiu-se pela necessidade de alterar os Estatutos, como forma de solucionar o problema.-----

----- Refere o número um, do artigo décimo sétimo, dos Estatutos, que “A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da Amagás e é constituída pelos Presidentes e por dois Vereadores de cada uma das Câmaras dos Municípios associados.” -----

----- Apesar de o artigo vigésimo segundo prever a redução do número de Membros da Assembleia Intermunicipal “No caso de, por ingresso sucessivo de novos membros, a Associação passar a contar com dez ou mais Municípios associados, será reduzido para dois o



número de representantes na Assembleia Intermunicipal, sendo um deles o Presidente da respectiva Câmara e outro um dos Vereadores, sem prejuízo do poder daquele se fazer representar nos termos do número dois, do artigo décimo sétimo”, considerou-se que a Assembleia Intermunicipal deveria ter somente um representante por Município. -----

----- Assim, ao abrigo das alíneas k) e l), do número um, do artigo trigésimo, a Assembleia Intermunicipal propôs que o número um, do artigo décimo sétimo, tenha a seguinte redacção: “A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da Amagás e é constituída pelos Presidentes de cada Câmara dos Municípios associados”, e que o número dois do mesmo artigo deverá ter a seguinte alteração: “Os Presidentes das Câmaras dos Municípios associados sendo, obrigatoriamente, membros da Assembleia Intermunicipal, podem no entanto, delegar a sua representação em qualquer Vereador.” -----

----- Quanto ao artigo vigésimo segundo, deverá o mesmo ser suprimido. -----

----- Os artigos seguintes deverão ser reordenados.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**84 - PARQUEAMENTO PARA DEFICIENTE JUNTO AO Nº. 2, DA RUA VISCONDE DE SANTARÉM, EM LINDA-A-VELHA:**-----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Através do requerimento datado de vinte e oito de Junho de noventa e nove, registado nesta Câmara em diversos fins sob o número seis mil oitocentos e trinta, de noventa e nove, Luís dos Santos Pinto, morador na Rua Visconde de Santarém, número dois, rés-do-chão direito, em Linda-a-Velha, vem solicitar a criação de parqueamento para deficiente, junto ao número dois da referida Rua, para o veículo de matrícula RA-sessenta e oito-dezasseis. -----

-----Tendo concordado com o exposto na informação número trezentos e noventa e três, de noventa e nove, da Divisão de Estudos e Projectos/Trânsito, proponho que a Câmara delibere aprovar: -----

----- - A criação de um lugar provisório de “Parque privativo para deficiente”, junto ao número dois, da Rua Visconde de Santarém, em Linda-a-Velha, para o veículo de matrícula RA-sessenta e oito-dezasseis; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**85 - Pº. 92-DIM/DEIM/99 - ANCORAGEM DO MURO M8 NA ENVOLVENTE DO MERCADO DE QUEIJAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS**

**- CP 08.02.02.01.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões trezentos e quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta escudos, o qual corresponde a: -----

-----Trabalhos Previstos - um milhão quinhentos e vinte e seis mil escudos -----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - duzentos e dezasseis mil quatrocentos e oitenta escudos -----

-----Trabalhos a mais de natureza não prevista - seiscentos mil escudos-----

-----Segundo a informação número novecentos e trinta e oito, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, os trabalhos a mais foram bem executados e encontram-se aprovados por despacho exarado na informação número setecentos e cinquenta e um, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, de vinte e nove de Julho de noventa e nove, à excepção do valor de duzentos e dezasseis mil quatrocentos e oitenta escudos, que resulta do facto de se terem ultrapassado as quantidades inicialmente previstas para as vigas, carecendo o mesmo de aprovação, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação dos trabalhos a mais no montante de duzentos e dezasseis mil quatrocentos e oitenta escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de dois milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil seiscentos e quatro escudos, o qual inclui a importância de cento e dezassete mil cento e vinte e quatro escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas,

Sociedade Anónima; -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**86 - Pº. 264-DAD/98 - REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM BARCARENA, CARNAXIDE E QUEIJAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.18.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara realizada em vinte e dois de Setembro de noventa e nove, ponto cinquenta e um, foi deliberado aprovar o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe.-----

-----Porém, por lapso, foi indicado na proposta os trabalhos previstos no valor de quatrocentos e sessenta e sete mil e setecentos escudos, quando deveria ter sido indicado o valor de quatrocentos e sessenta e quatro mil e setecentos escudos.-----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões seiscentos e sessenta e um mil seiscentos e oitenta e cinco escudos, o qual inclui a importância de duzentos e vinte e um mil novecentos e oitenta e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima.-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**87 - Pº. 95-DIM/DAD/99 - COZINHA NO CENTRO DE DIA DA LAGE - ELIMINAÇÃO DE DEGRAU - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 03.03.03.01.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara realizada em vinte e dois de Setembro de noventa e nove, ponto cinquenta e oito, foi deliberado aprovar o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe.-----

-----Porém, por lapso, foi indicado na proposta o montante de quinhentos e noventa e nove mil setecentos e dezoito escudos, correspondente ao valor global do auto, quando deveria ter sido indicado o montante de seiscentos e dois mil oitocentos e sessenta e oito escudos. -----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação dos trabalhos a mais de natureza prevista, constantes do auto, no valor de mil e duzentos escudos; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seiscentos e dois mil oitocentos e sessenta e oito escudos, o qual inclui a importância de vinte e oito mil setecentos e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Construtora de Santa Iria, Limitada. -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**88 - PARQUEAMENTO PARA DEFICIENTE JUNTO AO Nº. 1, DO LARGO MARIA LAMAS,  
EM LINDA-A-VELHA:** -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Através do requerimento datado de vinte e três de Julho de noventa e nove, registado nesta Câmara em diversos fins sob o número oito mil e quarenta e quatro, de noventa e nove, Maria de Lurdes Ribeiro Costa Gomes Dias, moradora no Largo Maria Lamas, número um, primeiro esquerdo, em Linda-a-Velha, vem solicitar a criação de parqueamento para deficiente, junto ao número um, do referido Largo, para o veículo de matrícula VC-cinquenta e oito-zero oito. -----

-----Tendo concordado com o exposto na informação número quatrocentos e quarenta e oito, de noventa e nove, da Divisão de Estudos e Projectos/Trânsito, proponho que a Câmara delibere aprovar: -----

----- A criação de um lugar provisório de “Parque privativo para deficiente” junto ao número um, do Largo Maria Lamas, em Linda-a-Velha, para o veículo de matrícula VC-cinquenta e oito-zero oito; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**89 - Pº. 178-DIM/97 - REORDENAMENTO DO CRUZAMENTO DA ALAMEDA ANTÓNIO SÉRGIO/AVº. 25 DE ABRIL/RUA ALEXANDRE HERCULANO, EM LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.46.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante global de treze milhões seiscentos e sessenta e nove mil setecentos e trinta e dois escudos, o qual corresponde a:

----- Trabalhos Previstos - dois milhões seiscentos e setenta e um mil novecentos e trinta e dois escudos -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista - um milhão trezentos e cinquenta e sete mil novecentos e onze escudos -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista - nove milhões seiscentos e trinta e nove mil oitocentos e oitenta e nove escudos.-----

----- Segundo a informação número novecentos e vinte e um, de noventa e nove, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos a mais de natureza prevista, carecem de aprovação no montante de um milhão trezentos e cinquenta e sete mil novecentos e onze escudos, e resultaram do facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas para: -----

----- Camadas granulares com características de sub-base; -----

----- Rega de cura; -----

----- Remoção de pavimentos; -----

----- Sumidouros; -----

----- Alteamento de caixas. -----

----- Uma parte dos trabalhos a mais de natureza não prevista no valor de seis milhões

setecentos e setenta mil quinhentos e trinta e nove escudos, foram aprovados na reunião de Câmara de oito de Setembro de noventa e nove.-----

----- Os restantes trabalhos no montante de dois milhões oitocentos e sessenta e nove mil trezentos e cinquenta escudos, carecem de aprovação e referem-se a:-----

----- - Lancial de zero vírgula vinte metros por zero vírgula vinte e dois metros;-----

----- - Demolição de elementos de cimento;-----

----- - Demolição de sumidouros;-----

----- - Rebaixamento e nivelamento de caixa rectangular;-----

----- - Sinal vertical de estacionamento; -----

----- - Sinal de paragem de autocarros;-----

----- - Demolição do caneiro;-----

----- - Lancial de zero vírgula treze metros por zero vírgula vinte metros sotado; -----

----- - Arranque e reposição de cubos de granito;-----

----- - Areão;-----

----- - Lancial zero vírgula vinte metros por zero vírgula trinta e dois metros; -----

----- - Camada de base em agregado de granulometria extensa tratado com cimento.-----

----- Ainda segundo a mesma informação número novecentos e vinte e um, de noventa e nove, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de quatro milhões duzentos e vinte e sete mil duzentos e sessenta e um escudos (um milhão trezentos e cinquenta e sete mil novecentos e onze escudos mais dois milhões oitocentos e sessenta e nove mil trezentos e cinquenta escudos); -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de catorze milhões trezentos e cinquenta e três mil duzentos e dezanove escudos, o qual inclui a



importância de seiscentos e oitenta e três mil quatrocentos e oitenta e sete escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Alves Ribeiro, Limitada; -----  
----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----  
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**90 - Pº. 264-DIM/DAD/98 - REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM BARCARENA, CARNAXIDE E QUEIJAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.18.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de seis milhões trezentos e setenta e nove mil novecentos e oitenta escudos, o qual corresponde a: -----

-----Trabalhos previstos - cinco milhões quinhentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e oitenta escudos -----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - oitocentos e trinta e quatro mil e quinhentos escudos. -----

-----Os trabalhos a mais foram aprovados antecipadamente por despacho de vinte e nove de Julho de noventa e nove. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

-----A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seis milhões seiscentos e noventa e oito mil novecentos e setenta e nove escudos, o qual inclui a importância de trezentos e dezoito mil novecentos e noventa e nove escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

-----Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**91 - Pº. 266-DIM/DAD/98 - REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM ALGÉS, DAFUNDO E LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.18.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão quinhentos e oitenta e sete mil cento e quarenta e oito escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - um milhão quinhentos e setenta e nove mil setecentos e setenta e três escudos-----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - sete mil trezentos e setenta e cinco escudos. -

-----Os trabalhos a mais foram aprovados antecipadamente por despacho de vinte e nove de Julho de noventa e nove. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

-----A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão seiscentos e sessenta e seis mil quinhentos e cinco escudos, o qual inclui a importância de setenta e nove mil trezentos e cinquenta e sete escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

-----Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**92 - Pº. 265-DIM/DAD/98 - REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM OEIRAS, PAÇO DE ARCOS E PORTO SALVO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.18.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de seis milhões trezentos e quatro mil e setecentos escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - quatro milhões novecentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta escudos -----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - um milhão trezentos e setenta e nove mil novecentos e vinte escudos. -----

-----Os trabalhos a mais foram aprovados antecipadamente por despacho de vinte e nove de Julho de noventa e nove. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

-----A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seis milhões seiscentos e dezanove mil novecentos e trinta e cinco escudos, o qual inclui a importância de trezentos e quinze mil duzentos e trinta e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

-----Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

93 - Pº. 58-DIM/DAD/99 - BENEFICIAÇÃO DA RUA DO AQUEDUTO, EM OEIRAS -  
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP  
09.01.03.19.: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de seis milhões seiscentos e sessenta e quatro mil duzentos e cinquenta escudos, o qual corresponde a: -----

-----Trabalhos previstos - quatro milhões quinhentos e sessenta e cinco mil escudos-----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - dois milhões noventa e nove mil duzentos e cinquenta escudos.-----

-----Os trabalhos a mais correspondem à execução de betuminoso nas zonas pedonais, não contemplado inicialmente.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação dos trabalhos a mais no valor de dois milhões noventa e nove mil duzentos e cinquenta escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seis milhões novecentos e noventa e sete mil quatrocentos e sessenta e três escudos, o qual inclui a importância de trezentos e trinta e três mil duzentos e treze escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**94 - Pº. 53-DIM/DAD/99 - REORDENAMENTO DO CRUZAMENTO DA AVª. EMBAIXADOR AUGUSTO DE CASTRO, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.19.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de cinco milhões oitenta e seis mil duzentos e sete escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - dois milhões seiscentos e nove mil duzentos e vinte e um escudos-----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - setecentos e trinta e nove mil cento e trinta e seis escudos-----

-----Trabalhos a mais de natureza não prevista - um milhão setecentos e trinta e sete mil oitocentos e cinquenta escudos.-----

-----Os trabalhos a mais de natureza não prevista devem-se essencialmente à alteração de lancel normal para lancel galgável e introdução de faixa de protecção no jardim da rotunda.-----

-----Tendo-se verificado ainda a existência de trabalhos a menos no valor de novecentos e quarenta e sete mil setecentos e trinta e sete escudos.-----

-----Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de quarenta e três por cento.----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação dos trabalhos a mais constantes neste auto no valor de dois milhões quatrocentos e setenta e seis mil novecentos e oitenta e seis escudos; -----

----- A aprovação dos trabalhos a menos no valor de novecentos e quarenta e sete mil setecentos e trinta e sete escudos; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de cinco milhões trezentos e quarenta mil quinhentos e dezassete escudos, o qual inclui a importância de duzentos e cinquenta e quatro mil trezentos e dez escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**95 - Pº. 113-DIM/DAD/99 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE FRADES METÁLICOS NA RUA DO AQUEDUTO, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.02.03.03.:**-----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de cinco milhões quinhentos e trinta mil escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - quatro milhões e novecentos mil escudos -----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - seiscentos e trinta mil escudos.-----

-----Os trabalhos a mais referem-se à colocação de mais dezoito frades, os quais implicam um encargo financeiro de doze vírgula nove por cento.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação dos trabalhos a mais constantes neste auto no valor de seiscentos e trinta mil escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de cinco milhões oitocentos e seis mil e quinhentos escudos, o qual inclui a importância de duzentos e setenta e seis mil e quinhentos escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**96 - Pº. 80-DHI/94 - COLECTORES PLUVIAIS E DOMÉSTICOS NA QUINTA DAS PALMEIRAS, EM OEIRAS - 2ª. FASE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 7º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 06.04.02.01:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“No âmbito da empreitada designada em epígrafe, a empresa fiscalizadora OPPI - Organização Portuguesa de Projectos Industriais, Sociedade Anónima, enviou através do registo ao qual foi atribuído o número vinte e oito mil cento e setenta e quatro, o sétimo auto de medição de trabalhos relativo à empreitada dos Colectores Pluviais e Domésticos, adjudicada à empresa Malonga - Construções, Sociedade Anónima.-----

-----Pelos elementos enviados, verificou-se que o valor do sétimo auto de medições de trabalhos importa em seis milhões oitocentos e trinta e oito mil e trezentos escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - três milhões seiscentos e vinte e três mil e oitocentos escudos--

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - um milhão oitocentos e vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta escudos -----

-----Trabalhos a mais de natureza não prevista - um milhão trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta escudos.-----

-----Segundo a informação número novecentos e vinte e cinco, de noventa e nove, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos a mais de natureza prevista carecem de aprovação no montante de um milhão oitocentos e vinte e seis mil e trezentos escudos e posterior envio ao Tribunal de Contas, resultaram do facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas, principalmente nos seguintes artigos:-----

----- Escavação mecânica para abertura de vala; -----

----- Remoção dos produtos sobrantes; -----

----- - Demolição do pavimento existente;-----

----- - Abertura de sondagens para reconhecimento. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista, resultaram de uma alteração de diâmetro do colector, tendo sido aprovados em reunião de Câmara de trinta de Junho de noventa e nove e já enviados ao Tribunal de Contas.-----

----- A empresa OPPI - Organização Portuguesa de Projectos Industriais, Sociedade Anónima, informa ainda que, os trabalhos do presente auto, realizados pelo adjudicatário Malonga - Construções, Sociedade Anónima, estão em condições para pagamento. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de um milhão oitocentos e vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta escudos; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de sete milhões cento e oitenta mil duzentos e quinze escudos, o qual inclui a importância de trezentos e quarenta e um mil novecentos e quinze escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Malonga - Construções Sociedade Anónima;-----

----- - Remeter ao Tribunal de Contas os trabalhos a mais que carecem de aprovação; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**97 - Pº. 80-DHI/94 - COLECTORES PLUVIAIS E DOMÉSTICOS NA QUINTA DAS PALMEIRAS, EM OEIRAS - 2ª. FASE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO AUTO Nº. 7A DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 06.04.02.01.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“No âmbito da empreitada designada em epígrafe, a empresa fiscalizadora OPPI - Organização Portuguesa de Projectos Industriais, Sociedade Anónima, enviou através do registo ao qual foi atribuído o número vinte e oito mil cento e setenta e quatro, o auto número sete A de medição de trabalhos relativo à empreitada dos Colectores Pluviais e Domésticos, adjudicada à empresa Malonga - Construções, Sociedade Anónima. -----

-----Pelos elementos enviados, verificou-se que o valor do auto número sete A de medições de trabalhos importa em três milhões quatrocentos e oitenta e oito mil e duzentos escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - um milhão oitocentos e trinta e cinco mil e quatrocentos escudos -----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - um milhão trezentos e setenta e seis mil e novecentos escudos -----

-----Trabalhos a mais de natureza não prevista - duzentos e setenta e cinco mil e novecentos escudos. -----

-----Segundo a informação número novecentos e vinte e nove, de noventa e nove, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, uma parte dos trabalhos a mais de natureza prevista, resultaram do facto de ter sido ultrapassada a quantidade de tubagem PVC com diâmetro duzentos milímetros, tendo sido aprovados por despacho de trinta de Junho de noventa e nove, exarado na informação número quinhentos e setenta e nove, de vinte e oito de Junho de noventa e nove e já enviados ao Tribunal de Contas. -----

----- Os restantes no montante de novecentos e oitenta e seis mil e novecentos escudos, carecem de aprovação e posterior envio ao Tribunal de Contas, resultaram do facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas nos seguintes artigos: -----

----- - Movimentos de terras; -----

----- - Execução de caixas de visita simples. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista, resultaram de uma alteração de diâmetro do colector doméstico, tendo sido aprovados por despacho de trinta de Junho de noventa e nove exarado na informação número quinhentos e setenta e nove, de vinte e oito de Junho de noventa e nove e já enviados ao Tribunal de Contas. -----

----- A empresa OPPI - Organização Portuguesa de Projectos Industriais, Sociedade Anónima, informa ainda que, os trabalhos do presente auto, realizados pelo adjudicatário Malonga - Construções, Sociedade Anónima, estão em condições para pagamento. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de novecentos e oitenta e seis mil e novecentos escudos; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de três milhões seiscentos e sessenta e dois mil seiscentos e dez escudos, o qual inclui a importância de cento e setenta e quatro mil quatrocentos e dez escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Malonga - Construções Sociedade Anónima; -----

----- - Debitar aos SMAS o valor de três milhões quatrocentos e oitenta e oito mil e duzentos escudos, respeitante ao presente Auto de Medições; -----

----- - Remeter ao Tribunal de Contas os trabalhos a mais que carecem de aprovação; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

98 - Pº. 82-DIM/DEIM/97 - RECUPERAÇÃO DO PALÁCIO RIBAMAR, EM ALGÉS -  
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 6º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP  
02.03.03.03.: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“No âmbito da empreitada designada em epígrafe, a firma fiscalizadora Renticom - Engenheiros Associados, Limitada, apresentou o sexto auto de medição de trabalhos, no montante de onze milhões cento e dezanove mil seiscentos e trinta e seis escudos, referente a trabalhos previstos. -----

-----Segundo a informação número mil e sete, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, e de acordo com a fiscalização os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de onze milhões seiscentos e setenta e cinco mil seiscentos e dezoito escudos, o qual inclui a importância de quinhentos e cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta e dois escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o seguinte pagamento à empresa Sociedade de Construções Soares da Costa, Sociedade Anónima; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**99 - Pº. 280-DIM/DEIM/97 - EXECUÇÃO DA 1ª. FASE DA EXPANSÃO DO CEMITÉRIO DE  
CARNAXIDE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS  
- CP 06.03.02.02.:**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante global de cinco milhões duzentos e cinquenta e seis mil oitocentos e sessenta escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - cinco milhões duzentos e trinta e seis mil trezentos e sessenta e dois escudos -----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - vinte mil quatrocentos e noventa e sete escudos.-----

-----Segundo a informação número novecentos e noventa e um, de noventa e nove, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, o trabalho a mais de natureza prevista referente à construção de muro em betão simples de trezentos quilos de cimento por metro cúbico, deve-se ao facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas inicialmente, carecendo de aprovação no montante de vinte mil quatrocentos e noventa e sete escudos.-----

-----Ainda segundo a mesma informação número novecentos e noventa e um, de noventa e nove, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos foram realizados em boas condições, sendo a percentagem de trabalhos a mais realizados de zero vírgula zero quinze por cento pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação dos trabalhos a mais de natureza prevista no montante de vinte mil quatrocentos e noventa e sete escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de cinco milhões quinhentos e dezanove mil setecentos e três escudos, o qual inclui a importância de

duzentos e sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e três escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Quinagre - Estudos e Construções, Limitada; -----  
----- - Remeter ao Tribunal de Contas os trabalhos a mais do presente auto de medição.---  
----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----  
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**100 - Pº. 208-DIM/DEIM/98 - CONSTRUÇÃO DE GAVETÕES NO CEMITÉRIO DE OEIRAS -  
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP  
06.03.02.01.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de sete milhões quarenta e sete mil setecentos e vinte e cinco escudos, referente a trabalhos previstos. ---

-----Segundo a informação número novecentos e oitenta e sete, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de sete milhões quatrocentos mil cento e onze escudos, o qual inclui a importância de trezentos e cinquenta e dois mil trezentos e oitenta e seis escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Copi - Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada. ---

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**101 - Pº. 245-DIM/DSA/98 - REMODELAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVª. SALVADOR ALLENDE, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 05.03.03.02.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Serviço de Apoio foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de treze milhões cento e setenta e sete mil e oitenta escudos, os quais correspondem a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

-----Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de treze milhões oitocentos e trinta e cinco mil novecentos e trinta e quatro escudos, o qual inclui a importância de seiscentos e cinquenta e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

-----A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**102 - MINUTA DE ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE A VILA DE OEIRAS E A CIDADE DE VILA REAL:**-----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Um - A Câmara Municipal de Oeiras tem definida uma política de geminações, assente nos valores de cooperação entre comunidades locais e as virtualidades do intercâmbio entre Municípios e Regiões de territórios diferentes. -----

-----Dois - O estabelecimento desta cooperação tem como princípio orientador a constatação universal, de que só através do aprofundamento de relações fraternas e solidárias, se poderá contribuir para a divulgação de culturas locais, e que, por outro lado é através do conhecimento mútuo, que as comunidades poderão respeitar melhor os seus próprios valores e os de outras, contribuindo assim para o seu enriquecimento. -----

-----Três - A Câmara Municipal de Oeiras tem vindo a desenvolver esta política com outros Municípios do nosso País, da Europa, da América e com Autarquias de Países de Expressão Oficial Portuguesa, de forma a aproveitar as potencialidades que estes acordos podem proporcionar, designadamente no âmbito do intercâmbio de experiências e conhecimentos. -----

-----Quatro - Desde que foi iniciada esta aproximação com outros Municípios, que a Câmara considerou tão ou mais justificado o intercâmbio com outras Autarquias de Portugal, sobretudo as que envolvam geminações com comunidades ligadas à figura do Conde de Oeiras e Marquês de Pombal.-----

-----Também com este propósito foi em mil novecentos e oitenta e nove criada a Associação do Municípios Pombalininos, de que a CMO é fundadora, conjuntamente com os Municípios de Pombal e de Vila Real de Santo António (geminados com Oeiras, desde respectivamente mil novecentos e oitenta e oito e mil novecentos e oitenta e nove). A este Grupo juntou-se o Município da Marinha Grande, também geminado com Oeiras desde o passado mês

de Maio. -- -----

----- Cinco - A Câmara Municipal de Vila Real, após o conhecimento do desenvolvimento deste processo, manifestou o seu interesse em vir a integrar esta Associação, mas após a celebração de um Acordo de Geminação com a Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- Neste sentido, e verificando-se também o interesse de Oeiras nesta aproximação, considera-se ser de iniciar este processo, baseado na ligação histórico - cultural ao Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, como impulsionador do desenvolvimento da Vila de Oeiras, nos seus aspectos urbanos, agrícolas e industriais, e grande impulsionador da Instituição da Real Companhia do Vinho do Porto em cuja zona a Cidade de Vila Real se integra.-----

----- Seis - Neste contexto propõe-se: -----

----- a) Que, seja aprovada a minuta de acordo em anexo, que iniciará o processo de Geminação entre os Municípios de Oeiras e de Vila Real. -----

----- b) Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- “Acordo de Geminação entre a Vila de Oeiras e a Cidade de Vila Real -----

É intenção das Câmaras Municipais de Oeiras e de Vila Real, atendendo a que: -----

----- Um -----

A história da Vila de Oeiras e da Cidade de Vila Real está profunda e irreversivelmente ligada à figura insigne de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras em mil setecentos e cinquenta e quatro, impulsionador do desenvolvimento da Vila de Oeiras, nos seus aspectos urbanos, agrícolas e industriais e grande impulsionador da Instituição da Real Companhia do Vinho do Porto em cuja zona a Cidade de Vila Real se integra.-----

----- Dois -----

Existe um importante património histórico e cultural comum, ao qual as duas Autarquias pretendem atribuir papel relevante. -----

----- Três -----



Necessário se torna valorizar tal património, através de acções conjuntas, que dignifiquem os dois Municípios e chamem a atenção das populações, para que estas se apercebam que é forçoso defendê-lo e promover a sua divulgação.-----

-----Quatro-----

É do interesse da Vila de Oeiras e da Cidade de Vila Real, o desenvolvimento de um programa que intensifique o intercâmbio cultural, social e turístico, concretizando a pretensão da difusão recíproca destas actividades, de forma a aprofundar as boas relações de amizade e compreensão já existentes.-----

- Celebrar um Acordo de Geminação, cujos princípios gerais deverão contemplar um total intercâmbio de todas as actividades sociais, desportivas, culturais, turísticas e económicas. -----

Com a finalidade de garantir a execução dos objectivos propostos, cada uma das Autarquias obriga-se a: -----

a) Nomear uma Comissão encarregada de acompanhar as realizações constantes deste Acordo de Geminação; -----

b) Levar ao conhecimento da outra, até trinta de Novembro, as actividades que se propõe desenvolver no ano seguinte, no âmbito do presente Acordo. -----

Oeiras, Paços do Concelho, aos ... dias do mês de ... de mil novecentos e noventa e nove -----

O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Afonso Morais -----

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Manuel do Nascimento Martins.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**103 - COMPARTICIPAÇÃO ECONÓMICA A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO AO AGREGADO FAMILIAR DE MANUEL JOÃO RAMOS, POR RENÚNCIA A REALOJAMENTO - CP 05.01.02.06.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil quinhentos e dez, de noventa e nove, do Departamento de Habitação e atendendo à renúncia ao direito de realojamento do agregado familiar de Manuel João Ramos, recenseado no âmbito do PER, na Rua Q, número nove, Pedreira dos Húngaros, propõe-se: -----

-----Um - A comparticipação a título de compensação ao munícipe Manuel João Ramos no valor de um milhão cento e vinte e nove mil e duzentos escudos, correspondente a dez por cento do valor do fogo T Três, ao qual tinha direito em realojamento e cujo valor fixado na Portaria quinhentos e quarenta, de noventa e oito, é de onze milhões duzentos e noventa e dois mil escudos. -----

-----Dois - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**104 - COMPARTICIPAÇÃO ECONÓMICA A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO AO AGREGADO FAMILIAR DE ANTÓNIO ARAÚJO DOS SANTOS, POR RENÚNCIA A REALOJAMENTO - CP 05.01.02.06.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número dois mil quinhentos e setenta e quatro, de noventa e nove, do Departamento de Habitação e atendendo à renúncia ao direito de realojamento do agregado familiar de António Araújo dos Santos, recenseado no núcleo designado por Alto da Boa Viagem, número dezasseis, propõe-se:-----

-----Um - A participação a título de compensação ao munícipe António Araújo Santos, no valor de novecentos e quarenta e um mil e setecentos escudos, correspondente a dez por cento do valor do fogo T Dois, ao qual tinha direito em realojamento e cujo valor fixado na Portaria oitocentos e vinte e um, de noventa e oito, é de nove milhões quatrocentos e dezassete mil escudos. -----

-----Dois - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**





-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**105 - ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO  
REALOJAMENTO DOS MORADORES DA BARRACA Nº. 2, DA RUA T, BAIRRO DA  
PEDREIRA DOS HÚNGAROS - CP 05.01.02.06.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Na sequência do exposto na informação dois mil quatrocentos e onze, de noventa e nove, do Departamento de Habitação e o despacho exarado, propõe-se: -----

-----Um - A atribuição de uma compensação económica no valor de um milhão de escudos, a cada um dos seguintes indivíduos: -----

----- Carabussol Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a catorze de Março de mil novecentos e cinquenta e seis, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e seis mil novecentos e sessenta e oito, tipo A. -----

----- Pedro Sam Batinquim Mendes, natural da Guiné Bissau, nascido a seis de Junho de mil novecentos e setenta, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e quarenta e seis mil oitocentos e quarenta, tipo A. -----

----- Dajona Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a sete de Agosto de mil novecentos e cinquenta e oito, solteiro, portador da Autorização de Residência número cento e noventa e quatro mil duzentos e vinte e dois, tipo B. -----

----- Dagui Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a oito de Maio de mil novecentos e sessenta e dois, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e sessenta e cinco mil seiscentos e vinte e dois, tipo B. -----

----- João Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte e quatro de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e quatro, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e trinta e dois mil quatrocentos e dezanove, tipo B. -----

----- Lourenço Fernando Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a cinco de Agosto de

mil novecentos e setenta e seis, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e setenta e seis mil trezentos e nove.-----

----- Ninté Calate Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte de Março de mil novecentos e cinquenta e cinco, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e quarenta e seis, tipo B.-----

----- Domingos da Costa, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte e oito de Maio de mil novecentos e cinquenta e oito, casado, portador da Autorização de Residência número duzentos e setenta e um mil seiscentos e sessenta e um, tipo B.-----

----- Upá Uthimane Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a dez de Outubro de mil novecentos e sessenta e cinco, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e sessenta e sete, tipo B. -----

----- Formoso Tenam, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte de Maio de mil novecentos e cinquenta, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e noventa e sete, tipo B. -----

----- Bonhique, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte de Maio de mil novecentos e sessenta e cinco, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e vinte e três mil setecentos e noventa e seis, tipo A.-----

----- Gastão da Costa, natural da Guiné-Bissau, nascido a três de Março de mil novecentos e cinquenta e oito, solteiro, portador da Autorização de Residência número duzentos e sessenta e sete mil duzentos e setenta, tipo B.-----

----- Dois - A demolição da barraca número dois, da Rua T, Bairro Pedreira dos Húngaros.-

----- Três - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----



**O Presidente,**

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**106 - COMPARTICIPAÇÃO ECONÓMICA A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO AO AGREGADO FAMILIAR DE JOSÉ ANTÓNIO JESUS SANTOS ALVES, POR RENÚNCIA AO REALOJAMENTO - CP 05.01.02.06.: -----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número dois mil quinhentos e setenta e três, de noventa e nove, do Departamento de Habitação e atendendo à renúncia ao direito de realojamento do agregado familiar de José António Jesus Santos Alves, recenseado no núcleo designado por Eira Velha, número dezasseis, propõe-se:-----

----- Um - A participação a título de compensação ao município José António Jesus Santos Alves, no valor de novecentos e quarenta e um mil e setecentos escudos, correspondente a dez por cento do valor do fogo T Dois, ao qual tinha direito em realojamento e cujo valor fixado na Portaria oitocentos e vinte e um, de noventa e oito, é de nove milhões quatrocentos e dezassete mil escudos.-----

----- Dois - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**107 - COMPARTICIPAÇÃO ECONÓMICA A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO AO AGREGADO FAMILIAR DE DOMINGOS VARELA, POR RENÚNCIA AO REALOJAMENTO - CP 05.01.02.06.:-----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número dois mil quinhentos e setenta e seis, de noventa e nove, do Departamento de Habitação e atendendo à renúncia ao direito de realojamento do agregado familiar de Domingos Varela, recenseado no núcleo designado por Barronhos, número cento e setenta e sete, propõe-se: -----

----- Um - A participação a título de compensação ao município Domingos Varela, no valor de um milhão cento e sessenta e três mil e cem escudos, correspondente a dez por cento do valor do fogo T Três, ao qual tinha direito em realojamento e cujo valor fixado na Portaria oitocentos e vinte e um, de noventa e oito, é de onze milhões seiscentos e trinta e um mil escudos.-----

----- Dois - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**108 - 3º. CICLO DE ESTUDOS OEIRENSES “VIVER MELHOR NA CIDADE” - PAGAMENTO  
AOS CONFERENCISTAS - CP 02.01.07.14.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Nos últimos anos tem esta Câmara Municipal dedicado grande atenção ao património histórico - cultural do concelho, não só através da recuperação patrimonial, mas também através da realização dos Encontros de História Local e dos Ciclos de Estudos Oeirenses, respectivamente na sua quarta e terceira edição.-----

----- No seguimento destas iniciativas decidiu esta autarquia realizar o Terceiro Ciclo de Estudos Oeirenses, que vai decorrer de Outubro de mil novecentos e noventa e nove a Abril de dois mil, desta vez subordinado ao tema “Viver Melhor na Cidade”, permitindo dessa forma o levantamento, a caracterização e a reflexão sobre as várias visões da Cidade, e da sua evolução ao longo do tempo, o qual comprehende o seguinte programa até ao final do presente ano: -----

----- Dia vinte e oito de Outubro -----

----- Sessão de Abertura: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Afonso Morais -----

----- Professor Engenheiro Manuel da Costa Lobo “A Cidade Ainda Existe?” -----

----- Dia quatro de Novembro -----

----- Professor Engenheiro Manuel da Costa Lobo “À Reconquista dos Valores da Cidade” -----

----- Dia onze de Novembro -----

----- Professor Doutor Jorge Gaspar “A Evolução da Vivência na Cidade” -----

----- Dia dezoito de Novembro -----

----- Professor Doutor João Ferrão “Novos Modelos de Ocupação Urbana” -----

----- Dia vinte e cinco de Novembro -----



-----Doutor Mendes Baptista “A Evolução das Áreas Metropolitanas”-----  
-----Dia dois de Dezembro-----  
-----Doutor José Manuel Constantino “Espaços Verdes e Desporto”-----  
-----Dia nove de Dezembro-----  
-----Professor Engenheiro Fernando Nunes da Silva “Transportes: que mobilidade para o século vinte e um?”-----  
-----Dia dezasseis de Dezembro-----  
-----“A Visão do empresário sobre a cidade” - a confirmar-----  
-----Pelo exposto, na sequência da informação número setecentos e cinquenta, de mil novecentos e noventa e nove, do Sector de Acção Cultural, de treze de Outubro, e para a efectivação deste programa propõe-se o pagamento aos seguintes conferencistas:-----  
----- Professor Engenheiro Manuel da Costa Lobo, o valor de cem mil escudos;-----  
----- Professor Doutor Jorge Gaspar, o valor de cinquenta mil escudos;-----  
----- Professor Doutor João Ferrão, o valor de cinquenta mil escudos;-----  
----- Doutor Mendes Baptista, o valor de cinquenta mil escudos;-----  
----- Professor Engenheiro Fernando Nunes da Silva, o valor de cinquenta mil escudos. -  
-----O valor a pagar perfaz um total de trezentos mil escudos, correspondendo este valor aos honorários de cinquenta mil escudos por conferência.-----  
-----Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----  
-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**109 - IMPRESSÃO DO ROTEIRO “30 DIAS”, RELATIVO AO MÊS DE OUTUBRO - CP  
02.01.07.22.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “A agenda cultural Roteiro Trinta Dias constitui um veículo de acesso a tudo quanto culturalmente se produz no Concelho de Oeiras. A sua crescente procura, desde o momento em que se procedeu à edição do primeiro número desta publicação até à presente data, deve-se à sua diversidade temática e ao facto de, as suas páginas, nos darem conta não só dos eventos culturais que têm lugar no nosso Município, mas também de tudo aquilo que se relaciona com a vida empresarial, a investigação científica, as actividades desportivas, as ofertas no domínio do lazer e do turismo e até as mais variadas indicações indispensáveis ao nosso quotidiano. -----

----- Assim e no âmbito da edição de Outubro que diz respeito à paginação, realização de fotografias, entrevista, redacção e execução de textos alusivos às rubricas fixas, tratamento global dos textos presentes em cada número, fotolitos, montagem, impressão, acabamentos e distribuição de vinte e cinco mil exemplares impressos a quatro/quatro cores com quarenta e oito páginas impressas em papel couché no formato doze por vinte centímetros e considerando que o Roteiro Trinta Dias é hoje um instrumento de consulta obrigatória a quem, em Oeiras, quer conhecer lugares, iniciativas culturais, actividades e acontecimentos de relevo na vida do Concelho, propõe-se que este trabalho seja executado pela empresa Estrelas de Papel - Edições e Artigos de Papelaria, Limitada, dado ser a empresa que é autora da concepção e design deste projecto, bem como reunir a capacidade técnica necessária à execução, mantendo-se, deste modo, a imagem e linha gráfica em vigor.-----

----- Em face do exposto e dada a qualidade verificada em trabalhos anteriormente apresentados, propõe-se a dispensa de procedimentos na adjudicação deste trabalho e o seu ajuste directo, de acordo com o estatuído no artigo octogésimo primeiro, alínea c), do Decreto-



Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, conjugado com a alínea d), do número um, do artigo octogésimo sexto, do mesmo Decreto-Lei, por motivos de aptidão técnica e artística à empresa, Estrelas de Papel - Edições e Artigos de Papelaria, Limitada.-----

-----Desta forma, deverá ser passada a respectiva requisição e efectuado o seu posterior pagamento no valor de dois milhões quinhentos e setenta mil escudos, mais cento e vinte e oito mil e quinhentos escudos (cinco por cento de IVA), num total de dois milhões seiscentos e noventa e oito mil e quinhentos escudos.-----

-----Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**110 - ROTEIRO/AGENDA CULTURAL 30 DIAS - ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO  
TOMADA NA REUNIÃO DE 22/9/99 - PONTO 77 - CP 02.01.07.22.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Em aditamento à proposta de deliberação mencionada em epígrafe, relativa ao pagamento da edição de Setembro do Roteiro Trinta Dias, propõe-se à aprovação superior o seguinte: -----

----- no que diz respeito ao terceiro parágrafo da referida proposta, onde se lê “de acordo com o estatuído na alínea d), ponto um, do artigo trigésimo sexto, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, conjugado com o ponto um, do artigo trigésimo sétimo, do mesmo Decreto-Lei, por motivos de aptidão técnica e artística”, deverá ser lido “de acordo com o estatuído no artigo octogésimo primeiro, alínea c), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, conjugado com o ponto um, alínea d), do mesmo Decreto-Lei, por motivos de aptidão técnica e artística.” -----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**111 - 3º. CICLO DE ESTUDOS OEIRENSES - PAGAMENTO AOS COORDENADORES - CP  
02.01.07.14.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Nos últimos anos tem esta Câmara Municipal dedicado grande atenção ao património histórico-cultural do concelho, não só através da recuperação patrimonial, mas também através da realização dos Encontros de História Local e dos Ciclos de Estudos Oeirenses, respectivamente na sua quarta e terceira edição.-----

----- No seguimento destas iniciativas decidiu esta autarquia realizar o Terceiro Ciclo de Estudos Oeirenses, desta vez subordinado ao tema “Viver Melhor na Cidade”, permitindo dessa forma o levantamento, a caracterização e a reflexão sobre as várias visões da Cidade, e da sua evolução ao longo do tempo. -----

----- À semelhança dos anteriores, o secretariado do Terceiro Ciclo de Estudos Oeirenses está assegurado pelo Doutor Jorge Miranda, com o apoio da Divisão de Cultura e Turismo - Sector de Acção Cultural. Por outro lado, a coordenação científica está a ser assegurada pelo Professor Engenheiro Manuel da Costa Lobo, professor catedrático do Instituto Superior Técnico de Lisboa, com uma larga participação em diversas universidades estrangeiras.-----

----- Pelo exposto, propõe-se que sejam efectuados os seguintes pagamentos:-----

----- - Ao coordenador científico, Professor Engenheiro Manuel da Costa Lobo, o valor de trezentos mil escudos (isento de IVA e de IRS), pela coordenação científica do primeiro semestre do evento em questão.-----

----- - Ao Doutor Jorge Manuel de Araújo de Oliveira Miranda, o valor de duzentos e cinquenta mil escudos, mais dezassete por cento de IVA (quarenta e dois mil e quinhentos escudos), o que corresponde ao valor total de duzentos e noventa e dois mil e quinhentos escudos, pelo secretariado desta iniciativa durante o primeiro semestre.-----



-----Mais se informa que esta proposta perfaz um valor total de quinhentos e noventa e dois mil e quinhentos escudos.-----

-----De acordo com as experiências do Primeiro e do Segundo Ciclo de Estudos Oeirenses, propõe-se ainda que a inscrição se verifique de acordo com o seguinte: -----

----- que estejam isentos de pagamento de inscrição os funcionários da CMO e SMAS, os autarcas e os convidados da empresa patrocinadora; -----

----- que o valor a pagar pela inscrição seja de dez mil escudos, com desconto de cinquenta por cento para os estudantes, mediante a apresentação do cartão referente ao presente ano lectivo. -----

-----Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**112 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À “ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL ASSOMADA” - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 22/09/99,  
PONTO 87:** -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O Grupo de Dança “Ballet Renato Cardoso”, oriundo de Cabo Verde, tem feito algumas deslocações a Oeiras, onde tem actuado de forma gratuita.-----

----- Este ano tornou a suceder o mesmo, tendo o grupo realizado quatro actuações (mais três adicionais), durante o mês de Agosto, em Bairros de Habitação Municipal, conforme lhes havia sido solicitado.-----

----- Nesse sentido e para fazer face às despesas inerentes à produção criativa dos espectáculos, proponho a atribuição de um subsídio no valor de quinhentos mil escudos, à “Associação de Solidariedade Social Assomada”, visto que o Grupo de Dança “Ballet Renato Cardoso” não tem sede em Portugal e, através de documento junto ao processo, solicita a autorização do pagamento desse montante à “Associação de Solidariedade Social Assomada”, por ser uma colectividade com quem têm laços de amizade e que os apoia em todos os aspectos durante a sua permanência no nosso país.-----

----- Mais proponho que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**113 - AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DA DIVISÃO DE CONTROLE E QUALIDADE -**  
**TRABALHOS A MAIS - SMAS:**-----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-  
----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e seis de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, deliberou aprovar os trabalhos a mais da empreitada supra referida à empresa "Conzémir Empreiteiros, Limitada", pelo valor de dezasseis milhões novecentos e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta e um escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em conta a proposta de deliberação cuja cópia se encontra junta ao processo. -----

----- Face ao exposto, proponho:  
----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, de aprovação dos trabalhos a mais da empreitada em causa à empresa "Conzémir Empreiteiros, Limitada", pelo valor de dezasseis milhões novecentos e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta e um escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Dois - A celebração de contrato escrito;  
----- Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----  
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**114 - CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA FORNECIMENTO DE UMA VIATURA LIGEIRA A GASOLINA POR TROCA COM OUTRA - SMAS:**-----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-  
----- "O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e seis de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, deliberou adjudicar o fornecimento supra referido à empresa "Cervag, Sociedade Anónima", para uma viatura Volkswagen Passat um ponto seis Confortline Plus EC, de acordo com a proposta, pelo valor global de quatro milhões setecentos mil oitocentos e oitenta e cinco escudos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, deduzindo-se o quantitativo de um milhão e duzentos mil escudos, referente à retoma da viatura destes SMAS com a matrícula trinta e três-sessenta e seis-GB, tendo em conta a proposta de deliberação que se encontra junta ao processo.

----- Face ao exposto, proponho:-----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS da adjudicação do fornecimento de uma viatura Volkswagen Passat um ponto seis Confortline Plus EC, nos exactos termos propostos pela empresa "Cervag, Sociedade Anónima", pelo valor global de quatro milhões setecentos mil oitocentos e oitenta e cinco escudos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Dois - A ratificação da deliberação do Conselho de Administração em que se consubstancia a alienação do património supra referido, nos termos da alínea e), do número um, do artigo sexagésimo quarto, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro. -----

----- Três - A não celebração de contrato escrito, nos termos do disposto na alínea a), do número um, do artigo quinquagésimo nono, do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e



nove, de oito de Junho.-----

-----Quatro - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**115 - FORNECIMENTO DE SETE CADEIRAS PARA A SECRETARIA POR TROCA COM OUTRAS - AJUSTE DIRECTO - SMAS:**-----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e seis de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, deliberou adjudicar o fornecimento supra referido à empresa "Rajogui - Importação e Exportação, Limitada", pelo valor global de duzentos e setenta e quatro mil escudos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, deduzindo-se o quantitativo de cinquenta mil escudos, referente à retoma de idêntico material danificado destes SMAS, tendo em conta a proposta de deliberação que se encontra junta ao processo.-----

----- Face ao exposto, proponho:-----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de adjudicação do fornecimento com retoma, na medida em que consubstancia a alienação do património supra referido, nos termos da alínea e), do número um, do artigo sexagésimo quarto, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezembro de Setembro;-----

----- Dois - A aprovação da presente proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**116 - EMPREITADA DE DRENAGEM PLUVIAL DA ESTRADA DA QUINTA DO TORNEIRO -**  
**TRABALHOS A MAIS - SMAS:**-----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-  
----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e seis de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, deliberou aprovar os trabalhos supracitados à empresa “António Barata Micaelo, Limitada”, no valor de oitocentos e oitenta e cinco mil escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em conta a proposta de deliberação que se encontra junta ao processo.-----

----- Face ao exposto, proponho:  
----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, da aprovação de trabalhos a mais da empreitada de drenagem pluvial da Estrada da Quinta do Torneiro, nos exactos termos propostos pela empresa “António Barata Micaelo, Limitada”, no valor de oitocentos e oitenta e cinco mil escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; - -----

----- Dois - A não celebração de contrato escrito, nos termos da alínea a), do número um, do artigo quinquagésimo nono, do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. - -----

----- Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----  
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

117 - 8<sup>a</sup>. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Nos termos do artigo trigésimo primeiro, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, de oitenta e três, de vinte e um de Julho, propõe-se à Câmara a aprovação da oitava Alteração Orçamental, no valor de seiscentos e sessenta e dois mil duzentos e trinta e sete contos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**118 - DAE/DEVEU-1/99 - CONSTRUÇÃO DE ZONAS VERDES DO Bº. BENTO DE JESUS  
CARAÇA - DESIGNAÇÃO DAS COMISSÕES DE ABERTURA E APRECIAÇÃO DAS  
PROPOSTAS - CP 05.04.02.10.:-----**

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Através da proposta de deliberação número dois mil e um, de noventa e nove, aprovada na reunião de Câmara realizada em vinte e dois de Setembro findo, foi designada a comissão de abertura de propostas para o concurso supra citado. -----

----- Tendo havido um lapso na designação da composição da referida comissão, proponho:-----

----- A designação da comissão de abertura das propostas, constituída por: Chefe da Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano, que presidirá, Directora do Departamento de Finanças e Património e Dona Clarinda Vidal, como vogais. -----

----- A designação da comissão de apreciação das propostas, constituída por: Chefe da Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano, que presidirá, arquitecta encarregue da fiscalização e o responsável do Serviço de Apoio Administrativo ao Departamento de Ambiente e Equipamento. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**119 - ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA AOS ISOLADOS RECENSEADOS NO NÚCLEO DESIGNADO POR ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO, Nº. 107, EM ALGÉS - CP 05.01.02.06.:-----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência das compensações económicas já atribuídas conforme o proposto na informação número novecentos e sessenta e três, de noventa e oito, do Departamento de Habitação e de acordo com o proposto na informação número dois mil setecentos e cinquenta e seis, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - A atribuição de uma compensação económica no valor de um milhão de escudos por renúncia ao realojamento, a cada um dos seguintes indivíduos: -----

----- - Eduardo Gregório Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte e dois de Março de quarenta e oito, portador da Autorização de Residência número duzentos e cinquenta e um mil quatrocentos e setenta e quatro - tipo B, emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com o número fiscal cento e setenta e nove milhões quinhentos e cinco mil duzentos e onze. -----

----- - António Pires Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte de Outubro de cinquenta e cinco, portador da Autorização de Residência número duzentos e setenta e um mil e dezasseis - tipo B, emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com o número fiscal cento e noventa e sete milhões quinhentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta e três. -----

----- - Malam Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a quinze de Maio de quarenta e oito, portador da Autorização de Residência número duzentos e sessenta e três mil novecentos e sete - tipo B, emitida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com o número fiscal duzentos e cinco milhões seiscentos e noventa mil trezentos e dezanove. -----

----- - Domilique Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido a treze de Maio de sessenta e



dois, portador da Autorização de Residência número duzentos e sessenta mil quatrocentos e quatro - tipo B, emitida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com o número fiscal cento e oitenta e sete milhões novecentos e três mil oitocentos e vinte e quatro. -----

----- Manuel Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido a oito de Maio de sessenta e seis, portador da Autorização de residência número duzentos e cinquenta e nove mil seiscentos e noventa e nove - tipo B, com o número fiscal cento e noventa e cinco milhões duzentos e dezanove mil quatrocentos e seis. -----

----- Luís Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a quatro de Janeiro de sessenta e dois, portador da Autorização de Residência número duzentos e cinquenta e nove mil novecentos e sessenta e um - tipo B, com o número fiscal duzentos e quatro milhões novecentos e oitenta e dois mil duzentos e trinta e cinco. -----

----- Aquilino Fernandes Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido a catorze de Novembro de setenta e dois, portador da Autorização de Residência número duzentos e sessenta mil seiscentos e sessenta e três - tipo B, com o número fiscal cento e noventa e seis milhões trinta e um mil e quatrocentos. -----

----- Per Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a dez de Julho de sessenta e quatro, portador da Autorização de Residência número duzentos e cinquenta e nove mil novecentos e vinte e nove - tipo B, com o número fiscal oitocentos e quinze milhões quinhentos e sessenta e cinco mil e trinta e oito. -----

----- Buba Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a quatro de Agosto de sessenta e cinco, portador da Autorização de Residência número duzentos e cinquenta e nove mil novecentos e vinte e nove - tipo B, com o número fiscal duzentos e três milhões noventa e nove mil setecentos e cinquenta e três. -----

----- Alberto Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte de Maio de cinquenta e um, portador da Autorização de Residência número duzentos e sessenta mil novecentos e

sessenta e nove - tipo B, com o número fiscal cento e oitenta e oito milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil duzentos e quatro. -----

----- Fernando Luís Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a sete de Novembro de sessenta, portador da autorização de Residência número duzentos e sessenta e nove mil seiscentos e vinte e sete - tipo temporária, com o número fiscal cento e noventa e sete milhões quinhentos e setenta e sete mil novecentos e setenta.-----

----- Adulai Mendes Pereira, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte e cinco de Fevereiro de cinquenta e um, portador do Bilhete de Identidade de cidadão nacional número treze milhões trezentos e vinte e cinco mil setecentos e oitenta e dois, emitido em onze de Dezembro de noventa e sete pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com o número fiscal duzentos e dezassete milhões quinhentos e treze mil seiscentos e trinta e oito.-----

----- Alberto Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a quinze de Janeiro de quarenta e nove, portador do Bilhete de Identidade de cidadão nacional número oito milhões seiscentos e noventa e oito mil oitocentos e noventa, emitido em vinte de Agosto de noventa e um, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com o número fiscal cento e dez milhões quatrocentos e setenta e três mil oitocentos e sessenta e oito.-----

----- Samuel Buba Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte e um de Março de sessenta e um, portador da Autorização de Residência número duzentos e cinquenta e nove mil setecentos e setenta e quatro - tipo B, com o número fiscal duzentos e três milhões cem mil quinhentos e catorze.-----

----- Dois - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**120 - Pº. 56-DIM/DAD/99 - IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA DO INFANTÁRIO “O TRAQUINAS” - 1º. AUTO DE MEDIÇÃO - CP 01.01.03.01.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões setecentos e cinquenta e quatro mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões oitocentos e noventa e um mil e setecentos escudos, o qual inclui a importância de cento e trinta e sete mil e setecentos escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma COPI - Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**121 - Pº. 268-DIM/DEIM/98 - RECUPERAÇÃO DO FORTE DE S. BRUNO - FASE 1B -  
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS -  
COMPARTICIPAÇÃO DO FUNDO DE TURISMO (80%) - CP 02.03.03.04.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de dois milhões setecentos e quinze mil oitocentos e trinta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões oitocentos e cinquenta e um mil seiscentos e vinte e dois escudos, o qual inclui a importância de cento e trinta e cinco mil setecentos e noventa e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Celconstroi - Construções e Empreitadas, Limitada. -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**122 - Pº. 6-DIM/DEIM/98 - INFORMAÇÃO 956/SEM/99 - CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DE UMA COBERTURA E DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO PARA A PISCINA MUNICIPAL DE BARCARENA - APROVAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 02.02.03.04.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara realizada em vinte e dois de Dezembro de noventa e oito, ponto sessenta e três, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à firma Construções Andral, Limitada, pela importância de cento e dez milhões novecentos e quarenta e três mil quinhentos e oitenta e cinco escudos, com prazo de execução de seis meses, tendo a consignação ocorrido a onze de Maio último.-----

----- Na sequência de um pedido apresentado pela adjudicatária, deliberou esta Câmara em reunião de catorze de Julho de noventa e nove, conceder um adiantamento de vinte por cento do valor da empreitada, de vinte e dois milhões cento e oitenta e oito mil setecentos e dezassete escudos acrescido do IVA respectivo, mediante a apresentação de uma garantia bancária de igual valor, pagamento que veio a ter lugar em onze do mês passado. -----

----- Pela Divisão de Edifícios e Infraestruturas Municipais foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos desta obra, no montante global de dois milhões quatrocentos e quarenta e sete mil seiscentos e cinquenta e oito escudos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos, cujos trabalhos foram bem executados, conforme refere a fiscalização na informação número novecentos e cinquenta e seis, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais. --

----- Nos termos do diploma que regula as empreitadas de obras públicas, à data do lançamento deste concurso, o Decreto-Lei quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro, nomeadamente no artigo centésimo nonagésimo sexto, o reembolso do adiantamento, far-se-á, com base numa fórmula, mediante dedução nos respectivos pagamentos contratuais.----



-----Conforme folha anexa à informação anteriormente referida, alusiva à dedução de adiantamentos, refere a fiscalização que o reembolso no mês de Setembro deveria atingir o montante de quatro milhões seiscentos e oitenta e sete mil setecentos e vinte e um escudos, ultrapassando por isso o montante do auto ora presente, sugerindo que todo o valor deste, seja para amortização do adiantamento concedido.-----

-----Em face do que antecede e tendo concordado com o exposto, proponho: -----

----- Aprovação do terceiro auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões quatrocentos e quarenta e sete mil seiscentos e cinquenta e oito escudos;-----

----- Comunicação do teor da presente deliberação à firma adjudicatária, para os efeitos tidos por convenientes;-----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**123 - APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO COM CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE ZONAS VERDES, Bº. SÁ CARNEIRO, LAVEIRAS/CAXIAS - CP 10.01.07.01:-----**

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Com vista à aquisição de serviços para a manutenção de zonas verdes, por um período de doze meses, procedeu-se à elaboração do programa do procedimento e do caderno de encargos respectivos, cujo preço base é de três milhões e seiscentos mil escudos. -----

----- Prevê-se que a verba base a considerar em mil novecentos e noventa e nove seja de trezentos mil escudos. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do programa de procedimento e caderno de encargos. -----

----- - A abertura de procedimento com consulta prévia de manutenção de zonas verdes ao abrigo da alínea e), do número um, do artigo septuagésimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**124 - Pº. 273-DIM/DAD/99 - INSTALAÇÃO DE PRÉ-FABRICADO NA EB 1 - PORTO SALVO -  
ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA - CP 01.02.03.01.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em conta a necessidade de ampliação da EB Um de Porto Salvo número três, devido a carência de salas face ao aumento significativo de alunos inscritos na mesma, no corrente ano lectivo, a dada a urgência dessa ampliação, optou-se pela instalação de um pré-fabricado, pelo que solicitou a Divisão de Administração Directa a duas firmas da especialidade a apresentação de propostas, as quais estão a seguir indicadas e serão acrescidas do IVA respectivo: -----

----- Concorrentes / Valor da Proposta -----

----- Consorsil - Consórcio de Industriais Exportadores de Madeiras, Limitada / dez milhões e seiscentos mil escudos-----

----- Liscasa - Sociedade de Materiais e Construções, Limitada / nove milhões oitocentos e cinquenta mil escudos.-----

----- Analisadas as propostas pela mencionada Divisão, esta concluiu, conforme consta da informação número mil e trinta e dois, de noventa e nove, da Divisão de Administração Directa, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a do concorrente Liscasa - Sociedade de Materiais e Construções, Limitada, dado ser a de menor preço. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- Que se adjudique a empreitada em título, à firma Liscasa - Sociedade de Materiais e Construções, Limitada, pela importância de nove milhões oitocentos e cinquenta mil escudos, acrescida de quatrocentos e noventa e dois mil e quinhentos escudos de IVA à taxa de cinco por cento e com o prazo de execução de sessenta dias, ao abrigo do disposto da alínea c), do número um, do artigo centésimo trigésimo sexto, conjugado com o número cinco, do artigo



quadragésimo sétimo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março; ---

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**O Presidente,**

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

125 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

----- Às vinte horas e cinco minutos o Senhor Presidente declarou interrompida a reunião , para dar lugar à inscrição do público, tendo a mesma sido reiniciada às vinte horas e vinte minutos, após o que usaram da palavra os seguintes munícipes: -----

----- Primeiro - Sérgio da Costa Furtado, morador no Alto do Montijo, lote sessenta e sete, na Portela de Carnaxide, que veio à Câmara porque, morou numa barraca durante dezoito anos, mas como a barraca estava a cair aos poucos, foi lá um fiscal ver a sua situação e em resultado desta visita a CMO deu-lhe uma casa em Talaíde, mas o problema é que trabalha por turnos numa gráfica no Dafundo e o seu horário não lhe permite morar em Talaíde, uma vez que às horas a que sai e entra no seu local de trabalho não há transportes, correndo o risco de perder o seu emprego ao que o **Senhor Vereador David Justino**, no uso da palavra respondeu que a zona do Alto do Montijo é uma zona prioritária para ser iniciado o programa da segunda fase do Pátio dos Cavaleiros e onde existem neste momento habitações disponíveis é em Talaíde, ao que o **Senhor Presidente** de novo no uso da palavra referiu que, quer os munícipes trabalhem por turnos ou não, têm que morar nas casas que a Câmara lhes destina podendo, posteriormente, dar-lhes prioridade em termos de mudança, sendo esta uma situação transitória, pois os munícipes têm que sair do local onde vivem nas suas barracas, de forma a ser possível construir novas casas para que depois os munícipes possam voltar para onde viviam ou então perto do local onde moravam, tendo o **Senhor Vereador David Justino** retorquido que, se assim fosse, então nunca seria possível efectuar realojamentos, ao que o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** no uso da palavra retorquiu que, por vezes existem circunstâncias especiais que devem ser analisadas, pois o facto de ficar a morar longe do local onde moravam e consequentemente do seu local de trabalho, trabalhando por turnos, com poucos transportes, pode originar perder o emprego, deixarem de poder pagar a renda e são despejados, retorquindo o **Senhor Presidente** que, se



assim fosse então significava que a Câmara não estudava as situações caso a caso, o que não acontece mas a questão que se põe é se há alternativas ou não, além de que, por causa de uma pessoa não se podem prejudicar duzentas, mas, as orientações que tem dado e que o Senhor Vereador David Justino tem seguido é que, quando é possível realojar as pessoas o mais próximo do local onde moravam e do local onde trabalham, então realojam-se, mas têm que se analisar todas as circunstâncias e as possibilidades existentes, de forma que o caso deste município vai ser analisado, mas se não houver outra alternativa então terá que aceitar a casa destinada e talvez se possa arranjar algum apoio enquanto não mudar para uma casa mais perto, e em termos de transportes vai ser estudada uma solução para estas zonas.-----

-----Segundo - José Manuel dos Reis Ramos, morador no Largo António Soares, número onze, rés-do-chão esquerdo, em Leceia, que veio à Câmara pedir para mudar de casa, pois vive há três anos em Leceia num T Dois, tem cinco filhos e gostava de ir morar para Laveiras/Caxias, mas disseram-lhe que não, ao que o **Senhor Vereador David Justino** respondeu que, este município foi realojado com prioridade, atendendo a alguns problemas que existiam entre famílias de ciganos, razão pela qual foi realojado rápida e urgentemente, dentro das limitações da Câmara. Por isso é que foi para um T Dois, mas com a condição de que, logo que possível passaria para um T Três e assim aconteceu, tendo já sido proposto a este município o reajustamento da tipologia, dentro do Bairro de Leceia, o qual o município recusou invocando um outro problema com uma família cigana que foi morar para uma vivenda nesta zona, tendo perguntado ao município qual era a família e qual era a casa para poder participar à polícia esta situação, mas acontece que o município não deu estes dados nem confirmou esta situação, de forma que a Câmara manteve a oferta de um reajustamento tipológico no mesmo bairro, pois a não se pode mudar as pessoas de casa com base em problemas entre etnias ciganas, de forma que, agora terá que aguardar até haver uma casa T Três disponível. -----

-----Terceiro - António Manuel da Silva Ramos, morador no Caminho dos Confeiteiros,

número nove, Estrada da Portela, em Carnaxide, que veio à Câmara pedir uma casa, pois a casa onde vive está bastante degradada, chovendo lá dentro, tendo pedido ao Senhor Vereador David Justino ajuda, uma vez que tem cinco filhos, tendo o **Senhor Presidente** respondido que o munícipe irá ser realojado, mas como não consta do PER, não é uma prioridade em relação a outros munícipes que estão inscritos no PER desde noventa e três, e que vivem também em condições bastante precárias, mas o munícipe só terá que aguardar até ao final do ano de mil novecentos e noventa e nove, início de dois mil, ao que o munícipe de novo no uso da palavra retorquiu que, tem provas em seu poder em como vivia no concelho de Oeiras, só que na altura não estava em casa, mas a sua mulher e a sua mãe disseram que ele vivia lá em casa, por isso considera que houve um erro e devia constar do PER como os outros, ao que o **Senhor Presidente** retorquiu que, de facto, o munícipe tem uma certa razão e está recordado do caso, mas a partir do momento em que se detectou esta situação houve uma rectificação e o munícipe foi readmitido, juntamente com a sua família e serão realojados oportunamente num local onde existam casas disponíveis, pois até ao final do ano de mil novecentos e noventa e nove as barracas vão acabar no concelho; no entanto, situações iguais à deste munícipe são às centenas, e o que pode acontecer enquanto não é realojado, é a Câmara ceder materiais para o munícipe poder arranjar a sua barraca. -----

----- Quarto - Josefa Pinto de Oliveira, moradora na Estrada da Circunvalação, número trinta e um, Casal do Deserto, em Porto Salvo, que veio à Câmara pedir ajuda pois vive na sua barraca há já vinte anos, mas a mesma está em perigo de cair a qualquer momento, chove lá dentro e vive doente sozinha, ao que o **Senhor Presidente** inquiriu a munícipe porque razão é que não vai viver para casa da sua filha enquanto espera, ao que a munícipe respondeu que, a casa da filha é pequena, além de que quer uma casa dela, ao que o **Senhor Presidente** retorquiu que, se a munícipe estiver na disposição, a Câmara dá à sua filha uma casa com mais um quarto para a munícipe poder ir viver para lá, se não, terá que esperar até ao final do ano de mil



novecentos e noventa e nove a sua vez para ser realojada.-----

-----Quinto - José Manuel Ferreira da Silva Pereira, morador na Alameda Alto da Barra, Bloco B, número nove, terceiro esquerdo, que veio à Câmara expor sobre diversos assuntos os quais a seguir se transcrevem: -----

-----"Destaco a implementação no Concelho de Oeiras da "Democracia participativa" (Artigo segundo - Estado de Direito Democrático) da Constituição da República.-----

-----Será que os políticos, ainda não perceberam, que o aumento, sempre constante das "Abstenções" está a por em risco a democracia, o primeiro "D" do "Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas", Lei Constitucional número três, de setenta e quatro de catorze de Maio de setenta e quatro??? -----

-----Em vinte e cinco de Abril de setenta e cinco as "Abstenções" foram quinhentos e dezanove mil quinhentos e quarenta e três (oito vírgula trinta e quatro por cento) -----

-----Em um de Outubro de noventa e cinco passaram para três milhões mil setecentos e cinquenta e quatro (trinta e três vírgula setenta por cento)-----

-----Em dez de Outubro de noventa e nove atingiram três milhões quatrocentos e quarenta e nove mil quinhentos e dois (trinta e oito vírgula noventa e um por cento) -----

-----Quer dizer em vinte e quatro anos as "Abstenções" aumentaram mais dois milhões novecentos e vinte e nove mil novecentos e cinquenta e nove e em percentagem mais trinta vírgula cinquenta e sete por cento. -----

-----O partido mais votado foi o PS - Partido Socialista com dois milhões trezentos e oitenta e cinco mil novecentos e vinte e dois votos (vinte e seis vírgula noventa e dois por cento).

-----Como imediatamente se vê, as "Abstenções" são de longe superiores ao partido mais votado, o PS - Partido Socialista em um milhão sessenta e três mil quinhentos e oitenta e em percentagem mais onze vírgula noventa e nove por cento.-----

-----Não há dúvidas, a "Democracia representativa" está a cair em todo o País, porque

não corresponde às necessidades do Povo Português.-----

----- Essa a razão porque, torno a insistir, na necessidade, mais do que urgente, de ser implementada a “Democracia participativa”, pois sem o cumprimento dos artigos: quadragésimo oitavo participação na vida pública e centésimo nono participação política dos cidadãos da Constituição da República não são cumpridos os ideais democráticos, nem, a própria “Democracia”, ou seja: “O Governo do Povo, pelo Povo e para o Povo”. -----

----- Quanto ao caso concreto de Oeiras, da nossa terra, da terra em que vivemos, peço à Excentíssima Câmara, para: -----

----- -Ser apoiado, com instalações e meios o “Fórum Cívico - Oeiras” constituído em cinco de Junho de mil novecentos e noventa, por escritura pública, conforme descrito no Diário da República número cento e noventa e seis, terceira série, de vinte e cinco de Agosto de noventa.-----

----- Junto o “Objecto Social” do “Fórum Cívico - Oeiras” -----

----- Vejam a acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Oeiras de vinte e oito de Março de noventa (cento e quatro - intervenção do público - páginas cento e cinquenta e cento e cinquenta), onde este assunto, foi tratado. -----

----- -Enquanto não houver uma ligação directa entre município e vereadores, ou seja a participação de todos que trabalham, investem, pagam impostos e votam, não vamos a lado nenhum e não passamos da “Cepa torta”.-----

----- Tudo isto, é mais um determinante para implementarmos o “Fórum Cívico - Oeiras”.-----

----- Nós queremos trabalhar, por favor dêem-nos os meios. -----

----- -Quanto ao Alto da Barra é absolutamente necessário que a Câmara Municipal de Oeiras: -----

----- - Mande ver e reparar os esgotos. -----

----- Mais piscinas não.-----



-----Tudo levantado em vinte e oito de Abril de noventa e nove, nesta Assembleia e telefonado várias vezes para o SMAS, mas sem qualquer resultado.-----

-----Quinta-feira vinte e dois de Abril de noventa e nove andou uma máquina a cavar na rua (em frente ao Bloco B) para encontrar os esgotos. Cavou em cima do tecto da entrada da garagem do Bloco B.-----

-----O isolamento foi afectado e agora chove na entrada e saída da garagem do Bloco B. Espantoso.-----

-----Por favor mandem reparar os estragos.-----

-----Os pisos dos arruamentos e dos parques de estacionamento, também têm que ser reparado.-----

-----Já há anos que as portas do local onde se encontra a torneira da água, foram retiradas.-----

-----Quando é que serão novamente colocadas?-----

-----Temos uma árvore seca, em frente do Bloco B, que nunca mais é cortada.-----

-----Os serviços, com grande pena minha, cortaram algumas árvores verdes e sãs. Que pena, repito.-----

-----Será que cortam o que está vivo e não cortam o que está morto?-----

-----Torno a repetir o ponto três, da minha intervenção de vinte e oito de Abril de noventa e nove:-----

-----Será possível aproveitar o baldio entre a NATO e os Blocos C e D do Alto da Barra, para instalação de Campos de Ténis?-----

-----Quanto ao trânsito, o estacionamento de veículos na passagem entre os Blocos A e B, tem que ser proibido, visto ser o local obrigatório de passagem, como ser também a entrada e saída das garagens.”-----

-----O **Senhor Presidente** de novo no uso da palavra respondeu que, relativamente ao

Fórum Cívico de Oeiras e ao Centro de Informação e Apoio ao Consumidor no Concelho de Oeiras, eram uma aspiração já manifestada por diversas vezes por este município, nas em relação ao fórum cívico de Oeiras não é a Câmara que deve tomar a iniciativa de criar um fórum desta natureza, mas sim os cidadãos, pois isto é uma associação que pode desenvolver diversas tarefas e que poderá contar com o apoio da Câmara, como qualquer outra associação.-----

----- No que diz respeito à questão das abstenções, o local onde esta foi mais baixa, na Área Metropolitana de Lisboa, foi em Oeiras. -----

----- Sexto - Juvenal Dias Fernandes, morador na Rua S, número trinta e oito, no Bairro Pedreira dos Húngaros, que veio à Câmara pedir ajuda, pois estão já a destruir as barracas neste local e assim sendo, como não se conseguiu inscrever no PER, comprou uma casa em Miratejo que lhe custou catorze mil e setecentos contos, porque na altura em que comprou esta casa queria comprar uma no concelho de Oeiras, mas foi informado que a Câmara não tinha nenhuma disponível para venda e só não mudou ainda para a casa nova porque está à espera que a C.M.O lhe dê uma compensação financeira, ao que o **Senhor Vereador David Justino** no uso da palavra retorquiu que, quando existem casos destes, desde que os municípios avisem a Câmara de que vão adquirir uma casa, fora do PER, no mercado normal, esta disponibiliza uma compensação económica equivalente ao mesmo como se tivesse feito pelo PER, de forma que agora é só o município requerer à Câmara a referida compensação, que deve rondar os novecentos ou mil contos, mas tal pedido tem que ser feito no prazo de seis meses, ao que o **Senhor Presidente** retorquiu que o melhor nestes casos é uma assistente social ir à sua casa e explicar como é que o município deverá proceder. -----

----- No uso da palavra, o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** explicou que, no que diz respeito à questão da demolição das barracas na Pedreira dos Húngaros, o lixo está lá porque os moradores quando são realojados deixam o lixo que não querem levar, o que leva a que, por vezes, é necessário entrar em ruas estreitas e tal só é possível fazê-lo com máquinas, quando são



demolidas algumas barracas e o problema neste bairro é que, a máquina que lá irá não é um carro ligeiro e como as redes de água estão muito à superfície rebentam com as redes, e ainda há quinze dias foi adjudicada uma limpeza para este bairro no valor de sete mil contos. -----

----- Sétimo - Carlos Augusto Moreira Rodrigues Louro, morador na Rua Maria Albertina, número dezoito, rés-do-chão direito, no Bairro Sá Carneiro, que veio à Câmara pedir ajuda para adquirir uma casa pois em mil novecentos e noventa e quatro, foi detido e a casa onde vivia foi fechada, e neste momento já está em liberdade e não tem um local para morar e está a dormir no carro, enquanto a sua mulher e os seus filhos dormem em casa dos pais que têm pena da situação, de forma que gostaria de saber se existe alguma possibilidade de ter uma casa, porque a casa onde vivia antes era da Câmara e quando foi preso estava chateado com a sua mulher, de forma que deixou a casa fechada e a sua mulher ficou impedida de entrar, mas neste momento já tem um emprego e uma situação mais estável, ao que o **Senhor Vereador David Justino** respondeu que, apesar de ter havido uma situação de abandono do lar, vai analisar a situação e depois comunica-lhe a decisão tomada. -----

----- Oitavo - Maria Goreti Fernandes Pereira, moradora na Rua do Malvar, número dezasseis, primeiro direito, em Linda-a-Velha, que veio à Câmara pedir ajuda, pois vive num quarto com o seu filho já há sete anos, mas a convivência não é das melhores e a senhoria quer pô-la fora de casa, mas não tem para onde ir viver e como está inscrita para uma casa da Câmara desde mil novecentos e noventa e seis, gostaria de saber quais é que são as suas possibilidades, até porque está de baixa e recebe pouco, ao que o **Senhor Vereador David Justino** de novo no uso da palavra referiu que, a munícipe já esteve presente na última reunião pública e no dia seguinte, fez um despacho para os serviços a fim de ser efectuada uma visita, por uma técnica social, à casa onde a munícipe vive, porque situações destas a Câmara tem cerca de seiscentas e neste momento, não são prioridade porque não estão inscritas no PER, sendo uma alternativa tentar encontrar uma casa antiga que possa ser ocupada pela munícipe, e se a visita ainda não foi

efectuada, deve estar para breve, mas agora só resta à munícipe aguardar que seja encontrada uma solução. -----

----- Nono - António Maria Tavares Andrade, morador na Rua da Bela Vista, número onze, primeiro B, no Cacém, que veio à Câmara solicitar uma indemnização, porque morava numa barraca em Queijas e como era da sua família comprou-a por novecentos contos, entretanto, foi informado que a barraca ia ser demolida e então fez um esforço e comprou uma casa no Cacém, ao que o **Senhor Presidente** no uso da palavra respondeu que o munícipe não tem direito a uma indemnização pois só teria se se tivesse inscrito no PER e depois decidisse comprar uma casa no mercado normal e avisasse a Câmara que o ia fazer e, neste caso, então, teria direito a ter uma indemnização, de forma que na sua situação não tem direito a nada.-----

----- Décimo - Paula Monteiro Tavares, moradora na Rua Correia de Oliveira, número duzentos e cinquenta e cinco - anexo, Casal das Chocas, que veio à Câmara pedir ajuda, pois vive num anexo com duas divisões, com dois sobrinhos, cuja a mãe morreu quando eram pequenos, e além de chover lá dentro, paga cinquenta contos de renda, de forma que gostaria de saber se a podem ajudar a ter uma casa, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que irá mandar a Polícia Municipal fazer lá uma vitoria para ver o que é que se pode fazer, pois além de o anexo ser ilegal, os senhorios são obrigados a fazer obras.-----

----- Décimo primeiro - João Tavares Freire, morador no Bairro Reduto Norte, no Forte de Caxias, que veio à Câmara pedir uma casa maior porque, precisa de um quarto para a sua filha que tem vinte anos e já foi informado que vai ser realojado em Talaíde num T Um, mas como a sua filha não estava cá quando foi feito o recenseamento do PER, disseram-lhe que a sua filha não tem direito a ser realojada consigo, mas não vai deixá-la na rua, de forma que a única hipótese que tem, se não lhe derem uma casa maior, é ter que fazer uma divisão dentro de casa, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que, a sua filha não tem direito a ser realojada com os pais pois não faz parte do PER, mas o munícipe também não pode fazer divisões em casa porque



senão é despejado. -----

**O Presidente,**

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1999-----

**126 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**-----

----- Às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou definitivamente encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pelo Director do Departamento de Administração Geral.-----

**O Presidente,**

**O Director do Departamento de Administração Geral,**